

RENAN JOSÉ FREITAS ASSIS

**O CONTRA-ESPAÇO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR: SUA
HISTÓRIA, SEU MÉTODO E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ESCALA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Profa. Dra. Nelmiros Ferreira da Silva

Co-orientadora: Profa. Dra. Marilda Teles Maracci

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2024

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

A848c
2024

Assis, Renan José Freitas, 1992-

O contra-espço da Escola Nacional de Energia Popular:
sua história, seu método e a emergência de uma nova escala /
Renan José Freitas Assis. – Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (152 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Nelmiros Ferreira da Silva.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Geografia, 2024.

Referências bibliográficas: f. 128-130.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.516>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Escola Nacional de Energia Popular (Viçosa, MG).
2. Educação popular - Zona da Mata (MG : Mesorregião).
3. Movimentos sociais. 4. Comunidade e escola. I. Silva,
Nelmiros Ferreira da, 1968-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

CDD 22. ed. 370.115

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552

RENAN JOSÉ FREITAS ASSIS

**O CONTRA-ESPAÇO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR: SUA
HISTÓRIA, SEU MÉTODO E A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ESCALA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 20 de maio de 2024.

Assentimento:



Documento assinado digitalmente

RENAN JOSE FREITAS ASSIS

Data: 22/08/2024 14:43:06-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Renan José Freitas Assis

Autor



Documento assinado digitalmente

NELMIRES FERREIRA DA SILVA

Data: 22/08/2024 16:49:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nelmires Ferreira da Silva

Orientadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Educação Pública brasileira e à classe trabalhadora, por ter possibilitado minha formação, no ensino básico e superior.

Aos movimentos sociais da educação, em especial aos Cursinhos Populares, por terem em mim fomentado o pensamento crítico.

À ENEP, por sonhar outra realidade social por meio da Educação Popular.

À família, especialmente meu pai, Gilberto Lopes de Assis, pelo trabalho que nutre; à minha falecida mãe, Maria de Fátima de Freitas Assis, pelo ato de amar; ao meu irmão, Neuman Otávio Freitas Assis, pelo companheirismo.

À Livinha, pelos momentos divididos. À Isabela, Dadá, Tiago, Mingau e todas e todos que moram perto do coração.

Aos colegas da educação pública mineira, Gabriel, Adailton, Eloísa, Rubens, Carol, Tina, Fran, Alane, Lu, por partilharem o ato político. Os/as estudantes da E. E. Prof. David Procópio, com quem compartilho as presentes e futuras manhãs.

À turma com a qual partilhei as aulas, as risadas e a pesquisa, Renato, Yasmin, Julio e Laiane.

À Nelmires, pela orientação sempre atenciosa.

A todas e todos que, breve ou longamente, dividem a caminhada.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela concessão de auxílio, através de bolsa de mestrado.

RESUMO

ASSIS, Renan José Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2024. **O contra-espço da Escola Nacional de Energia Popular: sua história, seu método e a emergência de uma nova escala.** Orientadora: Nelmiros Ferreira da Silva. Co-orientadora: Marilda Teles Maracci.

A presente dissertação teve como objetivo investigar as relações espaciais presentes no território da Escola Nacional de Energia Popular, a partir de sua história em comum com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da construção do seu Projeto Político Pedagógico, principalmente no que diz respeito ao método dialético popular formulado na Escola. Utilizamos o acervo documental da própria Escola, principalmente as relatorias de reunião, com o fim de abarcar o desenvolvimento das discussões políticas da ENEP. Também dispomos de entrevistas com coordenadores/as para completar o relato histórico de construção da Escola, assim como suas respectivas visões políticas a respeito da Escola, sua pedagogia e os movimentos sociais. Como forma complementar de documentação, consultamos o acervo digital da ENEP. Observamos que as CEBs possuem grande influência na formação política da ENEP, sendo que isso se dá através da formação política dos sujeitos que constroem a Escola. Identificamos que o referido método dialético popular se constitui a partir da formação política, da socialização do trabalho e também da mobilização oriunda dos movimentos sociais. Com relação à espacialidade da Escola, conferimos a ela a construção de uma nova escala de articulação regional, fomentado pela mobilização oriunda da construção da Universidade Popular.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais. Zona da Mata Mineira. Universidade Popular.

ABSTRACT

ASSIS, Renan José Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, August 2024. **The counter-space of the Nacional School of Popular Energy: its history, its method and the emergence of a new scale.** Adviser: Nelmiros Ferreira da Silva. Co-adviser: Marilda Teles Maracci.

The present dissertation aimed to investigate the spatial relations present in the territory of the National School of Popular Energy, based on its common history with the Base Ecclesiastical Communities (CEBs) and the construction of its Pedagogical Political Project, mainly with regard to the popular dialectical method formulated at the School. We used the School's own documentary collection, mainly the meeting reports, in order to cover the development of ENEP's political discussions. We also had interviews with coordinators to complete the historical account of the School's construction, as well as their respective political views regarding the School, its pedagogy and social movements. As a complementary form of documentation, we consulted ENEP's digital collection. We observed that the CEBs have great influence on the political formation of ENEP, and this occurs through the political formation of the subjects who build the School. We identified that the aforementioned popular dialectical method is constituted from political formation, the socialization of work and also the mobilization arising from social movements. Regarding the spatiality of the School, we gave it the construction of a new scale of regional articulation, fostered by the mobilization arising from the construction of the Popular University.

Keywords: Socialterritorial movements. Zona da Mata Mineira. Popular University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1991.....	39
Figura 2 - Vivência Missionária ocorrida em 2023. Ao centro da imagem, em <i>banner</i> de destaque, imagem de Dom Luciano, com os dizeres: "Dom Luciano vive na luta do povo" ..	41
Figura 3 - Cartaz da Romaria em Viçosa, 2006.....	43
Figura 4 - Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Teixeira-MG, 2023. Discurso a respeito da mineração que ocorria à época, no município. Com a fala está Pe. Geraldo, parceiro da ENEP.....	44
Figura 5 - Cartaz da Romaria de Mariana, 2009.....	46
Figura 6 - Um dos primeiros mutirões na área da ENEP, em 2015. O prédio ao centro era utilizado pela CEPA na década de 1990.....	55
Figura 7 - Mutirão de construção da plenária. Aqui o trabalho em mutirão guarda a formação política implícita. O trabalho, doado à Escola, ocorre a partir do posicionamento político de construção da Universidade Popular.....	56
Figura 8 - Imagem intitulada "Terreno da ENEP". A área corresponde ao comodato que foi firmado em junho de 2015.....	57
Figura 9 - Exemplo de entrada no Caderno de Ata.....	69
Figura 10 - Exemplo de entrada no Caderno de Memórias, Outubro de 2016.....	70
Figura 11 - Croqui de 2017 intitulado "Mapa da Produção". O prédio que corresponde ao número "7" indica o local da futura sede.....	77
Figura 12 - Maquete representando o planejamento espacial da ENEP.....	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sistematização das atividades registradas no "Caderno de Atas", 2017-2022.....	68
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Regional Leste da Diocese de Mariana.....	42
Mapa 2 - Localização da Escola e disposição de seus edifícios, imagem de 2023.....	71
Mapa 3 - Repartição da área da ENEP a partir da organização do trabalho.....	86

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DH	Direitos Humanos
ENEP	Escola Nacional de Energia Popular
EFA	Escola Família Agrícola
IUC	Instituto Universo Cidadão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MEPE	Movimento Evangélico Popular Eclesial
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não Governamental
PPP	Projeto Político Pedagógico
TdL	Teologia da Libertação
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	A FORMAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR: DAS ROMARIAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS À COMPRA COLETIVA DE TERRA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	18
2.1	TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: SEUS PRINCÍPIOS, SUAS LUTAS E A EDUCAÇÃO POPULAR.....	18
2.2	A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR	34
3	A HISTÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR ATRAVÉS DE SUA PRÁXIS.....	63
3.1	A CONSTRUÇÃO DE SUA TEORIA: 2015 A 2023.....	63
3.2	O MÉTODO DIALÉTICO POPULAR.....	88
4	NAS BRENHAS DA ENEP: REDE, TERRITÓRIO E ESCALA.....	98
4.1	A ENEP É GUARDA-CHUVA: SUA POSIÇÃO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL	99
4.2	TERRITORIALIZAÇÃO E SOCIOTERRITORIALIDADE NA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR.....	109
4.3	REDE E ESCALA.....	115
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	BIBLIOGRAFIA.....	129
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	132
	APÊNDICE B – CALENDÁRIOS COMPARTILHADOS ATRAVÉS DA ENEP (2017 - 2020).....	134
	ANEXO A – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MEPE.....	149
	ANEXO B – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE.....	150
	ANEXO C – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MAB.....	151
	ANEXO D – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CJP.....	152
	ANEXO E – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA EFA DOM LUCIANO.....	153

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado teve como ponto de partida experiências junto à Escola Nacional de Energia Popular (ENEP), no período de 2017 a 2019. À época educador egresso do Movimento de Cursinhos Populares, através do trabalho pedagógico no Cursinho Popular DCE/UFV (em Viçosa) e no Cursinho Popular de Paula Cândido, é visto na ENEP um profundo trabalho de Educação Popular.

Pode-se falar da ENEP, principalmente, enquanto um espaço de formação dos movimentos sociais, cuja agenda e bandeiras de lutas advém dos fundamentos da prática pedagógica e política de seu campo popular, campo este pautado por uma posição soberana, crítica e libertadora. Constrói-se um espaço em que sujeitos e coletivos têm como projeto pedagógico uma proposta de Educação Popular que atenda aos interesses dos filhos e filhas da classe trabalhadora.

A Escola se localiza na Zona Rural de Viçosa-MG, na Colônia Vaz de Mello, numa área de aproximadamente 4 hectares, cuja estrutura organizativa é planejada com base na produção agrícola e em edificações para a realização de reuniões, plenárias, cursos e encontros. Além disso, há uma cozinha e uma casa (utilizada enquanto dormitório) destinadas às atividades da ENEP com base numa relação de cooperação para autonomia dos sujeitos políticos em suas agendas de lutas coletivas. Essencial é também observar que a ENEP, por vezes referenciada no texto enquanto “Escola”, não constitui um espaço formal de ensino e não pertence a qualquer rede institucional do Estado de Minas Gerais. Apesar de, mais recentemente, haver ponderações sobre a possibilidade da ENEP ofertar alguma modalidade de ensino institucionalizada.

Podemos pensar a ENEP em quatro momentos distintos. O primeiro período podemos definir enquanto às articulações pretéritas à formação da ENEP, que vai de meados de 1980, com a formação de CEBs na região, até 2015, data de fundação da Escola.

A partir daí, o sítio que abriga a Escola começa a ser trabalhado pelas organizações em Junho de 2015, o que configura o segundo momento. O terreno, pertencente à Arquidiocese de Mariana, foi cedido na forma de um comodato, que poderia durar 10 anos, e abarcava 23 hectares. O trabalho foi orientado para construções que permitissem a realização de reuniões e dos cursos de formação, através de mutirões que aconteciam quase a toda semana. Os cursos de forma geral tem como tema refletir sobre a realidade brasileira, a partir

de teóricos do campo popular, assim como houve cursos voltados às terapias naturais. Podemos identificar um terceiro momento que se dá perante a necessidade de isolamento, proveniente da rápida propagação do SARS-CoV-2. Este momento é caracterizado pela interrupção das atividades presenciais da ENEP, apesar de terem ocorrido reuniões remotas. Por fim, o quarto e último momento abarca a retomada das atividades da Escola, a compra do terreno em uma situação de adversidade e os projetos elaborados, sendo eles o arquitetônico e o PPP (Projeto Político Pedagógico).

Permito-me aqui uma pequena digressão. Os Cursinhos Populares possuem uma forte contradição em seu currículo. Por um lado, anseia pela conscientização e, assim, por uma pedagogia crítica e libertadora. Por outro, há sempre o currículo prescrito pelo Exame Nacional do Ensino Médio, que havíamos de abarcar, já que almejamos também a inserção da classe trabalhadora na universidade. Ao conhecer a ENEP, é observado na escola uma profunda prática da Educação Popular. Ao contrário dos Cursinhos, que possuem um limite em sua prática pedagógica, ainda alicerçada em uma relação professor-estudante, a Escola Nacional de Energia Popular materializava as relações educador-educando. Sua pedagogia, emancipatória e vitalizada por atores dos movimentos sociais, carrega assim a radicalidade possível de ser abrigada pela Educação Popular.

Podemos destacar os aspectos motivadores da pesquisa enquanto provenientes da inserção do pesquisador na ENEP enquanto educando e, por vezes, educador. Participei, desde 2017, quando há o contato com a Escola, de oficinas, mutirões, reuniões e cursos que eram ofertados no espaço da ENEP. Também compus, mais recentemente, três instâncias da Escola. Uma delas, da qual ainda pertenço, se trata do Coletivo de Universidade Popular, fórum da ENEP em que se amadurece e constrói sua pedagogia, seja teoricamente, seja através de discussões que elaboram as possíveis modalidades de ensino que a ENEP pode vir a construir. Participo também da instância denominada Operativo, responsável por organizar e executar trabalho de manutenção do espaço da ENEP. Em anos passados, ainda fui facilitador de oficinas de construção de tambores, saber oriundo do contato com grupos de cultura popular. Com a exposição da participação nestas atividades, busco situar que minha prática de pesquisa se deu, e se dá, junto do grupo envolvido na pesquisa.

Estas experiências foram fundamentais ao acúmulo e motivadores do anseio para investigar o tema da Educação Popular. A partir dessas experiências empíricas, de debates e espaços de formação que incidem sobre a prática pedagógica, formou-se uma trajetória que traz a presente pesquisa.

Assim surgem as primeiras questões de pesquisa. O primeiro questionamento que surgia, à época do primeiro contato com a ENEP, era a indagação acerca do espaço construído pelos movimentos sociais. Qual seria o conteúdo desses espaços e qual o processo de sua formação? A ENEP trazia ainda outra questão, enunciado em seu nome, de ser uma “Escola” gestada e organizada por movimentos sociais da região. Vale destacar que, à época, a ENEP constituía-se a partir das seguintes organizações fundadoras: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Levante Popular da Juventude; Escola Família Agrícola (EFA) Dom Luciano; Instituto Universo Cidadão (IUC); Movimento Evangélico Popular Eclesial (MEPE); Comissão de Justiça e Paz (CJP) de Paula Cândido.

Partindo desses questionamentos é dado início a uma pesquisa que procurou entender quais entidades que formavam a ENEP e quais as suas respectivas territorialidades. Buscava-se, a partir disso, encontrar pistas da relação da Escola e essas entidades e, principalmente, de que forma o conteúdo dessas territorialidades estavam presentes na Escola. A pesquisa não logrou seu encerramento em um texto monográfico nem pudemos nos debruçar sobre a relação entre a territorialidade e sua pedagogia, mas foram realizadas cinco entrevistas com representantes das entidades fundadoras da ENEP, com exceção do IUC. Essas entrevistas foram sistematizadas em mapas que representam as territorialidades dos movimentos sociais abarcados¹.

Um ponto importante que advém dessa pesquisa foi o entendimento da escala de atuação da ENEP. Formada por, à época, seis movimentos sociais, cada um deles provinha de uma trajetória histórica diferente e possuía sua própria espacialidade, com grande variação entre eles. Dentro dos próprios movimentos havia novos recortes escalares, resultado de sua organização política interna. A ENEP assim demonstrava (e ainda demonstra) constituir-se em uma ampla articulação política, que tem como ponto espacial de culminância sua escola na Colônia Vaz de Mello.

Considerando esta trajetória anterior, o presente trabalho indagou, primeiramente, qual seria o amálgama que trouxe tantos movimentos a compor o campo político da ENEP e levar seus esforços a construir um espaço de Educação Popular. As investigações nos levaram, principalmente através da participação dos espaços políticos e celebrativos da Escola, a considerar as CEBs enquanto um indispensável campo político e histórico na formação da ENEP. Questionamos, ainda, através de quais processos que se realiza a Educação Popular na ENEP e o lugar dos movimentos sociais neste cenário. Assim, **a presente pesquisa, em meio**

1 Tal sistematização foi posteriormente publicada sob o título “O Território da Escola Nacional de Energia Popular em Viçosa-MG”: <https://doi.org/10.31423/oikos.v34i1.14420>.

ao atual contexto da ENEP, se debruçou sobre a espacialidade das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e sua história em comum com a ENEP, buscando também compreender seus aportes pedagógicos articulados com os movimentos sociais, dados em sua espacialidade.

Entre os aspectos que justificam a importância em desenvolver esta pesquisa, podemos sinalizar as contribuições e incentivos à sociedade civil em suas organizações coletivas e diversos movimentos sociais de caráter popular a retomar o debate qualificado que tem perdido a centralidade nas últimas décadas. Além disso, a proposta desse estudo traz categorias analíticas teórico-conceituais que podem contribuir com as linhas de pesquisa, estudos e debates desenvolvidos na graduação e pós-graduações na geografia, assim como em outras áreas do saber.

Logo, trazer para o centro da pesquisa este tema e objeto de estudo contribui para o fortalecimento do debate e do compromisso com a dimensão das práticas pedagógicas das lutas sociais na região de Viçosa/MG. O trabalho permeia aspectos imprescindíveis para recrudescer a articulação entre educação popular, geografia e movimentos sociais. A experiência empírica da ENEP tratada no âmbito da academia constitui uma possibilidade de qualificação da temática fortalecendo a pesquisa e produção do conhecimento na linha 2 “Produções e Apropriações do Território” do programa de mestrado da UFV.

Importa dizer que desenvolver um estudo de caráter empírico e documental no cotidiano da ENEP, espaço com potencial de contribuição para a formação do conhecimento geográfico crítico e comprometido com uma educação sob a viés emancipatório, na contra tendência do modelo funcional, produtivista e orientado pela agenda neoliberal que mercantiliza a educação colocando-a a serviço da acumulação de mais-valia, são ganhos ao conjunto de segmentos das classes do labor. Aprender uma rede de articulação política e territorial singular e sua configuração territorial, de modo a trazer a potencialidade de abarcar novos enredos socioespaciais, certamente provocará desvelamento através da pesquisa capazes de contribuir para enriquecer o campo geográfico com uma espacialidade que provém dos movimentos sociais e é conteste à sistemas de poder que se realizam nos referidos territórios.

A ENEP fortalece práticas sociais e territórios que abrigam sujeitos que sofrem com externalidades de processos de exploração, como é o caso da mineração e das barragens de rejeito. Há apoio às práticas agrícolas que levam em conta o trabalho afetuoso e a qualidade dos alimentos. Temos ainda o fomento de momentos de formação e construção política, sempre orientados pelo apoio, entendimento e construção conjunta com as camadas populares

e seus territórios. Assim a pesquisa compõe essa configuração, contribuindo com ela, ao mesmo tempo que politiza a construção do seu conhecimento.

Por fim, mas não menos importante, temos a contribuição que a pesquisa realiza à ENEP. O mais importante, em nosso entender, é o próprio processo de pesquisa, propiciando momentos de reflexão acerca do tema, que podem incorrer em novas atuações sobre o seu próprio território, e no caso específico, ampliar o acúmulo de conhecimento crítico dos sujeitos em movimento, fazendo referência ao conhecimento geográfico compromissado com a educação popular enquanto ferramenta estratégica aos movimentos sociais em suas lutas no território.

De maneira a responder estes questionamentos, estruturamos o texto da maneira que segue. No **primeiro capítulo** intitulado: “*A formação da Escola Nacional de Energia Popular: das Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras à compra coletiva de terra pelos movimentos sociais*” tratamos da história de formação da ENEP, percorrendo a importante influência das CEBs e da Teologia da Libertação. Retratamos as Romarias para, por fim, chegarmos à fundação da Escola e à sua história recente.

O **segundo capítulo**, “*A história de construção da pedagogia da Escola Nacional de Energia Popular através de sua práxis*”, se dedica às ações que são desenvolvidas na Escola, através de seu Caderno de Atas e do Caderno de Memórias. Ainda, utilizamos este material para trazer o percurso de construção das bases de sua pedagogia, através do mutirão, da formação e dos movimentos sociais.

Por fim, o **terceiro capítulo** “*Nas brenhas da ENEP: rede, território e escala*” contextualizamos a ENEP enquanto um movimento social e nos debruçamos sobre sua espacialidade. Debatesmos a relação escalar do território da ENEP, argumentando acerca da criação de uma nova escala política a partir dos movimentos sociais.

As informações necessárias ao trabalho foram colhidas inicialmente por uma revisão bibliográfica de forma a debater os conceitos e categorias mais caros à dissertação, a saber: os movimentos sociais, as formas da espacialidade da ação social e as Comunidades Eclesiais de Base. Realizamos consulta ao acervo bibliográfico da Universidade Federal de Viçosa, assim como a partir de revistas especializadas, assim como utilizar-se de ferramentas de busca que contemplem os aportes científicos.

Acerca do percurso de formação histórica e política da ENEP foram consultados os cadernos de Ata da Escola, que oferecem importantes informações das decisões tomadas e das ações realizadas a partir de 2015. Também consultamos o chamado Caderno de Memórias, em que estão registradas as relatorias das reuniões que ocorreram na Escola. Estes cadernos se

tornaram fundamentais para a análise qualitativa dos eventos ocorridos na ENEP, já que preservam debates políticos e pedagógicos que foram realizados na Escola. Para abarcar eventos relevantes prévios à referida data, realizamos quatro entrevistas com lideranças e colaboradores da Escola Nacional de Energia Popular, dispondo de suas memórias para compor a formação histórica pretendida. Também obtivemos acesso a arquivos pessoais de duas pessoas coordenadoras da Escola, que também nos auxiliou na abordagem histórica.

Há ainda outro aporte metodológico essencial ao trabalho dissertativo. Temos como premissas e postura metodológicas a Pesquisa-ação que, mais especificamente, lidamos com o corpo teórico-metodológico da *investigación-acción*. Uma das premissas de tal abordagem é que a pesquisa científica passe pelo crivo dos grupos populares aos quais ela está envolvida. Para o caso da pesquisa em andamento, o grupo popular com que lidamos se trata de lideranças de diversos movimentos sociais, que constroem e/ou atuam sobre a ENEP. Assim, lidamos aqui com o que a *investigación-acción* chamaria enquanto os grupos *claves*, os grupos chave. Ainda, nossa inserção na Escola se faz de maneira ativa, participando dos processos político-pedagógicos.

Cabe sinalizar que este projeto de pesquisa de tipologia de campo e documental atendendo aos preceitos éticos foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, CAAE 63939522.60000.5153 conforme número do Parecer Consubstanciado do CEP 5.759.518.

Do exposto, esperamos que esta dissertação possa ser mais uma pesquisa de caráter geográfico que fortaleça esta importante área do saber científico. Logo, acreditamos que os resultados da pesquisa possam retroalimentar debates, estudos e produções de conhecimentos vindo a compor o *rol* de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFV. Por fim, também esperamos que essa dissertação possa ser mais uma referência para o debate no campo das lutas em defesa da Educação Popular com caráter de emancipação humana.

2 A FORMAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR: DAS ROMARIAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS À COMPRA COLETIVA DE TERRA PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE: SEUS PRINCÍPIOS, SUAS LUTAS E A EDUCAÇÃO POPULAR

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram, em grande medida, as sementeiras para diversos movimentos sociais do campo e da cidade, no território brasileiro. Neste tópico abordamos as características das CEBs, sua formação histórica, sua forma de organização e, ao que queremos chegar, sua pedagogia imbricada à sua ação social e às comunidades. Abordamos também aspectos importantes da Teologia da Libertação (TdL), em sua aproximação política e ideológica com as CEBs, além de dois eventos importantes, que foram o Concílio Vaticano II e o encontro de Medellín. É importante também frisar que abarcamos pontualmente questões que são de ordem teológica que, apesar de não compor diretamente a pedagogia da ENEP que estamos aqui a desvendar, as concepções da Igreja acabam por tomar rumos sociais, justificando assim a abordagem destes fatos. Estas questões são os fundamentos históricos, em um sentido macro, mas que também vão incidir sobre os sujeitos da ENEP e sua composição posterior, que se dará somente em 2015.

Com o objetivo de apresentar a temática, apontamos alguns aspectos importantes para compreendermos as CEBs. No entanto, sua definição encontra algumas dificuldades, tendo em vista a sua heterogeneidade de ação e de organização assim como a escolha de critérios que podemos usar para sua caracterização. Há alguns pontos que nos auxiliam nessa discussão.

Vale reconhecer que sua definição parece ser mais preciosa à intelectuais e membros do clero do que para os próprios sujeitos que são participantes ativos nas CEBs. Ainda assim, há algumas ponderações importantes a se fazer sobre aspectos substanciais das CEBs (Gomes, 1989). De forma geral, a definição empregada no meio acadêmico tende a se situar próxima da que foi proposta por Frei Betto:

São **comunidades**, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São **eclesiais** porque congregadas na Igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São **de base** porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares (Betto apud Gomes, 1989, p.54) (grifos do autor).

Dessa forma, as CEBs são compostas, a grosso modo, por agentes eclesiais, geralmente padres e também dos chamados "leigos", termo que se refere às pessoas cristãs que não fazem parte do clero. Apesar de, conceitualmente, as CEBs não necessariamente precisam ter vínculo institucional com a Igreja, com as paróquias ou dioceses, seu contexto nos permite dizer que não é comum às comunidades se organizarem autonomamente, sem a proximidade institucional. A Igreja, materializada na ação de padres, agregou o processo das CEBs em meio à sua própria institucionalidade. A despeito disso, vale destacar que as CEBs dizem respeito primordialmente à população empobrecida através dos mais diversos processos, seja na destituição de seus meios de trabalho, da terra, da moradia, da renda, da dignidade e tantos outros. É desse campo sociológico, da classe trabalhadora, que as Comunidades Eclesiais de Base se formam, também em Minas Gerais (Paiva, 1987, p.144-145).

É importante notar que a “comunidade” não diz respeito a uma localidade específica, onde poderíamos traçar um polígono para definir a área de atuação da CEB. A *comunidade* diz respeito fundamentalmente a uma articulação de pessoas que guiam suas respectivas ações a partir dos princípios e da organicidade das CEBs. Diz respeito, assim, ao movimento social em si, apesar de haver uma prática espacial subentendida em sua ação. Retornaremos a este ponto mais adiante.

No entanto há uma definição que se faz importante também para os sujeitos das CEBs. Para estes sujeitos é fundamental o qualitativo político das Comunidades Eclesiais de Base. Trata-se de defini-las enquanto movimento de luta, de transformação da sociedade. Assim, a preocupação é de garantir o conteúdo político dessas organizações populares, como é possível ver nestes relatos contidos em Gomes (1989):

Já falei isso em muitos lugares e vou repetir de novo. A gente está chegando num ponto de não saber mais o que é comunidade e o que deixa de ser!... Hoje em dia, qualquer grupinho que sai nas casas rezando terço eles chamam de comunidade. Isso

pra mim não é comunidade [...]. Comunidade tem de lutar, tem de mexer com o povo, tem de resolver os problemas. Esse povo acomodado, que não quer saber de nada, não sabe o que é uma reunião de bairro ou de sindicato, como é que isso é comunidade? (Zé Aparecido – membro de uma CEB) [...] Eu acho que o termo comunidade, de certa forma, está perdendo seu significado. Viver em comunidade é viver como irmãos. Comunidade seria um grupo que vive e luta como irmãos. Mas grupos assim são poucos, e esses a Igreja não aceita. Tenho a impressão que agora a Igreja vai querer começar a formar comunidades. Mas não as Comunidades Eclesiais de Base, comunidades de luta, comunidades de verdadeiros irmãos, mas sim a comunidade que vai trabalhar para a Igreja e vai carregá-la nas costas sem criar muitos problemas (Sebastião – membro de uma CEB) (Gomes, 1989, p. 53)

A autora destaca que:

O mais importante é que, apesar de suas diferentes estruturas e de sua prática às vezes tão distinta, as CEBs carregam consigo uma simbologia de resistência, luta e busca da vivência de novos valores, mesmo que em níveis mínimos dentro de um contexto mais global (Ibid., p.55)

Após o fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base, tendo sido superado o recrudescimento político da Ditadura Militar, parte de sua organicidade e de sua ação foram apropriadas pela Igreja, em alguns contextos paroquiais. Isso quer dizer que a questão de definição se complexifica, já que elementos que antes poderiam se restringir às CEBs agora também estão presentes na organicidade normativa da própria Igreja. É importante destacar que a relação das Comunidades Eclesiais de Base com a Igreja por vezes é caracterizada por conflitos (Paiva, 1987). Parte do clero age de forma a centralizar a organização das CEBs, o que contradiz a própria essência dessas Comunidades, como destacado anteriormente.

No entanto, as formas de uso dos elementos das CEBs variam entre a instituição e as comunidades. Ao frisar a forma de organização das atividades, as diferenças podem não se salientar, mas se deslocarmos o olhar para a atuação, aí passa a ser possível traçar algumas diferenciações. Os grupos de reflexão, por exemplo, se desenvolvem a partir da contextualização da vida de diferentes sujeitos através do texto bíblico, o que relaciona o sagrado com o dia a dia das pessoas, em particular suas dificuldades que podem ser alteradas através da prática política. Em contrapartida, podemos também encontrar grupos de oração, em que nestes não está presente o caráter político das Comunidades Eclesiais de Base (Gomes, 1989, p.56-57). Assim, em termos de organicidade, teríamos dois grupos homólogos, os quais seriam de reflexão e oração. No entanto, há uma diferença política entre eles, no que concerne à atuação de seus sujeitos em função da mudança social.

As Comunidades Eclesiais de Base talvez tenham sido o movimento mais espreado no território brasileiro que se contrapunha à ditadura. Isso evidencia tanto sua formação política e seu caráter qualitativo de mobilização das comunidades, assim como uma característica quantitativa importante, de abarcar massas de milhares de pessoas pelo Brasil. Com uma prática política centrada na questão local, essa configuração trouxe uma miríade de comunidades jogando seu olhar para as questões locais, a partir dos sujeitos sociais abarcados.

As Comunidades Eclesiais de Base surgem de um contexto marcado pela violência e pela perseguição de grupos políticos de oposição, durante a ditadura militar brasileira, marco dos anos de 1960. Dois eventos referentes à institucionalidade da Igreja católica são importantes em meio ao episódio do regime autoritário que trouxe desdobramentos no que concerne à formação das CEBs. Um deles diz respeito ao Concílio Vaticano II, realizado no final de 1961. Procurava-se, através de um encontro global de agentes da Igreja Católica, uma aproximação da Igreja com o mundo, com a realidade. Fazia-se uma tentativa de situar a Igreja nas circunstâncias em que ela estava inserida.

Na América Latina, o Concílio vai se desdobrar na cidade de Medellín, já em 1968, em que na II Conferência Episcopal, optou por se voltar aos pobres, explorados e injustiçados. Assim a Igreja brasileira se dirige aos grupos que se formavam em contraposição à ordem estabelecida, grupos estes que "procuraram o caminho de construção de uma nova sociedade, justa e fraterna" (Paiva, 1987, p.141).

Há um forte vínculo entre as Comunidades Eclesiais de Base e os eventos supracitados. Nestes é onde há a gestação do que viria a ser a Teologia da Libertação, nas palavras do Entrevistado 01:

mas Teologia da Libertação e CEBs é unha e carne, né? Se a gente fosse considerar assim a CEBs é o povo fazendo a Teologia e a Teologia da Libertação, são os teólogos, teólogas refletindo a prática do povo. Então as duas coisas estão conectadas.[...] Assim, quem estudava, por alguma razão tinha oportunidade de estudar, então tinha acesso ao debate entendido como da Teologia da Libertação. A pessoa que não tinha oportunidade de estudar, ela tinha acesso aos mesmos debates, só que chamando tudo de CEBs. É a mesma coisa. Tipo um é problema, o outro é problemática, é a mesma coisa, é uma coisa mesmo (Entrevistado 01).

As CEBs surgem através do mesmo contexto histórico da Teologia da Libertação, do Concílio II e da conferência de Medellín. Provocados pelas injustiças sociais, profunda desigualdade e pelo retrocesso político no continente, é feita a escolha pela classe desfavorecida, dos oprimidos. As CEBs se situam historicamente em favor dos pobres, usando

como método o **ver, julgar e agir**. "As CEBs são fruto do Concílio Vaticano II e se estruturam mais fortemente a partir de Medellín" (Ferraro, 2022, p. 229)

Em mensagem de rádio em 11 de setembro de 1962, o Papa João XIII predizia as alterações que viriam a partir do Concílio Vaticano II: "*Para los países subdesarrollados la Iglesia se presenta como es y como quiere ser, como Iglesia de todos, en particular como la Iglesia de los pobres*" (João XIII, 1962).

Em diversos momentos do Concílio houve intervenções e discussões a respeito da Igreja dos pobres, em que há uma crítica à opulência e a distância das camadas mais pobres da população. Apesar de haver propostas nesse sentido, principalmente através do clérigo Lercaro (Souza, 2022, p.156), a Igreja dos pobres não é a que vingará institucionalmente. Ainda assim, foi formado um grupo, "Grupo da Igreja dos Pobres", no qual as ideias circularam e se aprofundaram. Importante, por exemplo, para o encontro que aconteceu em Medellín, em 1968. Nesta ocasião, o Papa Paulo VI atende ao encontro, indicando seu compromisso com os pobres. O Concílio Vaticano II e o encontro em Medellín podem ser compreendidos enquanto a gestação (*ibid.*, p.164) do que viria a ser a Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação reconstrói a ideia de pobre e do ideal de desenvolvimento e leva isso à libertação da opressão e das condições de desigualdade na região latina, esta teologia "intenta [ser], a partir do evangelho e das experiências dos homens e mulheres comprometidos com o processo de libertação neste subcontinente de opressão e espoliação que é a América Latina" (Gutiérrez 1985, p. 9 *apud* Souza 2022, p. 165)

A importância de Medellín se traduz tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. O encontro é resultado de um processo histórico no continente, de movimentos sociais, assim como reflete o Concílio que havia terminado alguns anos antes. É mais uma etapa no prenúncio da Teologia da Libertação, voltando a ação política à libertação. Em sua forma, faz-se um grande encontro do clero do subcontinente latino americano, com grande potencial para espriar os debates e encaminhamentos. Outrossim,

Medellín foi, então, de muitas formas, o produto e a clara expressão de um processo eclesial bem mais amplo, marcado pelas experiências de novas práticas pastorais e do início de uma reflexão teológica autóctone, capaz de interceptar o exaurimento da temática do desenvolvimento, a erupção dos protestos estudantis, a configuração do debate sobre a violência revolucionária em um contexto em que as vozes, sempre mais numerosas, do catolicismo continental começavam a falar de libertação (Scatena, 2022, p. 170)

A análise que se fazia da América Latina, dentro dos círculos clericais, era de que se tratava de uma condição pré-revolucionária (ibid., p. 172). A escolha de intervenção, então, dizia respeito à forma, se seria ou não violenta. A opção feita é pela não violência, tendo como base o *Populorum Progressio*, Encíclica de Paulo VI de março de 1967, em que no §31:

Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária – salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país – gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior (Paulo VI, 1967).

Nos anos anteriores à Medellín, em documento elaborado pela CELAM, o *Documento de Trabajo*, já se dispunha o método do ver, julgar e agir, como forma de intervenção na realidade. O documento reconhecia que a Igreja ainda não dispunha de uma verdadeira preocupação social. Considerações teológicas, como o pecado, foram reconsideradas, em que ele "assumia, assim, contornos de realidades históricas precisas: fome, miséria, subdesenvolvimento" (Scatena, 2022, p. 176).

O documento de Medellín foi elaborado a partir de dezesseis comissões e fez-se a opção para que mantivessem os textos de cada uma, ao invés de um único texto de todo o encontro. A promoção humana, pelo contexto histórico, é a que acaba ganhando mais relevância, e é também

(...) o âmbito em que se concentrou, particularmente, o esforço colegial de discernimento e de compreensão do grande fenômeno da transformação do continente latino-americano à luz do Vaticano II, além de uma atualização criativa deste último a partir das perspectivas de um continente pobre (ibid., p. 175).

A categoria que assume a função de síntese passa a ser a libertação. Esta é entendida em sentido amplo, que libera os povos injustiçados e miseráveis de sua condição. Esta "salvação" imbrica a realidade histórica latino americana, em permanente situação de dependência e empobrecimento com o Reino de Deus. Este não seria concretizado na Terra, mas nas ações sobre a realidade, rumo à fraternidade, aproxima os dois mundos. Assim, "... [o trabalho] pela promoção humana, significava também trabalhar pelo reino, um reino que, embora não sendo deste mundo, estava no mundo e era construído pouco a pouco" (ibid., p. 176). Logo,

introduzindo a categoria de libertação na dupla acepção de libertação do pecado trazida por Cristo e de libertação da injustiça e do subdesenvolvimento, a conferência de Medellín confirmou os primeiros passos da teologia da libertação; uma teologia que desde o início não intencionava tanto propor um novo tema, quanto apresentar-se como um novo modo de fazer teologia, que pressupunha uma opção prévia, evangélica, ética e política em favor dos pobres (*ibid.*, p. 179)

Junto da categoria de libertação, essa não só teológica, mas também historicizada, fundamental também se tornou o método ver, julgar e agir. O sociólogo Pedro de Oliveira relata que o início do uso do método ver julgar e agir representava um avanço, era capaz de promover ações sobre a realidade. No entanto também diz que o ver, muito baseado na visão dos sujeitos reunidos, podia carecer de uma análise mais sistemática dos problemas sociais, pois

Naquele tempo [segunda metade do século XX] só usávamos o método *ver, julgar e agir* como meio para estabelecer metas para a ação. A primeira etapa consistia na 'revisão de vida': tomar como objeto de análise um fato recente que tivesse afetado o conjunto do grupo e partir dele buscar entender a realidade, com seus elementos permanentes e suas mudanças. Em seguida, era feita a avaliação dos nossos erros e acertos, de modo a estabelecer as linhas de ação até a próxima reunião do grupo. O fato de o *ver* ser feito a partir de experiências do próprio grupo tinha a vantagem de nos precaver contra qualquer dogmatismo e obrigar a prestar atenção ao real, mas tinha o inconveniente de tomar a experiência vivida como expressão direta do real, sem passar pela análise crítica. Como incentivo para a ação o método era - e continua sendo - excelente. A falta de uma mediação crítica do *ver*, porém, deixa-o muito vulnerável a uma percepção ingênua do real (Oliveira, 2022, p. 145) (grifos do autor)

Um salto importante acontece com o Concílio Ecumênico do Vaticano II, em que o ver não poderia mais provir unicamente de experiências pessoais, já que se visava um planejamento conjunto. Assim, no início de todo planejamento se realizava a "análise da realidade" (*ibid.*, p. 146). Essas mudanças metodológicas vão se inserindo no bojo da Igreja, e marcam uma importante alteração. Agora o olhar para a realidade não mais se fundamenta sobre verdades metafísicas. A Conferência de Medellín, resposta latinoamericana ao Concílio, eleva a explicitação dos problemas sociais a partir do olhar voltado para a realidade.

Nas décadas de 1960-1970 ocorrem situações que não são síncronas, mas dialéticas e que vão fortalecer o método já citado. A partir de Medellín, as CEBs, pastorais sociais e o apoio da CNBB causam uma importante mudança no seio da Igreja. O método sofre nova mudança, em que se aprofunda sua visão sobre a sociedade:

Para esse novo salto de qualidade da Teologia concorrem vários fatores. Limito-me a apontar os que têm diretamente a ver com a Sociologia: a experiência das lutas populares de Libertação, a descoberta do instrumental de análise herdado de Marx e a leitura popular (ou militante) da Bíblia. Eles afloram num complexo processo histórico que só pode ser reduzido à sua linearidade para facilitar descrição (Oliveira, 2022, p.149)

Este ganho qualitativo se dá através do método *ver, julgar e agir* assim como de uma concepção histórica das classes populares, às vendo enredadas em processos sociais e econômicos que se davam, e se dão, há tempos na América Latina. Élio Gasda, dirigindo seu olhar para a TdL em interface com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, acaba por nos aproximar da compreensão sociológica do campo da classe popular abarcada pela própria Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos propõe uma universalidade sem exceções, em que todos e todas são contemplados(as) com a possibilidade de uma vida plena, justa. De forma análoga, a TdL baseia-se no princípio da dignidade humana, em que os Direitos Humanos, assim o são, mediante a vontade de Deus, partindo do cristianismo que advém dos pobres, dos excluídos. Os aspectos sociais e teológicos estão aqui entrelaçados, "Pecar é não respeitar os DH (Direitos Humanos) dos pobres e vulneráveis" (Gasda, 2022, p. 243)

Esse entendimento parte também da contextualização dos Direitos Humanos na América Latina. A TdL surge numa região assolada por ditaduras e restrições democráticas e assim se coloca ao lado dos pobres e dos que são perseguidos. Pobres aqui são compreendidos como um grupo heterogêneo, em que são "elencados os seguintes grupos: os índios, as grandes massas de camponeses, operários, moradores de favelas, os marginais da vida social e política e a mulher do povo" (Gasda, 2022, p. 244). É esta materialidade social que necessita a mudança social e se faz os grupos excluídos da América Latina. Nesse sentido,

a responsabilização pelo sofrimento do outro exige refletir a partir de realidades históricas concretas. Trata-se de historicizar conceitos universais como DH. A TdL deve ser, necessariamente, uma teoria crítica dos DH a serviço dos movimentos sociais em suas lutas em defesa da restauração dos direitos violados de sujeitos concretos (*ibid.*, p. 247)

Não só estaria "a serviço" dos movimentos sociais, em parceria e constituindo por vezes o mesmo grupo social, mas também possui grande influência na formação dos

movimentos sociais. A partir de 1970 e 1980 muitos movimentos sociais surgem a partir da TdL e das CEBs:

associações de moradores nos bairros periféricos, movimento ecológico, de mulheres, de negros, lutas pela terra, juventude rural, sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento Contra a Carestia, Movimento pela Moradia, Conselho Indigenista Missionário, Movimentos dos Trabalhadores Desempregados, a Comissão Pastoral da Terra, que deu origem aos sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento pela Anistia, movimento feminista, movimento estudantil, Movimento das Vilas e Favelas; Comissão dos atingidos por barragens; movimento pela Constituinte, Central Única de Trabalhadores, Movimento Ética na Política, Natal Sem Fome e diversas iniciativas na área do meio-ambiente e de políticas públicas (Gasda, 2022, p. 251)

Movimentos Sociais e TdL possuem objetivos em comum, no que diz respeito à causa dos pobres, categoria já definida acima. Tanto é verdade que a TdL, junto das CEBs, originou uma diversidade de movimentos sociais, assim como podemos dizer também que estes são fermento e fomento da TdL. Há um aspecto político intrínseco a estes campos de transformação social a partir das amplas camadas marginalizadas da América Latina

Assim como a Teologia da Libertação, as CEBs fazem a opção pelos pobres e pela Igreja dos Pobres "povos indígenas, afrodescendentes, camponeses, ribeirinhos, mulheres, sem-terra, povo da rua (da calçada), migrantes se tornam novos sujeitos sociais e eclesiais" (Ferraro, 2022, p. 229).

Essa opção, além de política, é também teológica. Nos escritos bíblicos encontra-se que o próprio divino faz a opção pelos pobres e oprimidos. Assim referenda-se, no interior da Igreja, a fundamentação das CEBs e da Teologia da Libertação. No entanto, essa opção institucional fez-se mais presente até a década de 1980, sendo que, a partir dessa data, há o distanciamento das CEBs e da Teologia da Libertação ou mesmo sua perseguição. A opção pelos pobres também é um antagonismo com o neoliberalismo², cuja ideologia supõe que a liberdade de mercado é capaz de resolver os problemas sociais.

2 Compreendemos o neoliberalismo enquanto política econômica surgida a partir dos anos 1970, tendo como primeiro exemplo o caso chileno, após o golpe militar contra Salvador Allende, em 11 de Setembro de 1973. Trata-se de ampla flexibilização econômica, em que o capitalismo avança sobre serviços e bens públicos, baseado em um discurso de liberalização econômica. As políticas neoliberais vão ganhar força e fôlego a partir dos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Na América Latina as políticas neoliberais avançaram sobre recursos naturais vitais, como a crise da água na Bolívia ou a venda de empresas estatais, como o caso da Vale do Rio Doce, no Brasil. Além disso, organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional notoriamente promovem empréstimos apenas com contrapartidas neoliberais, impondo estas políticas a quase totalidade dos países salvo raras exceções, vide a economia chinesa (Harvey, 2014).

O contexto histórico de espraiamento das CEBs se dá tanto por ter sido um dos maiores espaços contra a ditadura, e desta forma protagonizando este momento, assim como pela sua capacidade de dialogar com o cotidiano do povo, através do enfrentamento de práticas elitistas que há muito estavam presentes nas comunidades abarcadas. Sua pauta conflui para os direitos humanos e para o direito à vida, em sentido amplo. Seja acesso ao trabalho, à terra, à moradia digna, proteção contra a violência, pela participação política. Isso decorre da prática das Comunidades de se tornarem ambientes de organização popular, abarcando um leque de bandeiras (Gomes, 1989, p. 47-51).

Em Minas Gerais, este espraiamento não foi diferente. As CEBs originaram-se principalmente através das dioceses de Caratinga e Itabira. Como desdobramento do Concílio Vaticano II (que ocorreu em 1961), começa-se a formação de grupos, de lideranças e de comunidades, numa busca de ligar a Igreja às comunidades. A Sociedade São Vicente de Paula é fundamental para a organização dessas comunidades, sendo que esta sociedade em muitos casos já era presente em locais que depois vigoraram as CEBs. As Comunidades Eclesiais de Base num primeiro momento não terão bem uma identidade própria, sendo que a formação de qualquer grupo já era intitulada enquanto CEB. A experiência de Caratinga com a continuação e longevidade de cursos de formação se consolidou através do Movimento Boa Nova, o MOBOM. É dessa experiência, mais consubstanciada, que influenciará outras regiões, a saber: o Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e também a Zona da Mata Mineira (Paiva, 1987, p.148-149)

As CEBs principiam-se em Minas Gerais na zona rural. A partir da experiência de Caratinga, durante a década de 1960, a cidade de Teófilo Otoni realizou, na década seguinte, uma importante formação nas comunidades rurais. Sob a influência de atividades decorrentes da cidade do Recife-PE, conjugou-se a fé e a política, materializando-as em cursos de formação. "Entendeu-se que a renovação religiosa comprometia todos os aspectos da vida pessoal e social, o que faz com que trabalhassem na formação de sindicatos e se discutisse política, e, ainda, relações de trabalho, problemas econômicos, problemas do cotidiano" (Paiva, 1987, p. 149). Este trabalho das CEBs encontrou no ambiente rural relações mais baseadas na interpessoalidade, além da forte influência da Igreja. A identidade das CEBs assim se forma em meio à política e em contraposição ao regime militar.

As primeiras experiências de CEBs na zona urbana se deram na cidade de Contagem. Havia na cidade uma organização eclesial pretérita, ainda da década de 60, mas que foi desmantelada pelos anos de chumbo da ditadura. A rearticulação da sociedade em torno das CEBs se deu através de diversas pautas ligadas à urbanidade, quer seja a melhora de

condições trabalhistas e de salário, de transporte, de moradia, entre outras. As CEBs foram sendo articuladas em diversas cidades e municípios de Minas Gerais. Sua articulação se consolidou em 1981, no Primeiro Encontro Mineiro das CEBs. Esse encontro é resultado de anos de articulação das comunidades do estado. No encontro de CEBs de 1985, estavam presentes todas as dioceses do estado de Minas, com a única exceção de São João del Rei.

A respeito do encontro de 1982, há referência à Zona da Mata Mineira:

O Tema político tomou conta das CEBs, por ocasião das eleições de 82. O II Encontro Mineiro de CEBs (setembro, 82) reflete isso muito bem. A síntese dos relatos feitos no plenário registra as atividades regionais:

Regional Sul: inicia-se um processo de educação e conscientização política. Em consequência, houve perseguição tanto a padre quanto a leigos que assumiram o trabalho.

– houve o Encontro Regional no dia 22 de agosto, com o tema 'Fé e Política', com 250 pessoas.

Regional Triângulo Mineiro:

– bom trabalho de conscientização política, com lançamento de cartilha a respeito.

Regional Zona da Mata:

– iniciado um processo de educação política;

– depois de um curso de 'Fé e Política', em Leopoldina, candidatos do PDS renunciaram' (Paiva, 1987, p.158)

É importante nos debruçar nas características que levaram as CEBs a construir essa espacialidade em regiões e em contextos tão diversos. É conhecido que as CEBs desenvolvem suas ações em comunidades rurais e urbanas, e tendem a refletir e a se inserir em problemas localizados nestas mesmas comunidades. Nelas, experienciam-se assim novas relações sociais, de solidariedade, trabalho conjunto, afetos mais justos e solidários. É um pequeno espaço em que são observados e vivenciados relações que se contrapõem à lógica capitalista. Não se trata, no entanto, de dizer que este espaço supera as contradições e normas capitalistas. Trata-se de constatar que são relações germinais de outros modelos sociais, de outras formas de organizar a economia, a política, o poder. E, certamente, a proliferação de tais microcosmos contribui para o aprofundamento da resistência contra a hegemonia:

[As CEBs] Têm como referência específica para sua atuação o ambiente da Comunidade e o cotidiano é seu espaço real de manifestação. Seu grande valor consiste na recriação de novas relações sociais – horizontais, democráticas,

participativas, igualitárias – que levam em conta a fé, o afetivo, o emocional, enfim, a vivência humana de maneira mais global, numa negação das relações capitalistas que lhes são impostas no dia-a-dia (Gomes, 1989, p. 145).

As CEBs possuem enorme mérito em promover relações horizontais e afetivas no bojo de suas comunidades, em contraposição a relações baseadas na meritocracia, na divisão do trabalho intelectual e manual, na verticalidade. A formação desse ambiente democrático e participativo, elaborado através de um método explícito das CEBs, faz com que tenham uma comunidade pautada na solidariedade e no trabalho coletivo. Uma forma que as CEBs realizam a participação popular é através da valorização e do incentivo de que todas as pessoas envolvidas em determinada reflexão exerçam sua fala, socializem essas ideias. Há um entendimento que os grupos de reflexão sejam lugares abertos a todos e todas que estejam presentes participando. Assim, esses ambientes tornam-se lugares em que diversos sujeitos possam treinar o uso da fala, que passa a ser a concretização da experiência de uma forma de democracia direta. Essa forma de envolvimento é uma das causas que as CEBs foram (e são) capazes de envolver diversas camadas da população.

A delimitação de tais comunidades, em caráter de contiguidade, faz-se uma tarefa que talvez seja impraticável. Não seria possível traçar uma linha na realidade concreta e estipular até onde incide a Comunidade Eclesial de Base. Há uma referência espacial mais genérica, que a grosso modo abarca o bairro na área urbana ou determinada comunidade na área rural. No entanto, como foi debatido acima, quando os sujeitos da CEBs definem as comunidades é no sentido da vida **em comunidade** das relações sociais construídas pelas CEBs. É dessa possibilidade de se engajar numa comunidade afetiva que leva muitos sujeitos à luta social e a se mobilizar em outros grupos, pautas e bandeiras.

A construção dessa vida em comunidade é dinamizada por alguns elementos que sustentam a ação das CEBs. As reuniões e seus momentos de oração, reflexão e planejamento de atividades são a base da organização das comunidades (Paiva, 1987, p.147-148). É dessa estrutura que as CEBs organizam seu cotidiano e trazem aspectos formativos aos grupos. Há ainda dois pontos importantes, com relação ao texto bíblico e à celebração. Os ensinamentos e exemplos bíblicos são trazidos à realidade, como forma de reflexão para os processos que ocorrem no entorno dos grupos. Surge dessas leituras uma concepção de busca utópica, de movimento por uma sociedade mais fraterna e justa. Outro ponto importante diz respeito à celebração. Este momento é o ponto alto das reuniões e encontro de comunidades, é quando fica sintetizado as reflexões e as experiências de vida que são assim expressas neste rito

celebrativo. As reuniões em que constam as orações, reflexões e atividades, junto do texto bíblico e da celebração, formam as bases das Comunidades.

Em meio à sua organicidade e propostas de ação, podemos definir os processos formativos a partir das CEBs em duas vertentes principais. Em uma primeira, ela compete principalmente ao processo formativo ligado às próprias atividades das Comunidades Eclesiais de Base, de planejamento, reuniões, conversas, cursos, etc. Corresponde à própria dinâmica do cotidiano estabelecido pelas Comunidades. Numa segunda forma, podemos conceber a formação que se dá nos cursos e diz respeito ao debate direto sobre o funcionamento do mundo, sobre suas formas de ser. Neste aspecto, o autor salienta que a formação se dá através dos exemplos bíblicos e do campo do sagrado, não adentrando na conceituação política e teórica do funcionamento da sociedade. Assim, nesses momentos reconhece-se que o capitalismo é o sistema que engendra as mazelas vivenciadas pela comunidade. No entanto, não se adentra no modo de funcionamento do sistema capitalista, ficando a reflexão restrita a concepções teológicas (Paiva, 1987, p.156-157)

Em termos metodológicos, Gomes (1989, p.162) aponta alguns aspectos fundamentais das Comunidades:

método da reflexão: O mais comum nos encontros de reflexão é trazer fatos e momentos de vida em relação ao texto bíblico. Assim, parte da escritura serve para iluminar o acontecido no quotidiano das Comunidades Eclesiais de Base, unindo a fé com a vida.

avaliação: a avaliação já se tornou comum entre as CEBs. É corriqueiro a avaliação de determinada atividade pelos próprios participantes e realizadores da atividade. Nestes momentos são expostos principalmente problemas relacionados à referida ação e também seus êxitos. Por vezes não se alcança nenhuma avaliação geral ou definitiva, mas mantém-se a importância do espaço pela socialização da atividade e das impressões dos sujeitos participantes.

criatividade: nas reuniões e encontros das CEBs vê-se cantos, poesias, apresentações, interpretações teatrais dentre outras manifestações artísticas.

as formas de comunicação: a comunicação direta é o principal meio de comunicação das CEBs. Estabelece-se uma teia de contatos na Comunidade através do cotidiano que provê reflexões diárias a respeito da realidade.

Os grupos de reflexão, que talvez podem ser compreendidos enquanto a ação base das CEBs, se formam geralmente junto da definição de uma pessoa que coordena os encontros e atividades. O coordenador tem como responsabilidade coordenar a palavra, e garantir que todas as vozes sejam ouvidas e tenham oportunidade de se expressar. Ocorre que

características pessoais específicas são levadas em conta ao dar cabo de determinada prática, porém o debate e a definição do que será realizado é tarefa de todos, não dicotomizando assim o trabalho intelectual e o trabalho manual. Essa organização popular garante que as pessoas experimentem uma prática de democracia real, atrelando sua ação intelectual com ação concreta, isso se dando mediatizado pela coletividade.

Se faz uma dificuldade recorrente manter os rodízios de coordenação, já que muitas pessoas acabam por não se apropriar desse espaço de organização. Em algumas comunidades é comum estabelecer um período em que a pessoa fica como coordenadora, o que garante assim a rotatividade dos membros, não recaindo em alguma comodidade entre os sujeitos da comunidade.

No que diz respeito à sua forma de ação, Paiva (1987) propõe que elas sejam compreendidas em três dimensões. Primeiramente a atuação se dá no sentido da cobrança, junto à institucionalidade política competente, das demandas das camadas populares, seja em questões infraestruturais que concernem à comunidade ou em aspectos humanitários de grande necessidade da localidade. A partir disso, parte-se para uma organicidade na comunidade que remete ao trabalho coletivo, o que traz elementos de formação política, em encontros e reuniões, além do próprio planejamento do trabalho em conjunto. Há ainda, em terceiro lugar, ações que se orientam à organização do trabalhador, seja em sindicatos, partidos políticos ou outras formas de consolidação da coletividade.

Dessa expressiva organização popular as CEBs lançaram as bases para diversos movimentos sociais. É possível falarmos de uma *territorialidade* que foi construída ao longo dessas décadas, que por sua vez engendrou quadros de organização social que se desdobraram em outros movimentos, posteriormente. As Comunidades Eclesiais de Base são talvez o principal elemento animador tanto das lutas urbanas quanto das lutas do campo em Minas Gerais (Pompermayer, 1987). Em parte podemos trazer para esse contexto a importância de entender as relações camponesas como sendo comunitárias, em contraposição com a individualidade liberal do ocidente. Com relação ao eixo urbano, vale lembrar que em meados do século vinte ocorreram fortes migrações do campo para as cidades, sendo que, em grande medida, essa população oriunda do meio rural ocupará as periferias das cidades. Assim, esses vínculos comunitários também serão encontrados na cidade. É então a partir dos valores comunitários que as CEBs animarão a organização social, para os mais diversos fins e empregando os mais variados meios.

De forma direta, as Comunidades Eclesiais de Base propiciaram a formação de sindicatos rurais, associações das mais diversas naturezas, além de também fomentar

sindicatos urbanos, seja na construção dos mesmos ou na formação de chapas de oposição. De forma indireta, por sua proximidade com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), influenciou também em áreas que não tinham tanta influência. Dessa forma, as CEBs são largamente responsáveis por uma amplitude de movimentos sociais em Minas Gerais, seja nas cidades ou no campo.

Poderíamos dizer que o campo político construído pelas CEBs, marcado pela resistência ao poder hegemônico e situado a partir da população despossuída, compõem o campo popular. José Maria de Paiva define o campo popular enquanto a camada da população que não detém a hegemonia do poder, apesar de se articular para que alcance essa hegemonia. Em outros termos, estando hoje a hegemonia detida pelo sistema capitalista, é na relação de classes que em grande medida se desenvolvem as resistências e a formação das CEBs, a partir das classes exploradas do sistema capitalista. Sendo assim o movimento popular se torna a "organização (...) das classes populares, sob o princípio da hegemonia, com vistas à transformação da ordem social em direção aos seus interesses fundamentais" (Paiva, 1987, p.163).

Com relação à luta pelo poder, a atuação das CEBs pode ser vista enquanto contraditória. Por um lado, há a organização popular que se orienta para a mudança social, sendo que essa transformação geralmente se situa em algo que poderíamos chamar de *escala local*³, de forma que a atuação das comunidades geralmente abarca sua geograficidade mais próxima. As CEBs atuam na formação das classes populares e na sua organização. Sua ação tem como uma perspectiva de fundo que é teológica, de que todos são nascidos do mesmo Deus, e assim devem poder viver um mundo de justiça e fraternidade. É dessa concepção que o capitalismo torna-se algo em oposição à sociedade que a CEBs pretende gestar (Ibid., p.164).

Este contexto, de mudança social a partir de sua fé, junto da incidência nesta escala da comunidade, repercute na forma que as Comunidades Eclesiais de Base se relacionam com a política partidária. Parte dos sujeitos das CEBs têm resistência em ocupar ou disputar espaços de poder, seja em partidos políticos ou sindicatos. A organização das comunidades se dá em grande medida em função da construção da fraternidade e de boas reações de vínculo interpessoais. O poder político (no sentido partidário) é visto por vezes com desinteresse e aversão. Em parte, segundo Gomes (1989), tal visão é também resultado de um idealismo proveniente da visão de mundo imbricada à religiosidade e a utopia traduzida pela busca do Reino, fundado na justiça e na fraternidade. Essa visão pode, por vezes, deixar de contemplar as dinâmicas do poder político e os interstícios da construção da sociedade capitalista. Sendo

3 A respeito do debate escalar, ele será abordado no Capítulo 3.

assim, o horizonte do que pode ser mudado pode se restringir junto da escala de determinada CEB (Gomes, 1989, p. 65-68).

Não há explicitação das propostas sociais das CEBs nos seus espaços de reuniões e encontros. Não há uma proposta sistematizada, de caráter político-teórico, de como seria a outra forma de organizar a sociedade pelas Comunidades Eclesiais de Base. No entanto, sua ação nas Comunidades traz uma realidade concreta para essa nova forma de sociedade. É através de sua prática que podemos ver sua concepção de novas relações sociais que, na sua essência, são anti capitalistas. Não se trata de não haver propostas para a transformação social, mas sim de não haver generalizações de como essas transformações podem ocorrer. Algo que chama atenção dessa forma de atuação das CEBs é sua continuidade e longevidade do modelo. Essa forma de se organizar e de agir tem atravessado décadas de atuação e de articulação entre o movimento. Trata-se então de uma formação que tem acontecido a longo prazo, aprofundando essas outras formas de organização social.

A prática pedagógica das CEBs visa a organização das classes populares em vista de relações comunitárias, na experiência da troca, da alteridade e do trabalho compartilhado. A aprendizagem através das CEBs talvez seja sua grande contribuição à transformação social. Esse aspecto leva os sujeitos abarcados pelas Comunidades Eclesiais a refletirem sobre suas respectivas realidades e atuarem sobre elas. Essa prática assim produz uma importante formação política entre as classes populares, o que lança bases para a perpetuação da prática política. Se, por um lado, as CEBs traçam quadros políticos através da sua prática social, junto a isso está embebido ao processo o ânimo através da utopia. A celebração se faz um dado fundamental neste processo, e é o que leva à agregação de amplos setores das classes populares. A utopia e a prática política produzem uma imbricação do presente com o futuro, relaciona-se com a realidade tendo em vista a sua transformação.

Dentro do exposto, destacamos alguns aspectos das Comunidades Eclesiais de Base. É importante colocar em relevo que as CEBs formaram diversas lideranças políticas, assim como fomentaram a criação de sindicatos, associações e movimentos sociais. No entanto, esse aspecto se insere numa relação de contradição, já que, ao mesmo tempo, parte dos sujeitos das CEBs concentravam sua ação política na criação de um ambiente de fraternidade nas Comunidades, não se envolvendo na política partidária ou institucional. A prática política das CEBs, ao se concentrar nas comunidades e bairros, atingindo as necessidades concretas das pessoas, provocou seu espraiamento por Minas Gerais e, como visto, abarcava quase todas as dioceses em 1982.

Não se trata de dizer ou argumentar que a Escola Nacional de Energia Popular constitui hoje uma CEB, reformulada. Mas é necessário ter em mente os aspectos históricos que ajudam a fundamentar a ENEP e a influência destes sobre a Escola. No que concerne à ENEP, os desenvolvimentos históricos das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação são o que produzem a possibilidade dessa experiência em Educação Popular na Zona da Mata Mineira. O pensamento crítico imbuído no método *ver, julgar e agir* dá o chão teórico para os sujeitos que se lançaram na formação da Escola. No entanto, a ENEP formula seu próprio pensamento, o *método popular*, discutido mais adiante. Em um espaço que reúne partidos políticos e movimentos sociais, a Escola Nacional de Energia Popular tem a possibilidade de avançar politicamente onde a CEBs podem ter sido mais limitadas, em pensar a política regional e nacional.

Da mesma forma, há uma mudança significativa no que diz respeito à escala. De comunidades que se faziam em redes a partir dos encontros regionais e nacionais, a ENEP abrigará em seu seio diversos movimentos sociais com espacialidades variadas, que culminam em um ponto seu ideal e prática de Educação Popular. Importante também, ainda, a perspectiva política abrigada na ENEP, de compor o campo popular e reconhecer a produção de desigualdades e injustiças a partir do sistema capitalista, logrando que sua prática, assim, dê passos em superá-lo. Adiante, vemos como se deu a formação histórica da ENEP.

2.2 A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR

Pode-se dizer que são três os fóruns de gestação e criação do que se tornaria a Escola Nacional de Energia Popular, a saber: as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras, as Vivências Missionárias e as reuniões e ações do MEPE, o Movimento Evangélico Popular Eclesial. Sujeitos, grupos e movimentos sociais que compõem esta construção advém, de forma geral, das ações pretéritas das CEBs. Dessa forma, as CEBs e a TdL são os movimentos políticos que em grande medida ajudam a formar estes sujeitos que, então, fazem sua ação incidir sobre sua própria região. O percurso que levará a ENEP a se concretizar em 2015 tem início, é possível argumentar, na mobilização para as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras de Urucânia, em 1991. O nome “ENEP” apareceu pela primeira vez em 2014 e, em 2015, começará a se concretizar a partir do primeiro mutirão.

Considerando os aspectos históricos e organizativos – assim como os pedagógicos – das CEBs, discutidos na sessão anterior, veremos que a formação da Escola Nacional de Energia Popular advém do contexto político das Comunidades Eclesiais de Base, e traz para sua pedagogia, em construção, elementos das mesmas.

Esta sessão sistematiza e articula a memória de quatro entrevistados e entrevistadas, que participaram deste percurso de construção e idealização da Escola. Junto a esse aspecto, referendamos parte das histórias em documentos fornecidos pela ENEP e parceiros.

A respeito da relação das CEBs e a formação da ENEP, Entrevistado 02 pondera:

mas todo mundo, todas as organizações. Que estão hoje na ENEP. Quase todas são frutos desse trabalho mesmo das CEBs, né? Porque as CEBs é comunidade de base, né? Comunidade Eclesial de Base. Então assim você pega o *MEPE* por exemplo, que foi um dos grandes, né atores assim, nessa questão da da insistência de uma escola de formação, né? Depois veio a ser ENEP. Mas já tinha tentado outras vezes, né? E esse grupinho ali do *MEPE* é um grupinho que vem ali de CEBs, né? Com certeza é um grupo que ainda está na CEBs. *Então ela não aparece assim como um farol. Mas ela tá por trás de todo mundo aqui.* Quase, quase todo mundo entendeu. Você pega aí o MAB, o MAB surgiu onde? Também aqui, talvez na Nacional, não, Mas aqui na nossa região nasceu com a Igreja. Entendeu assim. E aí, vendo a figura do Padre Claret, por exemplo, não só ele, mas vários outros ali na nossa região, principalmente Ponte Nova, Guarapiranga, o MAB nasceu, O MAB. Veio assim pelas mãos da igreja para cá, né? Porque precisava desse, de alguém que ajudasse nessa reflexão sobre as barragens e tivesse conhecimento. E aí o MAB veio, mas justamente trazido pelo espaço mais o pessoal da Igreja, né, da Teologia da Libertação, esse grupo que buscou. Nessa organicidade. As comunidades. Diante das barragens. *Então é isso que eu avalio assim que ela não está como farol, mas como pano de fundo ali e tem acesso* (Entrevistado 02)(grifos nossos).

Entrevistado 02 considera que as CEBs não funcionam como “farol”, ou seja, como um ponto de destino ou de ancoragem do processo que leva à formação da ENEP, mas que se constitui enquanto um importante aporte histórico. E, se tratando a ENEP de uma articulação de movimentos sociais, as CEBs fazem assim o fundo histórico dos próprios movimentos que vão constituir a Escola. O Entrevistado 01 também relaciona a formação de um conjunto de movimentos sociais e do próprio Partido dos Trabalhadores às CEBs:

Então, assim, se a gente pensa as CEBs na origem de um conjunto, se a gente pensar o MST, o próprio MAB nasce das CEBs. Os, aquelas pessoal mais da retaguarda, mesmo assim da velha guarda, né? Era tudo pessoal, de comunidade eclesial de base, né? Então, eu acho que tem a ver assim. Desse ponto de vista, as CEBs. Ela tá. Ela tá na origem de um conjunto de de iniciativas por aí. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores. Ele, principalmente o Partido de Trabalhadores, nasceu em boa parte de gente que era das CEBs, né? Das CEBs. Eh. As próprias lutas. [...] Ele [Entrevistado faz referência à um militante do MAB] fala assim que esses processos

de luta mesmo luta às vezes até clandestina, das guerrilhas e tal. No caso do. Do Brasil. Eh do processo revolucionário, vamos dizer assim. De tudo o que envolve isso, né? Ele fala que é uma junção do pessoal da igreja, ou mais precisamente das CEBs e que não sabia muitas vezes como fazer as coisas. *Mas tinha um idealismo imenso, né?* E o pessoal que nem acreditava, vamos dizer, não tinha uma crença específica assim num Deus. *Mas que estava adquirindo, maneja de fazer a luta.* Então, que esses processos que aconteceram no Brasil tem muito a ver com a junção dessas duas coisas. Então a CEBs está na origem, parece. Do meio monte de coisa. (Entrevistado 01) (grifos nossos).

Há uma articulação conceitual aqui interessante, que remete à caracterização de CEBs que é feita anteriormente. O Entrevistado 01 compreende que as CEBs colaboram (ou colaboraram) significativamente com a força e mobilização popular, no que ele caracteriza enquanto “um idealismo imenso”. Enquanto que, outros setores populares, foram mais versados nas formas de realizar a luta popular. Esta articulação que teria possibilitado a força que compõem o campo popular, no referido período histórico. Da mesma forma, Gomes (1989) indica que as CEBs, apesar de realizarem ampla mobilização política, não se fortaleciam em compreender de forma profunda as contradições sociais que são produzidas no sistema capitalista.

Entrevistado 01 também considera que o mesmo processo de mobilização ocorre na região⁴. Como exemplo, cita o Centro de Tecnologias Alternativas, que também teve em sua formação sujeitos oriundos das CEBs: “Inclusive aqui na região. Se você considerar, por exemplo, se você for olhar o CTA⁵, né? Tirando os estudantes, eu acredito que todos os outros e todas do início. Deviam ser das CEBs”.

Dentre os movimentos sociais que compõem a ENEP, o MEPE é o que se destaca como sendo aquele proveniente diretamente das CEBs, tanto em sua prática quanto em sua história. O MEPE, como citado acima, é indicado como sendo um dos grandes atores a construírem a proposta de uma escola de formação. A respeito do MEPE e sua relação com as CEBs:

O MEPE. Ele nasceu inicialmente da ideia de a gente simplificar o jeito de ser Igreja, o jeito de ser comunidade. Porque no nosso ver, a Igreja passou a trabalhar um conjunto de coisas. E às vezes faltava uma questão central. Aí nós começamos a pensar, pensar, pensar, né? E imaginamos assim. Na verdade, a aplicação da própria

4 Compreendemos a região aqui, fundamentalmente, enquanto aquela que tem sido construída pelos movimentos sociais aos quais nos referimos. A grosso modo, lidamos assim com a Região Leste da Arquidiocese de Mariana e a zona central da Zona da Mata Mineira, especialmente à oeste da Serra do Brigadeiro e à nordeste da mesma. Não nos referimos, então, à totalidade do que se concebe enquanto Zona da Mata Mineira, recorte este oriundo de outra territorialidade, do Estado.

5 Centro de Tecnologias Alternativas.

CEBs, né? *A comunidade ao central*. E na comunidade nós vamos trabalhar então, o *grupo de reflexão*, que é aquela ideia do grupo que se reúne semanalmente e tal com os vizinhos, né? Na cidade, na roça, onde mora. E *mensalmente*, o *plenário se reúne*. Então você tem essa dinâmica. Mais gente, menos gente, mais gente, menos gente. Então, o grupo de reflexão, *a ideia de trabalhar*, a partilha que a gente chama de *dízimo*, mas a partilha mesmo que pode ser, tem uma reunião. Então as pessoas partilham, tem uma missão, as pessoas partilham. E trabalhar a missão. E a *celebração*, independente de padre ou não, o pessoal trabalhar a celebração semanal. Então é basicamente isso. O MEPE nasceu da ideia de simplificar o jeito de ser Igreja no nosso meio, considerando aquilo que fosse central, que é a comunidade, o central, é a comunidade. Na comunidade, então, você tem o grupo de reflexão, você tem a missão que é tanto ali quanto também fazer trabalho em outros lugares, visitar a família, né? [...] E você tem ali a partir e tem a celebração semanal naquele espaço. E daí? Sentiu-se a necessidade da reunião mensal. Então o grupo que todo mês se reunia e se reunia de forma itinerante também no lugar, no outro, no outro e tal. E sempre tinha sim uma questão central para fazer. *Durante o tempo foi a Romaria*. *Durante o tempo foi missão*. E assim por diante. Basicamente isso. Mas eu diria que nasceu dessa ideia de simplificar. Eh.(Entrevistado 01) (grifos nossos).

A formação do MEPE, a partir do entrevistado 01, decorre diretamente dos elementos que compõem as CEBs. No intuito de “simplificar o jeito de ser Igreja”, o grupo se forma com ações que se davam na comunidade, e reuniões maiores, que agregam mais pessoas. São nesses fóruns de encontro que serão construídas as Romarias. Vemos aqui então uma vinculação direta das CEBs e sua forma de organização com que vai impelir a itinerância para as Romarias e, posteriormente, as discussões a respeito da Educação Popular que acabam por fundar a ENEP. A condição de sustentáculo das CEBs provém das comunidades, como discutimos acima (Paiva, 1987). E, estando o MEPE situado enquanto proveniente das CEBs, também há o reconhecimento do percurso histórico derivado do Concílio Vaticano II. Conforme verbaliza sujeito alvo da entrevista,

como é que a gente poderia conceituar CEBs, né? Ela tem um fundamento lá na Bíblia a gente fala nas primeiras comunidades cristãs, comunidades que foram formadas em. Até uns 40, 50, 60 anos depois da morte de Jesus, isso assim, como fato histórico mesmo. Então essas comunidades se originaram e ali elas se reuniam tal e tal. E a Igreja foi fazendo a caminhada histórica [...] Essa ideia de voltar e essa ideia da volta já vinha vindo, mas ela ganhou força no Vaticano II. Né? Que foi? Ele começou. 1959 60 por ali, né? Por ali. Então CEBs é isso, vão dizer, é o esforço da volta à origem, entendendo se como origem aquelas comunidades lá que estavam próximas ou que alguns membros conheceram Jesus pessoalmente, ou alguns conheceram gente que viveu com Jesus a ideia de voltar. É basicamente isso (Entrevistado 01).

O entrevistado 04 coloca que são os/as mesmos/as sujeitos a trabalhar a ideia da ENEP, seja no MEPE, nas Romarias ou nas Vivências.

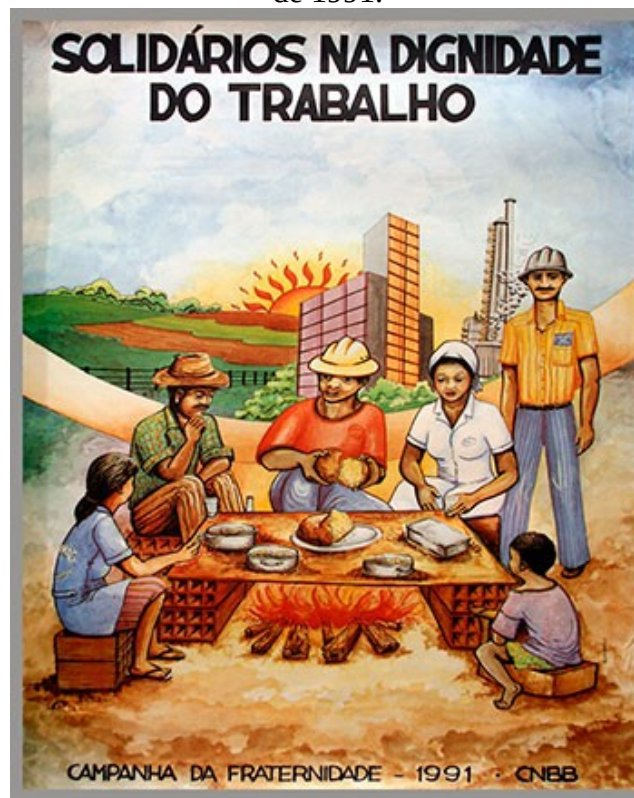
Tenho, tenho, sim, sim, é que o que acontece que muitas foram muitas informações dentro dos nossos movimentos, né, a primeira coisa nós temos o grupo do MEPE, né, o MEPE é o Movimento Evangélico Popular Eclesial, então, assim, os membros do MEPE às vezes são os mesmos membros da ENEP, aí das Romaria, né, então o MEPE ajuda a discutir Romarias, o MEPE ajuda a discutir as Vivências, né, as Vivências Missionárias, o MEPE ajuda a discutir a ENEP, né, então o MEPE é um movimento de pessoas, então eu me lembro que a gente tava em Guaraciaba e eu me lembro conversando mesmo, né, o que que seria melhor para a gente construir um espaço popular, né, aí surgiu essa palavra é, me parece que em Paula Cândido também nós tivemos lá, é reuniões tanto do MEPE quanto, é, reunião de Teologia Popular, né, ou seja, todos os espaços nossos que a gente reúne, a gente vai alimentando um sonho, né, de construção da ENEP e aí, Viçosa, teve aí uma, não sei se você vai lembrar, é, 2006, teve aqui a Romaria dos Trabalhadores, né, foi [...] mais um, um pontapé, né, para a gente alimentar a ideia do sonho da ENEP, né, então, ou seja, junta o MEPE, junta o MEPE, as Romarias, as Vivências, tudo aí é o mesmo, são mesmas pessoas que vai traçando as metas, né (Entrevistado 04).

Em 1991, ocorreu pela primeira vez, a Romaria de Trabalhadores e Trabalhadoras na região. Sua primeira manifestação se deu em Urucânia, cidade que abrigará a marcha do primeiro de maio por dez anos, até que as Romarias assumirem o caráter de itinerância. A proposta da Romaria parte de um grupo de padres, à época em Ponte Nova e região, que se indignam com o trabalho análogo ao escravo em plantações de cana da região. As Romarias dariam início a um processo de construção de uma iniciativa de uma Universidade Popular ou, em termos mais genéricos, um espaço de formação para e a partir dos movimentos sociais. Assim, compreender a Romaria é compreender o processo que engendra a ENEP:

Ela se iniciou em Urucânia, inicialmente por uns padres e pessoas presentes ali em Ponte Nova, né? Mas em função assim da questão da cana de açúcar e tal. Monocultura, trabalho praticamente análogo à escravidão ali, né? Então ela foi acontecendo em Urucânia, quando ela passou a ser itinerante. Então o MEPE é que começou a fazer esse debate, né? O MEPE entre, entre outros, né? Mas sim o MEPE que puxava um pouco esse debate e a questão como estava a EFA junto, né? Então a questão da educação ela sempre vinha, né? E daí o pessoal foi, foi discutindo assim que cidades próximas a Viçosa, tipo eu sou de Calambau. Pessoal conhece bem Porto firme e tal, tudo muito perto e era raro assim uma pessoa que [...] estudasse na UFV. [...], UFV era uma coisa assim do outro mundo, né? Então isso foi entrando para o debate da Romaria. Tanto que o lema [referindo-se à Romaria que ocorre em 2006, em Viçosa] eu acho que uma frase de "como superar esse abismo", essa que era a frase que nós justamente retratando essa, essa realidade, né? Então, internamente foi discutido. Depois isso foi para a Romaria e continuou sendo discutido essa distância (Entrevistado 01).

Em 1991 a Campanha da Fraternidade traz como tema o trabalho (Figura 1).

Figura 1 - Cartaz da Campanha da Fraternidade de 1991.



Fonte: Campanhas, 2024.

Junto disso, considerando-a uma oportunidade, há a mobilização para a primeira Romaria,

Então assim esses padres que estava ali e trabalhava a questão social em Ponte Nova e onde estavam, né? Aí resolveram organizar a Romaria. Eu acho que foi a partir da Campanha da Fraternidade, talvez sobre o trabalho. [...] E eu acredito que tem [...] a ver sim. [...] A Igreja Católica, [...] Todo ano pensa uma questão para ser debatida no Brasil todo, né? Então, eu acho, eu tenho uma leve lembrança que a Campanha da Fraternidade era sobre o trabalho. Aí, geralmente a Campanha da Fraternidade acontece num período que a gente fala do período litúrgico, né, da Igreja. Mas, e acontece durante a Quaresma, que é um tempo antes da Semana Santa. Então, geralmente a campanha Fraternidade ali. Fevereiro, março, né? Então, eu acho que foi isso. Teve uma campanha que debateu a questão do trabalho, o pessoal pegou isso e aproveitou a situação assim, desafiante daquela região. A Jetiboca, muito forte na época, muito forte, né? Todo cheio de cana ali. E começou a Romaria (Entrevistado 01).

Na sua concepção e na formação das Romarias vindouras, CEBs, pastorais, sindicatos e partidos políticos têm um papel central em sua construção:

A Romaria quando ela foi criada, ela foi criada como um movimento assim, junto com a Igreja, mas também de sindicatos. Ela foi nasceu assim, já sabe a Pastoral mais à frente da Pastoral Operária. Então, já era uma pastoral, né? De um nível de discussão político muito grande. E ali vieram junto todas as forças, mesmo aqui da região. Foram juntas. [...] Pastorais, partidos estavam juntos. Só que mesmo no início, até que eles apareciam bem, era. Era meio que misturado mesmo, ainda meio misturado. Depois que vieram com muitas regras, né? Até Dom Luciano sair nunca teve problema. Tinha bandeira de partido mesmo, entendeu? (Entrevistado 02).

O Entrevistado 01 considera que, ao princípio das Romarias, ainda em 1991, é possível considerar a ação a partir das CEBs caso as tomemos em um sentido mais amplo, compreendido por nós enquanto seu campo político e de atuação junto às comunidades. Ainda, considera também as Pastorais sociais, principalmente a Pastoral Operária, presente à época no município de Ponte Nova. Logo, conforme verbaliza entrevistado,

dá para pensar da CEBs ou dá para pensar de e das duas coisas. Na verdade, ampliando um pouco o conceito. É da CEBs, porque são partes que defendem uma igreja assim participativa, a partir de comunidades e tal. Então, no sentido mais amplo, é das CEBs e é também de pastorais sociais, porque aí tinha a Pastoral Operária, ali, sabe? Então, é um pouco a junção disso aí, que no fundo é a mesma coisa. Porque as CEBs já tem em si essa, essa proposta do trabalho social, né? Mas eu acho que pode dizer que é das duas coisas. Das pastorais sociais e das CEBs (Entrevistado 01).

A possibilidade da construção política das Romarias também parte da liderança da Diocese de Mariana, Dom Luciano⁶, figura importante para os movimentos sociais da região e, em particular, da ENEP (Figura 2).

6 Foge ao escopo do trabalho nos debruçarmos mais detidamente na figura de Dom Luciano. No entanto, é importante destacar que fora de imensa importância para a constituição da ENEP e das condições para que o campo político fosse fomentado e articulado. A Escola Família Agrícola que também funda a ENEP carrega em si seu nome, “EFA Dom Luciano”. Dado o contexto de sua nomeação à Mariana, somos levados a supor de que foi figura central para o fomento da prática das CEBs na região, assim como o fortalecimento dos movimentos sociais.

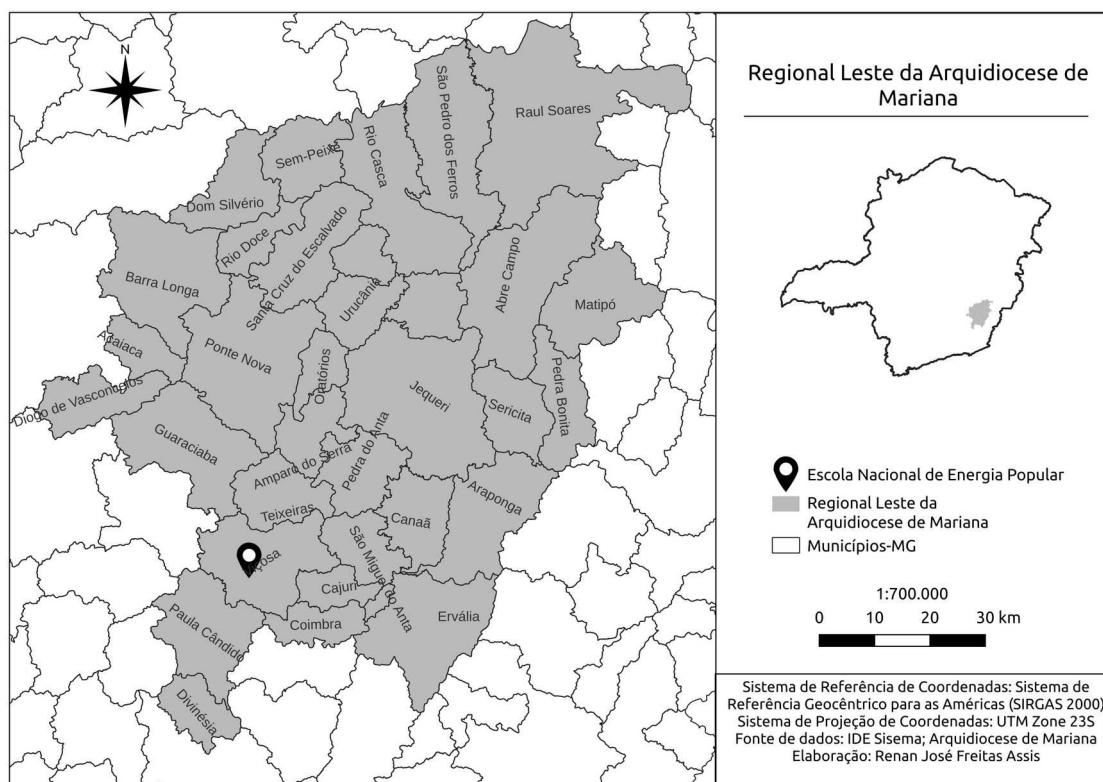
Figura 2 - Vivência Missionária ocorrida em 2023. Ao centro da imagem, em *banner* de destaque, imagem de Dom Luciano, com os dizeres: "Dom Luciano vive na luta do povo".



Fonte: próprio autor, 2023.

Assim, configura um cenário em que as Romarias formam-se a partir da Campanha da Fraternidade, tendo apoio em uma escala regional, da Diocese, e são construídas e articuladas pelos movimentos da Região Leste da Diocese (Mapa 1), majoritariamente.

Mapa 1 - Regional Leste da Diocese de Mariana



Fonte: próprio autor, 2023.

Por dez anos a Romaria se realiza em Urucânia, porém os movimentos se mobilizam para que ela fosse itinerante:

Que a romaria sempre teve o potencial muito grande. Mas que aconteceu? Urucânia começou no processo. Muito bom assim. Mas ele foi ganhando corpo com o Santuário, que é muito famoso Santuário de Urucânia. É um espaço de muita visitação. É uma cidade de turismo religioso. O que aconteceu? O pessoal aproveitava a Romaria, né, para ir para o Santuário. Então, muita gente, muitos já passavam direto. Dia 1 de maio passava direto. Não participava mais [...] da caminhada. Então o pessoal achou que estava perdendo assim com isso, sabe? Porque ia muita gente, Mas as pessoas não estavam ali por causa do tema da Romaria, por causa do santuário, entendeu? E aí, com isso, quando saiu de Urucânia, a gente sentiu assim que né, O pessoal ficou bem animado a criar outros espaços. E aí a Romaria foi Viçosa (Entrevistado 02).

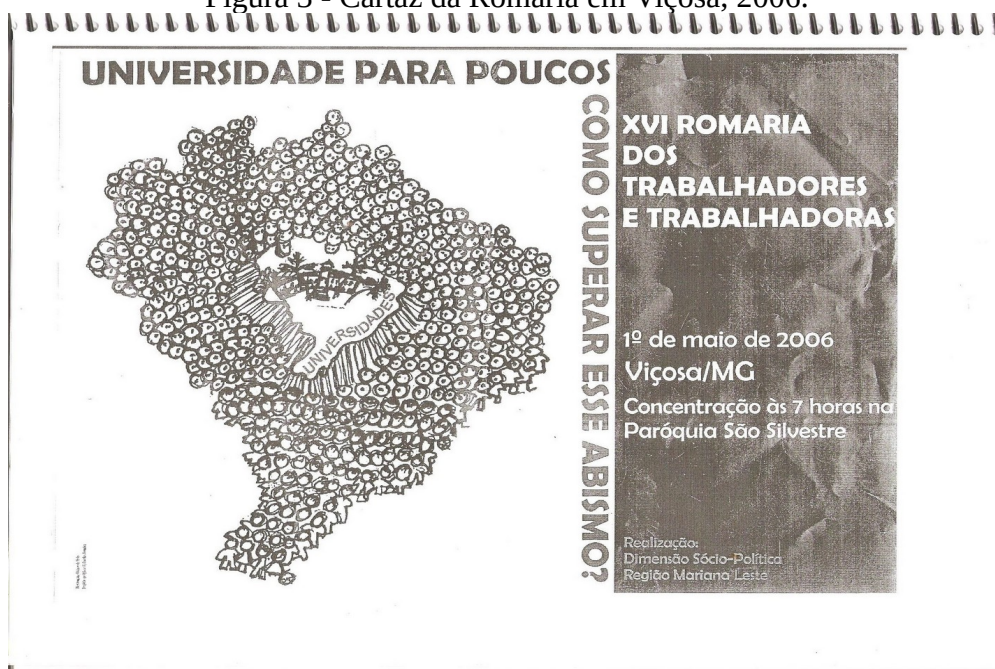
A posição política que fundamenta a saída da Romaria de Trabalhadores e Trabalhadoras da cidade de Urucânia se baseia na necessidade pela itinerância dos eventos. Destaca-se que a motivação religiosa da visita à Urucânia passa a ganhar muito relevo, em detrimento da simbologia e da ação referente ao dia do trabalhador. Considerava-se também a capacidade política das Romarias:

A gente andou por essas cidadezinhas todas fazendo essa discussão da universidade, do espaço, da inclusão, né, desse acesso. Então, foi bem legal. E daí foi falado isso que a gente precisava de um espaço de formação para. Do campo para a cidade, para o campo. Uma formação que fosse mais voltada para a classe trabalhadora. Tudo isso foi falado neste mesmo contexto, em 90 e 94, 93 também (Entrevistado 02).

A primeira cidade a abrigar a itinerância dos atos do 01 de maio foi Viçosa, sendo que o grupo se mobiliza para discutir a educação, o acesso ao ensino superior público (Figura 3), assim como a construção de um espaço que fosse dos movimentos. É desta Romaria que se fortalece e se reitera a o incômodo e posicionamento político de buscar formas de garantir o acesso à educação à setores populares:

Como superar esse abismo, isso mesmo. [...] Mas é isso, né? Trazer essa reflexão de como superar esse abismo na educação, né? [...] Quando você fala da né, da dificuldade das pessoas terem acesso à educação superior, por exemplo. [...] Como superar isso, né? E aí eu lembro que na Romaria, a gente saiu lá do Silvestre, a gente veio caminhando e aí na porta da UFV, ficaram assim várias pessoas, né? Cercando meio que para simbolizar isso, né, que o povo vem. Mas tem alguma coisa ainda que impede, né? Muita coisa que impede. Aí tinha uns nomes lá de tudo que impedia, né? Assim, várias coisas simbolizadas. E foi bem legal assim, esse, esse, esse momento, sabe? E aí, a partir de então, e essa romaria foi bem legal, que foi uma das primeiras Romarias. Eu acho também que o pessoal tava meio empolgado porque tinha um grupo, já que discutia essa saída da Romaria de Urucânia (Entrevistado 02).

Figura 3 - Cartaz da Romaria em Viçosa, 2006.



Fonte: arquivo pessoal.

A partir deste momento de itinerância, o MEPE é quem passa a estar à frente na coordenação das Romarias (Figura 4). Entrevistado 01 reitera que o processo de coordenação das Romarias passa a ocorrer através do MEPE, que articula junto de outros movimentos a organização da ação. Além do protagonismo que envolve o MEPE, principal articulador também da ENEP, coloca-se em relevo que o importante para a construção da Romaria era o processo em si de construção e de formação, em torno do tema.

Pesquisador: É, e quando começa a itinerância é quando o MEPE. O MEPE, que dá para dizer que toma mais a frente das Romarias? É mais no sentido de coordenação, articulação?

Entrevistado 01: Isso no sentido da coordenação. Porque aí, como é que ficou? E você tinha um processo de pensar a Romaria, né? Porque se fosse assim, realizar a Romaria e o pessoal estava tão acostumado que bastaria dizer onde era, todo mundo ia. *Mas para nós era importante o processo.* Então, todo lugar onde iria ser a Romaria nesse processo itinerante, então, um bom tempo antes, começava a reunião mensal para ir pensar na Romaria, discutindo [...]. E o MEPE é que chamava essas reuniões aí chamava as outras organizações. Então MEPE ele passou a coordenar um pouco o processo de organização da Romaria. Ainda que no dia da Romaria outras pessoas estivessem coordenando, né? (Entrevistado 01) (grifos nossos)

Figura 4 - Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Teixeira-MG, 2023. Discurso a respeito da mineração que ocorria à época, no município. Com a fala está Pe. Geraldo, parceiro da ENEP.



Fonte: próprio autor.

Por volta de 10 anos, de 2006 a 2016, a Romaria se realiza em itinerância com o MEPE à frente da articulação e coordenação. No último ano, com a chegada de Dom Geraldo à Mariana, há um novo entendimento a respeito da Romaria (Figura 5). A partir daí, será a Dimensão Sócio-Política da Diocese que assumirá a frente da organização.

[...] o MEPE foi coordenando esse processo, né? [...] Foi no ano mesmo que Dom Geraldo veio para cá ou no ano seguinte. [...] Aí eu lembro assim que ele, como ele, vinha de outra região, ele achou meio estranho assim uma Romaria que é da igreja e que não é da igreja, vamos dizer assim, né? [...] Esse processo de organização da romaria ele não tinha necessariamente que passar pelos conselhos que a Igreja tem para dizer isso aqui e tal, tal, tal, né? Então o Dom Geraldo achou isso meio estranho. Nós levamos adiante e tal e logo após a Romaria, aí houve um diálogo com ele, né? Mostrando como é que esse processo e tal, tal, tal ele entendeu. Mas a partir daí. Ela ficou uma romaria mais oficial da diocese. Aparentemente é tudo da mesma forma, tudo pensado da mesma forma. Tava junto as outras organizações, mas aí já é a Dimensão Sócio Política que chamava as reuniões. [...] O Dom Luciano Era, era. Tinha outras questões assim, para a nosso ver, causas mais. Não é mais importante, causas né, ele tinha lá as causas, né? E o Dom Geraldo ele olhava um pouco além disso assim, de algum modo, ele olhava mais para dentro da Igreja. Se é da Igreja, então nós que tem que organizar. Na visão dele, era isso. [...] Mas foi a partir dessa avaliação da Romaria que aconteceu em Mariana. É porque também essa Romaria teve muito questionamento e tal. Ah, Vale ali muito presente. O pessoal questionou muito, então acho que acabou trazendo também. Incômodo assim? Não sei. Pode ser que alguém tenha reclamado com o bispo, Então isso trouxe. Trouxe essa avaliação. (Entrevistado 01)

Figura 5 - Cartaz da Romaria de Mariana, 2009.



Fonte: arquivo pessoal.

Apesar da mudança de coordenação ocasionada pela Romaria de Mariana, os movimentos não deixaram de estar presentes, seja nos atos ou também na construção das manifestações. Outrossim,

quando foi Mariana, Dom Geraldo, deu o grito. Aí chamou os padres, né? Não chamou a comissão não, porque quando estava em Urucânia a gente tinha uma comissão que era formada por todas essas forças. E ali o que a gente decidia estava decidido. Não tinha o bispo que a romaria era assim Romaria dos trabalhadores trabalhadores com a arquidiocese de Mariana. Ela apoiava. Aí vem a organização, o nome das organizações e a diocese apoiava. Quando chegou dessa romaria de Mariana, que eu não vou lembrar o número dela, o Dom Geraldo chamou, já era Dom Geraldo. Geraldo chamou todo mundo e falou “A romaria continua se ela for da Arquidiocese”. Aí uma turma foi contra, né? Mas. Impuseram assim mesmo. E aí, no cartaz, a Romaria começou a sair. Romaria aos trabalhadores. Realização Arquidiocese de Mariana. Aí inverteu. E aí nosso povo ficou meio que entendeu. Assim, o pessoal mais nosso ficou meio emputecido com isso. *E mesmo assim a gente continua junto e dando a nossa cara assim, né? Porque não adianta falar que é da Arquidiocese, porque quem organizava a Romaria era o povo mesmo.* E. E aí houve a confusão danada. E nos 25 anos, né? Eles então retomaram com a Romaria até para marcar os 25 anos. Voltaram para a Urucânia. Chega lá o padre estava lá. Não queria deixar a Romaria sair de lá de novo. Aí, 26.^a foi lá por causa dessa confusão. Aí depois o pessoal tirou meio que na marra. Assim, né? *Então ela vai continuar porque a ideia é que a Romaria vá onde está os problemas, onde estão os problemas.* E é aí, meio que teve uma Romaria lá, assim mesmo, com o pessoal da região. Então sempre a questão de sair de lá. Tá vendo? Tem sempre esse, né? Um pouquinho assim de confusão (Entrevistado 02) (grifos nossos).

A alteração da coordenação da Romaria se dá apenas, portanto, em 2016, ano em que os movimentos sociais na ENEP já haviam assinado o comodato que dá início nos trabalhos da área em questão. Por 10 anos há itinerância da Romaria e a coordenação do MEPE junto de outros movimentos. Sendo que a primeira Romaria tem como tema a Educação, durante esta década houveram acúmulos de discussões e articulações políticas que formariam a ideia da Escola Nacional de Energia Popular. O início deste processo, dentro destes termos, pode ser traçado até 2006:

Pesquisador: Mas é dessa Romaria que surge um incômodo maior. E aí surge, começa a se pensar uma coisa que viria a ser a ENEP? Ou não?

Entrevistado 01: Havia um incômodo, mas parece que o debate da Romaria, a realização dela e deu, aglutinou força em torno do incômodo e continuou o debate. E justamente. E daí? Isso ajudou a gerar a ENEP. Tem a ver sim. (Entrevistado 01)

É reconhecido que a ENEP não surge diretamente da Romaria, enquanto conjunto. Mas é dela que advém o incômodo, e se “desperta” para a necessidade desse espaço de Educação Popular. Logo,

e aí começou esse negócio aí. Mas então, só para retomar a sua pergunta, eu acho que a Romaria nesse sentido foi fundamental para despertar essa discussão, né? E aí essa discussão ela acabou, assim, tudo que vinha depois ela meio que voltava, né? Então, o que que a gente vai fazer? A gente tem que ter um espaço [inaudível] E as Romarias é um espaço muito assim. Qualquer uma das romarias, tanto a dos trabalhadores como das águas, tem várias romarias. Todas são importantes, né? Porque é um momento de aglutinar forças importantes. Assim, né, Para discutir, para que seja para denunciar, né? Um espaço importante (Entrevistado 02).

A compreensão do grupo, a respeito do incômodo e da indignação que surge e é suscitada pela Romaria, vai em duas direções. Em uma compreende-se que há de acontecer a ocupação da Universidade por parte da camada popular, em especial pela população da região. Em outra direção há a compreensão de que também há a necessidade de haver um local dos próprios movimentos, “um espaço nosso enquanto universidade popular” (Entrevistado 01),

Nós temos que ocupar universidade e nós tem que ter o nosso espaço enquanto universidade popular, tipo um anseio, um sonho, vamos dizer assim. Inclusive. Eh, nós chegamos a ir lá no. No sul do Brasil. Veranópolis na época. Porque lá tem um seminário imenso que é. A igreja de uma congregação chamada Capuchinhos, mas é uma estrutura muito grande e parte dela está com o MST, né? [...] . Então assim nós chegamos a ir lá para conhecer, né? Para ver, assim como que a gente poderia se inspirar, né? Aí que nós vimos, nós colocamos um pouquinho o pé no freio no sentido assim que achamos que a gente tinha que ter uma caminhada melhor assim, para poder pensar no espaço como nosso, para ser popular de fato. Assim. Aí que começamos a. Ao invés da gente se preocupar em ter um. Né? Sei lá, uma coisa assim. Começando essa ideia da ENEP que você vai dando passo. [...] Nós chegamos a participar várias vezes ali em Guararema também, que é na Florestan Fernandes. [...] . Mas eu acho que a inspiração daqui da ENEP realmente ela está mais ligada a essa coisa, claro que é global, mas é também aqui. Assim, não uma universidade tão perto como que a gente [...] não consegue entrar nela. E como que a gente não, por que a gente não pode ter um espaço? Acho que tá mais ligado a isso. Não é tanto assim. Ah, tem aquela escola lá, vamos ver. Eu acho que não é tanto não. O fato de era mais assim para a gente não inventar a roda. Acho que é mais nesse sentido (Entrevistado 01).

A intenção das visitas e participações em espaços do MST vieram principalmente como uma primeira forma de conhecer um espaço de educação popular dos movimentos sociais. No entanto, os objetivos políticos e pedagógicos da ENEP se formaram principalmente na experiência política que ocorreu na própria região do grupo. A ideia de se ter um espaço físico para o campo que construía a Romaria assim como o fomento de ideias a respeito da popularização da universidade já ocorriam, durante a formação e articulação das Romarias. O grupo passa a discutir a criação de uma Universidade Popular. Assim,

Universidade Popular. Sim, isso. Vinha sempre com essa expressão ou de outra forma, mas sempre assim. Não. Nós precisamos ter o espaço nosso tanto. *Eu acho que as duas coisas apareciam bastante*. Tanto precisamos do espaço nosso quanto precisamos também [...] De acessar a universidade, de ter mais oportunidade de entrar. Mas já aparecia também como espaço nosso. Agora o termo ENEP em si, ele vem bem depois (Entrevistado 01).

A respeito da inserção das camadas populares no ensino superior público, houve uma mobilização para a criação de um curso, na Universidade Federal de Viçosa, que abarcasse principalmente a classe trabalhadora. Destarte,

tudo isso foi falado neste mesmo contexto, em 90 e 94, 93 também. Estava sendo discutido e aí também isso veio junto, né? Depois. E essa discussão na UFV, no curso de Agronomia, voltado para os filhos dos agricultores, para as famílias do campo. Só que com a saída do do reitor do Luiz Cláudio, ele foi pro MEC. Isso deu uma... Que ele era um dos motivadores, né? E ele, como reitor, teria condições de criar o curso, né? Mas o pessoal tinha dúvida se seria aprovado no Conselho, porque

né, era outra grade. Era. Acho que eu acho que nessa época seria até agroecologia. Eu participei dessa comissão. E depois que o Cláudio saiu, isso enfraqueceu e a ideia não foi para frente (Entrevistado 02).

A articulação se deu já na década de 1990 e, com a mudança de gestão na Universidade, há interrupção no andamento da proposta. Apesar de não ter sido possível a construção do curso à época da discussão, o acúmulo proveniente deste período contribui para a formação do que viria a ser o curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Eu não sei te dizer se ele foi reprovado, mas não conseguiram emplacar. O que aconteceu depois do LICENA, que de certa forma pegou esse documento? Eu tenho esse documento, aliás, pegou esse documento porque foram vários debates [...]. Pegou esse documento e adaptou para o curso do LICENA. Entendeu? Quer dizer, toda a discussão não foi à toa. Não foi em vão, porque depois veio o LICENA e aproveitou tudo isso que já tinha sido discutido também. Então, junto com essa discussão toda, né? (Entrevistado 02).

O Entrevistado 02 explicita que o grupo que articula a ENEP, que mobiliza as Romarias e Vivências, se propõe a uma educação não formal, que viria a constituir (assim como já constituía) o campo da Educação Popular: “A gente vinha também discutindo essa educação não formal. Onde que a gente estaria aí, né? No espaço menos formal, né? Mais aberto. E aí o pessoal começou a procurar em vários locais, né” (Entrevistado 02)

No sítio hoje pertencente à ENEP já operou uma Escola Família Agrícola, que atendia principalmente famílias da região. Ainda na década de 90 a EFA se desfez, sendo rearticulada já em 2010, em Araponga, sendo hoje a EFA Puris. Assim, concomitante com a discussão da Romaria, eram feitas articulações com Dom Luciano, bispo de Mariana à época, para que o terreno, pertencente à Diocese, fosse doado para a proposta de Educação Popular que se almejava. Com o falecimento do bispo e a troca da administração da Diocese, as conversas se interromperam. Serão retomadas a partir do retorno de dois Padres, do MEPE, que voltam de “missão”, e novamente o sítio será sondado. Desta vez, é negociado o comodato de 10 anos.

A gente chegou vê outros locais pra criar escola, né? E aqui na década de 90 eu acho que foi uma das coisas também que incentivou. A gente tentou aqui na Escola Família Agrícola que teve aqui [...] Essa casa, por exemplo, foi construída em mutirão pelos pais dos alunos, né? De Araponga, Araponga, Ervália. E aí já tinha esse espaço aqui. Só que, como ele foi bem polêmico na década de 90, o pessoal tinha meio assim, né? Eh muito insegurança com isso aqui. Eh, nós chegamos uma vez, [...] Dom Luciano doaria isso aqui. A gente conhece bem ele, né? Começou um processo de diálogo com ele. Muito bom, muito bom. Na hora que estava tudo prontinho, conforme as orientações dele, tudo certinho, ele adoeceu e morreu. E aí,

quando [...] Dom Geraldo chegou a não teve mais, foi difícil para conversar. A gente conversou uma vez. Não deram retorno. A gente acabou desanimando de novo. E aí o padre Claret mais padre Geraldo foi pro Pará, fazer missão. Aí deu uma esfriada, né? O padre João, que acompanhava a gente, o padre João do Carmo, que era prefeito de Acaiaca. Depois Claret voltou junto com João Batista e começaram de novo. Ah, não, você tem que ver esse lugar. Começaram a rodar de novo e caíram aqui de novo. Isso aqui era para ser mesmo. E aí, por incrível que pareça, na primeira conversa que fizeram, eles toparam comodato. Com a gente, né? Então. E aí começou essa discussão toda, né? (Entrevistado 02).

A partir das reuniões em que surgem, pela primeira vez, a ideia da ENEP, já se sabia da existência do terreno propriedade da Arquidiocese. Parte do grupo havia sido responsável pela articulação da CEPA, há décadas atrás, que remonta à década de 1990. Assim, tinha-se a área enquanto possibilidade. Após exaurir outras possibilidades na região, é feita a conversa com a Arquidiocese, e firma-se o comodato de 10 anos,

na época, com Luciano. Aí começou a CEPA naquela comunidade educativa, popular, agrícola, que. É a mesma EFA, né, vamos dizer assim, com outro nome. E também por n razão ela não seguiu adiante aqui, né? De algum modo ela se reproduziu em Araponga. Se reproduziu? Não. A daqui inspirou de lá, de algum modo, vamos dizer assim. Então tinha todo esse histórico que, em princípio, a gente tinha aqui no com a carta na manga, mas não queria vir aqui para aqui de cara. [...] Eu sei que nós olhamos terreno ali na saída de entre Viçosa e Paula Cândido. Tudo muito caro e a gente não tinha dinheiro nenhum. Daí nós estamos pensando, pensando, pensando e ela vai fazer a conversa aqui. E daí que veio isso, né? Veio essa primeira reunião e a conversa foi acontecendo e tal. Até que se chegou na ideia do comodato por dez anos (Entrevistado 01).

O motivo relatado pela não permanência da EFA no sítio se deveu à baixa procura de estudantes do município de Viçosa. Isso trazia relevo aos deslocamentos de estudantes de outros municípios, o que acabará levando a EFA até Araponga:

Uma das principais dificuldade era aluno de Viçosa. A EFA estava aqui e começaram a perceber que de Viçosa não tinha ninguém, então não fazia muito sentido os alunos saírem de um local, né? E vir para cá, sendo que aqui não tinha aluno. E aí começaram essa articulação para fazer uma Araponga que foi que que pelo que consta, né? Os documentos foram para EFA Puris, meio que transferiu para lá. Documentação.[...] Eu lembro que uma das coisas era essa, essa discrepância assim, entre, né? Zona rural, zona urbana de Viçosa, porque a universidade tava aqui, a zona rural, né? Normalmente o pessoal sem acesso, mas também não vieram porque era discutido isso nessa falta de oportunidade. Mas quando teve também os jovens não apareceram (Entrevistado 02).

Entrevistado 01 afirma que, por volta do ano de 2014 é que surge o termo ENEP. Foi resultado de duas reuniões, uma em Paula Cândido, do MEPE. O segundo encontro, de onde surge o nome, se dá em uma Vivência Missionária:

Acho que foi 2014? Talvez, né? E aí a gente [o entrevistado usa o termo “a gente” para referir a si mesmo] já estava no Pará. O pessoal continuava se reunindo aqui. Eu lembro que nós nos encontramos em Paula Cândido. [...] Como já vinha tendo a discussão, Não. Então. É bom a gente ter o espaço tau tau, tau, tau tau, né? E daí Depois uma reunião em Sobradinho, em Guaraciaba, é que nasceu o termo ENEP mesmo (Entrevistado 01).

A Vivência Missionária é criada para ser um momento de envio de dois padres, militantes do MAB, à Belo Monte. Ela se configura enquanto um espaço celebrativo, que a princípio não se constrói enquanto fórum eminentemente político, apesar de, mais à frente, ser o local de abrigo do surgimento do nome “ENEP”. Assevera entrevistado,

Ela veio porque a Vivência, ela é uma coisa bem interessante assim. Mas ela é assim um momento, né? Não é para discutir, não é para tirar encaminhamento, é para justamente o nome, já diz. A Vivência. Era vivenciar o que a gente pensou, porque o Padre Claret e o Padre José Geraldo estava indo para o Xingu, justamente lá naquele momento quente do Belo Monte, né? E eles foram para o Xingu em 2011. Aí o que que nós pensamos? Vamos fazer um momento assim na despedida não, vamos fazer *um momento de envio, que é simbólico, né?* Eles saem daqui dois grandes militantes do MAB, né? Saindo para ir para Belo Monte, né? Pra lá, pra essas questões todas lá no Xingu. E vamos fazer um momento assim, né? Criar um evento. [...] lá em Casa Nova que era justamente o local também, que estava brigando ali, lutando contra as barragens, o avanço das hidrelétricas, né? Então o que aconteceu? Foi tão bom assim. Essa riqueza de que que a Vivência, ela, ela praticamente assim, todos têm um momento. Alguém faz uma reflexão sobre a missão, não a missão de Igreja, mas a missão nossa enquanto cidadãos, enquanto cristãos e todos os espaços que a gente está. A gente tem uma missão, né? Ela traz bem essa bem ampla assim então e depois? Então a partilha todo mundo fala tem almoço e depois uma caminhada até as águas (Entrevistado 02) (grifos nossos).

Apesar de não haver um compromisso declaradamente político na construção das Vivências, esses espaços buscam independência e autonomia, com relação à institucionalidade da Igreja. Indaga entrevistado,

e a Romaria? E a Vivência? Assim como a Romaria ela procura. Ir nos espaços também que tem problema. Então e ela também não é assim? Não é ligada à diocese, né? Não tem assim quem quer, quem que organiza? Um grupo aí que junta e organiza? Entendeu? Não tem assim. Essa é a comissão. Todo ano a mesma coisa. Aí a comissão tem algumas pessoas que vão onde vai ser junto a comissão ali organiza.

Não é um negócio que é da igreja, sabe? Não tem dono, O negócio não tem nada, porque é uma vivência, né? Como é que é a vivência vai ter dono? Então é um momento legal assim, de reflexão mesmo e [...]confraternização, de partilha bem legal (Entrevistado 02)

A despeito do objetivo das Vivências Missionárias partirem de uma necessidade de celebração, do lúdico e do encontro, a promoção das Vivências é eminentemente político, e é resultado direto da relação e articulação dos movimentos sociais:

Aliás, ultimamente, pelo fato de não ter nessa aí que eu falo que a vivência não tem dono, a gente acaba puxando aqui com quem tá aqui, entendeu? Então acaba que sempre a gente puxa aqui com o pessoal que tá aqui na ENEP mesmo, que é o espaço hoje que a gente tem que agrega mais, mais gente assim, né? Você vai, às vezes você vai no MAB e lá é só o MAB. Você vai no MAM, é só o MAM. Aqui é um espaço que tem mais gente que tem, às vezes alguém do MAM. E o pessoal acaba interagindo ali porque a gente sempre fez isso. As Vivências, a gente articula a participação a partir de movimentos. Aqui o MAB tem dez vagas para vivência, o MAM tem dez vagas para vivência. A gente faz assim entrega o pessoal, articula. Entendeu? Pelo fato de sempre fazer assim. Então. Acaba que todo mundo ali participa. E a ENEP nesse sentido, ultimamente a gente tem feito a discussão mais aqui mesmo. E é aqui que a gente tem feito e colocado as informações. Não é nenhum pastoral. Lá é só divulgar. Da discussão da vivência a gente tem feito aqui. (Entrevistado 02)

Apesar de se fazerem dois fóruns diferentes, há sujeitos que constroem e participam tanto da Vivência como das Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras. Observa entrevistado,

o pessoal puxou e foi lá em casa Nova, em Guaraciaba. E foi em Casa Nova, justamente porque lá teve toda uma luta de resistência às barragens e tal. Então foi aí que começou a Vivência. E daí ela continua acontecendo anualmente, né? Então, assim, a Romaria, ela é mais massiva, chegou, sei lá, 4000 pessoas dependendo. E a Vivência? Ela é mais enxuta assim, 30, 40, 50 pessoas, no máximo 100, né? Mas quem? Quem organizava Vivência e boa parte que participava? *E a gente também, que estava na Romaria. Então, nesse sentido, as duas se encontram, né?* E aí a Romaria continua acontecendo em maio. Porque né, Dia do trabalhador. E a Vivência em geral. Em torno de julho. Aí foi acontecendo anualmente (Entrevistado 01) (grifos nossos).

Compreende-se que há um vínculo entre a Vivência Missionária e as CEBs de caráter simbólico, já que está inscrito na memória das pessoas que participam de experiências pretéritas com as Comunidades Eclesiais de Base. Assim,

A CEBs. Ela. Vamos dizer assim, ela está no simbólico. Dessas pessoas que. Eu de uma certa idade já, né? Dos mais novos acho que nem tanto. Mas por que já mudou bastante. Tá no simbólico desse povo. Porque realmente, a maioria veio desses espaços, né? (Entrevistado 01).

É em uma Vivência Missionária, ocorrida em 2014, que é pronunciado pela primeira vez a palavra ENEP. Entrevistado 01 reconhece que as duas reuniões que estabelecem o nome da ENEP são consideradas enquanto uma culminância do processo de formação e articulação da universidade popular dos movimentos sociais.

Pesquisador: E aí tem dois. Parece que culmina, né? O entendimento que é Paula Cândido e de Guaraciaba é que sai a palavra, surge.

Entrevistado 01: A palavra ENEP.

Pesquisador: Então tem uma culminância, parece para esse momento.

Entrevistado 01: Sim. Tanto que depois de Guaraciaba E aí eu não sei, eu tenho mais. Acho que também não demorou. Já veio um grupo aqui, deve ter foto. [...] Tá o São Pedro de Viçosa e um pessoal andando pela estrada ali um matão e tal e um grupo por ali. Foi essa primeira vinda aqui, após essa reunião, lá em em Guaraciaba. Né, que a pessoa veio e tal e começou e aí ao mesmo tempo começou esse processo de dialogar com a diocese, né? Aí já era o Dom Geraldo. *Eu lembro que o Tista e nós. Nós demos uma rodada, né? Então, bom, se a gente. Né, que é implantar a ENEP e tal.* A gente precisa de um lugar como a gente sabia do histórico aqui da Colônia, que é um espaço muito bom no sentido um espaço geograficamente tático, né? [...] Bem interessante, no entanto, e tinha um histórico assim de. A gente poderia chamar de vícios, né? Mas não é do povo. Como ficou um terreno meio que abandonado, era um terreno do Estado. Aí depois foi dividido, parte para a prefeitura e parte para diocese (Entrevistado 01) (grifos nossos).

Entrevistado 04 elenca um nome pretérito à ENEP, sendo EPP. Justifica-se o “nacional” da ENEP para ganho de “amplitude”, como dito. Revela-se assim o desígnio de ganho de escala proposto pela Escola. Almeja-se a articulação de “escalas” local, regional e nacional. A ENEP assim realiza um salto escalar, considerando o que o MEPE até então ensejou.

Entrevistado 04: Então aí aconteceu em Guaraciaba, um momento, desse mesmo, né da Vivência Missionária e lá nós, nós elencamos, de amadurecer o ponto, né, que falou isso mesmo, aí falou ENEP, né, Escola Nacional de Energia Popular, antes era EPP, Escola, não tinha nacional, né, mas como que era um projetão nós colocamos nacional, aí vai.

Pesquisador: Antes era EPP?

Entrevistado 04: É, EPP, Escola, é, de Projeto, como é que é? Escola Nacional de Projeto Popular, é EPP, Escola de Projeto Popular, EPP, né, aí depois surgiu a ideia de por o N, né Escola Nacional, porque EPP, no sentido Escola de Projeto Popular, aí ficaria muito, ficaria muito local, né, aí nacional, o que vai ser, a gente vai dar uma amplitude, né, é de um, de um universo maior, né, aí colocou nacional, ou seja, é uma escola aberta, né, tanto nacional, como regional, como local e assim vai, faz sentido (Entrevistado 04).

Novamente, no que diz respeito à busca pelo terreno e materialização da Escola Nacional de Energia Popular, o MEPE é quem assume o protagonismo da ação. O Entrevistado 02 também indica o Movimento Evangélico Popular Eclesial como protagonista da articulação e mobilização política que leva à construção da ENEP. Destarte,

e quando eu falo que o MEPE teve bastante protagonismo, porque realmente eles ficaram puxando isso, sabe? Insistindo assim na insistência. A gente sonhava, mas meio que desanimamos assim. Mas eles retomaram, né? E foram pra cima assim. E até esse próprio nome da ENEP discutiram a reunião deles. Depois compartilharam com a gente. E aí eles começaram a convocar, então os movimentos (Entrevistado 02) (grifos nossos).

No início do processo, material, de formação da ENEP, está implícito nas falas do trabalho que é desenvolvido na Escola, principalmente, através do que é designado enquanto “voluntariado” (Figura 6). Refletindo sobre as ideias da Escola, e sua proposta política de formação e contraposição à educação que se dá institucionalmente, talvez “trabalho militante” compreenda melhor a ação de mobilizar o trabalho na ENEP. Outrossim,

o Comodato foi assinado dia 11 de junho. Aí depois comodato assinado. Aí começou. Chamou a reunião. Segunda, terceira, a gente reuniu hora no Geraldinho hora na escola lá, né? Aí depois começaram a limpar aqui, já tava dando para conversar aqui de vez em quando. Depois o pessoal fez a plenária. Não é só de bambu, era só coberta, né? Sem nada de lado, só uma coberta mesmo. Aí já começou

as reuniões aqui mesmo, né? E aí foi. Mas é muito engraçado porque a gente olha assim, nossa, era muito precário, hoje já tem uma estrutura que a gente acha ainda que é, que pode melhorar. Mas nossa mãe, aqui, o tanto que melhorou essa cozinha aqui, né? Nossa, era difícil, né? Ela tá tão arrumadinha. Né? A gente sabe que tem que melhorar, porque é questão também de segurança e tudo. Mas se fosse olhar assim hoje tá muito bom. Isso aqui. Não é preciso muito mais que isso, não. Mas a gente sabe que tem que ter segurança (Entrevistado 02).

Figura 6 - Um dos primeiros mutirões na área da ENEP, em 2015. O prédio ao centro era utilizado pela CEPA na década de 1990.



Fonte: Arquivo pessoal Pe. João, 2015.

Em seu princípio, a ENEP já se realizava a partir das bases pedagógicas e organizativas que ainda a sustentam. As atividades que passam intervir no espaço para possibilitar ambientes de formação e fóruns políticos se dão através do trabalho coletivo, o mutirão. O propósito político é comum entre os sujeitos que participam da construção:

Então. Acho que é isso. Mas é por isso que eu acho que hoje eu *vejo formação e trabalho muito junto*. O trabalho. Não dá para ser dissociado assim da formação, né? A gente só vem porque a gente entende isso. Então, para mim, a partir do que a gente vem, isso é uma formação para nós também, né? E a gente entendeu o sentido desse trabalho, né? Que não é ninguém. Eu tô fazendo isso aqui porque me mandam, né? Porque eu to obediente, alguém to fazendo do jeito que eu potência que eu coloco aqui é porque eu quero. Entendeu? Eu posso trabalhar até meio dia e ir embora se eu achar que isso é o que eu aguento, posso ficar aqui até à noite, se eu

aguentar. Eu faço isso porque eu quero, não porque o sistema. Eu tô num trabalho que tem 08h00, tem que ficar ali de 8 a 5. Obrigada. Se eu sair, eu perco alguma coisa? Não. A liberdade que eu tenho de estar aqui, né? Que é o que todo mundo que eu trabalho deveria ser assim, né? (Entrevistado 02) (grifos nossos)

A construção da ENEP se faz a partir do que seus sujeitos e coordenação compreende enquanto *método popular*. Compreende-se enquanto constitutivos dele *trabalho, formação e mutirão*. É dessa organização político-pedagógica que os movimentos sociais que haviam organizado as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras assim como as Vivências Missionárias irão fundar a ENEP. Assim, os mutirões serão a base da organização do trabalho (Figura 7) para a construção de edifícios, pavimentos, rede elétrica e hidráulica, currículo e tudo o mais que irá compreender a ENEP.

Figura 7 - Mutirão de construção da plenária. Aqui o trabalho em mutirão guarda a formação política implícita. O trabalho, doado à Escola, ocorre a partir do posicionamento político de construção da Universidade Popular.



Fonte: arquivo pessoal Pe.João, 2015.

A partir do comodato (Figura 8), os movimentos sociais passam a construir cursos, abrigar reuniões e articular os mutirões para o desenvolvimento da ENEP. Passados seis anos do comodato, em 2021, a Arquidiocese faz contato, rescindindo o contrato que havia feito e informando que haveria a venda do terreno que era ocupado – socialmente e legalmente – pela ENEP. Logo,

E desde quando a gente fez comodato com a Arquidiocese? A gente tinha essa preocupação. [...] A gente fazia uma lista para quando quiser tirar a gente. A gente meio que contrapor. E aí veio a pandemia. A gente estava ali fazendo o que? 2015. Isso mesmo, para 2021, seis anos que a gente estava completando quando chegou. Já ia fazer seis anos em junho. E a gente sempre falando assim, né? A gente tá investindo aqui, a gente não sabe como é que vai ser, porque o comodato deixava muito claro isso, né? Que a diocese não se responsabilizar por nada que a gente investir, né? Justamente acabado de investir do salão, né? Mais de 40.000 no salão, o telhado, mais o piso. Só o telhado foi 35. Então aí veio essa notícia, né? Eles procuraram a gente para dizer, para informar, que estava vendendo, para informar. E aí todo mundo ficamos. Aí no dia a gente já tava, já tava correndo assim uns boatos, sabe aqui porque o pessoal vem medir não sei o quê. Então a gente já tava meio desconfiado que tá acontecendo alguma coisa, algum movimento. (Entrevistado 02)

Figura 8 - Imagem intitulada "Terreno da ENEP". A área corresponde ao comodato que foi firmado em junho de 2015.



Fonte: ENEP, 2024.

Relatando dificuldades financeiras, a Diocese informa a venda do terreno, sendo que já haveria um comprador. O terreno era avaliado em R\$800.000,00. Uma primeira etapa da negociação se deu com o questionamento sobre a possibilidade do comprador abrir mão da área em que a ENEP realizava suas atividades. De forma que

aí na reunião avisaram, falaram que. Que diante das dívidas da diocese, né? A diocese tem vários colégios e por causa da pandemia, estava entrando numa situação muito complicada que precisava de vender e aqui era um dos terrenos que estavam vendendo. E, claro, foi questionado porque falaram que o terreno que não podia ser vendido porque foi doado, né? Só que eles foram ao Ministério Público e conseguiram destravar para vender. Me explicaram isso, falaram que tá vendendo,

que tinha um comprador que tava querendo 800.000, que tinha um comprador. Beleza, eu fui. Até fui eu que perguntei, né? A gente teria interesse na área que a gente tá com projeto hoje, que seria ali dois hectares, né? Aí o. O Paulo, que era o coordenador, que era tesoureiro da fundação. Falou que consultaria [...] o proprietário ou o comprador para ver se ele abriria mão dessa parte aqui. E é isso. Foi na quarta feira. Eu marquei de encontrar com ele em Ouro Preto no outro final de semana que eu estaria lá (Entrevistador 02).

Com a resposta negativa do comprador, a respeito da área da ENEP, nova reunião é convocada, para traçar alguma estratégia. Neste encontro, com parceiros, surge a ideia de que a ENEP, junto de sujeitos próximos, realizem a compra da totalidade do terreno. O entrevistado continua dizendo que

Encontrei com ele. Liguei pessoal e convoquei uma reunião. De novo as mesmas pessoas, só que na modalidade virtual. E a primeira foi presencial. Modalidade virtual. Aí falei na reunião . Negócio seguinte. A notícia não é boa não. O Izaías falou que não teve jeito, comprador não abre mão. Porque a área é área nobre. Tem muito interesse naquela área. O Padre Geraldo foi mais ousado, né? “Aí eu falei aí que a gente faz?” Padre Geraldo falou assim “Uai, vamos comprar tudo.” Mas na hora. Só que aqui e na hora você não vê. Falei Gente, esse cara tá doido, né? Lesado? Como assim compra tudo 800.000 reais? Gente com 800.000 reais, 800.000 reais? Como assim? Vamos comprar como? Ele falou assim “Não, não é nós que vamos comprar. Nós vamos achar quem vai comprar” aquilo já me animou, né? (Entrevistado 02).

Como estratégia para possibilitar a compra do sítio, divide-se a área em sete partes de 3 hectares, uma dessas partes ficaria para a Escola Nacional de Energia Popular:

Dividir três partes que até então era fazer a fazia registro a matrícula de três, né? Eram três para registrar, depois passou para dois. A gente podia ter feito mais áreas, né? Assim não. Mas isso aí também não impediu ninguém de comprar. Aí nós dividimos as partes em três, que era a forma que depois ia ter jeito de registrar. Então deu sete partes e. Aí então tá, uma fica pra ENEP, uma parte e aí tem que vender as seis (Entrevistado 02).

A ação da Diocese de promover a venda do terreno, em contradição com o projeto que estava sendo construído pela ENEP acaba mobilizando um setor do clero que, se indignando, contribui de forma significativa com a compra do terreno.

Ah, e aí tem a questão da Igreja, porque essa atitude da Igreja deixou muita gente muito bravo. Porque imagina, a gente tá com projeto aqui. Era pra ter considerado isso, mas não consideraram. Então muitos padres ficaram [...] E meio que, tem uns

que ajudaram de raiva. Então o Padre Geraldinho começou uma campanha que ele achou que ia ser pequena e começou a chegar gente [...] Os padres ligavam para gente para saber como é que tá a campanha, como é que tá. Tem padre que ajudou a comprar lá e ajudou ENEP. Por exemplo tem padre que ajudou com 2.000 reais entendeu. Não foi só um por quê e tá lá. Tava ajudando a comprar terra lá na associação deles. Então acabou que juntaram uns 20 padres aí, entendeu? Teve padre que comprou uma parte tipo assim não comprou, não, deu dinheiro para comprar uma parte. Então os outros ajudaram com 1000, 2000. Mas tem gente que ajudou com uma parte que era o que? Uma. Um hectare era 35.000. Quem tava com o dinheiro guardado. Então eles ficaram [...] com isso, entendeu? Mexer com ENEP. E isso acabou dando uma né, fortalecendo mesmo assim (Entrevistado 02).

A estratégia traçada foi de, a partir dos parceiros, realizar a compra de seis partes, cabendo a sétima e última parte à ENEP. Entre sujeitos e associações parceiras foi possível atingir o montante referente a estas partes. Em reunião, entre os movimentos e entidades da ENEP, define-se um rateio entre os envolvidos, cada um com o objetivo de buscar parte do recurso para a parte da ENEP. Aproveita-se, neste momento, que é feita proposta para uma família de colonos, que também fazem aquisição de um hectare. Assim, a área que é definida para a ENEP vai para 2 hectares. Ainda outra família de colonos reside na área, sendo que à esta foi concedida a terra que historicamente ocupavam:

E então a gente, a gente sentiu esse movimento assim Beleza aí. Aí no final de maio. O Padre Geraldinho falou [...] pode mandar a campanha, porque de qualquer forma, se não aparecer ninguém, a gente fecha as três partes aqui. A gente já tem dinheiro para isso. Tinha dinheiro para isso. E tanto que eles emprestaram a gente, porque chega no dia 18, a gente tinha o dinheiro, mas não tinha chegado. Várias pessoas se comprometeram. Você tem ideia? Nós recebemos dinheiro até 5 de julho.[...] Já tinha certeza que a gente tem dinheiro, mas tava indo na mão de algumas pessoas que mandariam depois, já tinha esse controle. [...] No dia 1 de junho, a gente se reuniu com todas as organizações. Chamamos todas as organizações que compõem a ENEP, falamos e pensamos a estratégia de campanha 12.000 para cada um. Para cada organização, cada um buscar onde for buscar 12.000 cada um. Saímos de lá com dividido assim. As organizações que estavam lá. Eh isso no dia primeiro. No dia dois foi o dia pra gente fazer [...] Fazer tudo isso, Lançar a campanha no dia dois, né? Só tinha durante o dia pra gente organizar tudo, lançar no dia dois. Lançamos dia dois à noite. Imagina lançar a campanha dia dois à noite, dia 18 [dia 18 haveria de acontecer o pagamento à Diocese. Os movimentos tinham então cerca de 15 dias para angariar o montante à área da ENEP, de cerca de R\$80.000,00] [...] Assim que a gente definiu, então que a ENEP ficaria com a parte, eu tive a brilhante ideia. Falei assim Gente, tá na hora de Geraldinho, de Geraldinho, Marcinha, realizar o sonho deles. Fui lá na casa deles. Olha, tá acontecendo isso e nós precisamos comprar. Vocês tem interesse de comprar um hectare aqui? Porque a ideia é a gente ficar com essa parte aqui. Vocês estão dentro da nossa parte, né? Então vocês compram. Vocês conseguem esse dinheiro para comprar? Conseguimos de qualquer maneira. [...] Ficaram loucos porque a casa eles já tinham direito a casa mesmo. Ia questionar a casa. Aí falei Você já tem a casa, vocês compram o terreno. [...] Aí, na hora, eles toparam eu falei Bom. Aí a ENEP teria que pagar 115, 114, já passou para 76, ficou com dois hectares. Então começamos a campanha (Entrevistado 02).

No dia 18 de Junho, como combinado com a Fundação Marianense, foi pago o valor integral do terreno, sendo 2ha pertencentes à ENEP e o restante à sujeitos e grupos próximos à ENEP, comprometidos com o projeto:

Mas é um processo muito. E aí depois o dinheiro foi caindo aos poucos. Sabe o restante pessoal que ficou? Todo mundo que falou que ia pagar cumpriu direitinho. No final, foram 82.000. A parte da ENEP era 76. Nós pagamos a documentação que precisava (Entrevistado 02).

O processo de compra corresponde, também, à capacidade de mobilização que o campo político da ENEP construiu, seja através da efetivação da própria Escola, seja através dos acúmulos de articulação prévios à ENEP. Tendo como compreensão de que o que mobiliza toda a compra de terra é a efetivação do projeto da ENEP, há, na área, uma aquisição que é resultado direto dos movimentos sociais:

Compra coletiva. Nosso grupo chamado Terra. Terra coletiva? Como é que é? Nem sei como é que. Mas na época tinha uns três grupos, aí depois foi acabando, só ficou um. Também a gente nem conversa mais. É bem legal esse processo. Foi assim. É um processo e uma campanha que. Né? É uma formação também, né? Conquista. Conquista da terra (Entrevistado 02).

É interessante observar que, apesar da ENEP continuar com seus movimentos e coordenação a orientar politicamente a Escola, essa compra tem um grande respaldo coletivo, dentro dos movimentos sociais e de seus sujeitos. Cabe apontar que, dado os limites da ação, se trata de uma compra coletiva de terra embasada a partir do campo político da ENEP. Nesse sentido expressa o entrevistado:

Acho que é muito propício para a gente, né? Falar. E assim eu vejo que hoje e aí eu acho que a compra do terreno para mim ficou muito forte isso, né? Que é a credibilidade que a gente tem. Qual organização que faz uma campanha de 15 dias consegue 80.000? No contexto de pandemia, não é? É. Mas pra comprar aqui essa área aqui, porque as outras não foi doação, né? [...] Quem comprou a área do entorno fez um investimento, agora aqui. [...]. Agora aqui as pessoas, né? Tiraram e falaram “Não, vamos comprar ENEP, né?” Imagina o que que é isso em 15 dias? Porque o processo de discussão foi um mês. Eles conversaram com a gente dia 14. Nós tiramos como meta até o final do mês de maio. A gente tinha que ter certeza da venda das outras. A gente fez uma campanha na ENEP porque não podia começar uma campanha da ENEP sem ter a compra das outras áreas, senão não adianta nada. Então, ao final do mês a gente fechou a compra das outras áreas e começamos a campanha dia 2 de junho para pagar dia 18. E pagamos. [...] Foram mais de 140

peças que [...] enfiaram a mão no bolso, seja 25, seja dez, seja 5000, seja 12.000, né? Que foi o valor maior que a gente teve. Mas é isso. Mas nós tivemos. Então, isso para mim mostrou uma grande confiança. Você sabe, eu fiquei. E por mais que a gente entenda isso. Mas eu fiquei surpresa, assim [...] com esse retorno. Surpreendido mesmo. Porque se fosse uma campanha maior de mais tempo, né? Mas foi muito pouco tempo, né? A gente conseguir... (Entrevistado 02).

Há, consonante com o ato da compra da área da Escola, um importante aspecto histórico, de ruptura com a apropriação deste espaço que se dava até então. Como vimos, por breves anos, durante a década de 1990, o mesmo sítio em que hoje se desenvolve a ENEP foi abrigo para uma Escola Família Agrícola. Dada esta exceção, o terreno sempre serviu como área para o ensino público estatal, seja através do estado de Minas Gerais ou da prefeitura de Viçosa. Apesar do evidente interesse público dessa modalidade de ensino, seu currículo, formação profissional e objetivos de ensino-aprendizagem estão fortemente atrelados aos desígnios do Estado.

A ENEP, ao se apropriar deste espaço, marca uma forte transição política no conteúdo das ações que agora prevalecerão sobre o mesmo. Reiteramos, dado que é o principal aspecto deste trabalho, que a ENEP pode servir (e serve) de salto escalar para os movimentos sociais e populares. Quer dizer que sua delimitação espacial (em seu sentido mais restrito, concernente à área) não traduz sua capacidade social e política. A compra coletiva de terras pelos movimentos sociais rompe com o currículo assim como rompe com a territorialização dos modos hegemônicos de apropriação do espaço que transcorrem na Zona da Mata, que no caso específico de Viçosa podemos remontar ao século XVIII (LAMAS, 2013).

Recorrendo à concepção de *evento* (SANTOS, 2014), convém observar que o ato da compra é também uma culminância de um amplo processo político, tendo em questão a escalaridade da região. No pós-redemocratização, o campo político do que viria a se conformar a ENEP se une em torno das Romarias, como vimos. A partir dessas articulações, são mais de três décadas de ações e consolidação de parcerias, rompimentos, conflitos, reordenamentos territoriais na região, microrregião e nas municipalidades. Destas reorganizações surge a possibilidade e concretização da Escola, e advém daí a força (ou energia, para ficarmos no léxico da ENEP) política que materializa a compra de terra. É, assim, não só um ato de campanha de arrecadação, mas décadas de trabalho que promovem essa possibilidade. Analiticamente, observando a duração deste *evento*, podemos remontá-lo a, pelo menos, 1991, quando ocorre a primeira Romaria.

A efetivação da posse da terra, tendo ao redor da área grupos e sujeitos parceiros, garante a ENEP a possibilidade de, agora, vislumbrar projetos de longo prazo. Dentre estes projetos figura como principal a construção da Universidade Popular. No próximo tópico abordamos a concepção de sua pedagogia que, através do Projeto Político Pedagógico é concebida enquanto método dialético popular.

3 A HISTÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA PEDAGOGIA DA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR ATRAVÉS DE SUA PRÁXIS

3.1 A CONSTRUÇÃO DE SUA TEORIA: 2015 A 2023

Nesta seção utilizamos quatro fontes de dados distintas. Duas delas foram disponibilizadas pela Escola Nacional de Energia Popular, um acervo digital foi disponibilizado por uma pessoa que compõe a coordenação da Escola, enquanto a outra foi produzida através do próprio pesquisador. Consultamos o “Caderno de Atas”, documento importante de registro histórico das atividades da ENEP que possui, parcialmente, um caráter quantitativo, parcialidade esta que também influi em seus atributos qualitativos. O objetivo do Caderno é registrar toda e qualquer atividade que transcorre no espaço da ENEP. Cursos, encontros, reuniões, mutirões, celebrações, dentre outras atividades foram registradas no Caderno de Atas durante estes anos. No entanto, é evidente em suas entradas que o mesmo não foi utilizado de forma sistemática, havendo longos períodos sem registros, assim como, também de forma pontual, atividades não foram inseridas em suas páginas. Dessa forma, através do Caderno de Atas não é possível compreender a totalidade das ações realizadas ou abrigadas pela ENEP. Mas também é verdade que podemos utilizar esse documento para perceber, de forma geral, as atividades realizadas na Escola. Assim, realizamos uma sistematização quantitativa que, lembrando, é parcial.

Outro documento fundamental para a pesquisa, elaborado pela própria ENEP, o “Caderno de Memórias”, abriga as relatorias das reuniões gerais da Escola. Suas entradas compreendem meados de 2016 até meados de 2019. Após esta data, foi consultado acervo pessoal, disponibilizado para a pesquisa. Neste acervo constava relatorias até 2023, no entanto não compreendia todos os meses.

Ainda, outro documento elaborado pela ENEP fora o seu Projeto Político Pedagógico (Lopes, 2023), cujas discussões iniciaram-se no início de 2021 e teve sua elaboração e sistematização realizada na segunda metade do ano de 2023.

Por fim, para compor a seção, utilizamos dados coletados de forma primária, seja através de registro fotográfico ou pelas anotações (Assis, 2023a) e considerações que foram

feitas no caderno de campo. A coleta de dados proveniente da participação na Escola ocorreu entre janeiro e dezembro de 2023. Em acordo com a ENEP e mediante a disponibilidade de tempo por parte do pesquisador, até agosto de 2023, esteve-se em reuniões e atividades da Escola de forma esporádica. A partir do segundo semestre, optou-se por participar, às sextas-feiras, de forma presencial na ENEP.

Antes de adentrarmos nos dados, cabe pontuar como compreendemos tais ações que se desenvolvem na ENEP. Buscamos aqui apreender o que se desenvolve na ENEP através de uma compreensão geográfica do desenvolvimento dos fenômenos, sejam eles reuniões, encontros ou demais atividades que já se realizaram na Escola. Cada uma dessas ações e *eventos* resultam, fundamentalmente, de um processo histórico-espacial. Quando determinado evento se realiza, como por exemplo, um curso de formação, ali está designado um corpo teórico-metodológico – que provém de concepções construídas sócio historicamente, há também uma mobilização de uma base social para compor o curso, seja através de cursistas ou facilitadores/as, há motivação para a ação, objetivos políticos e pedagógicos. Há, assim, uma incidência que é espacial e provém de uma espacialidade.

Santos (2014) busca desvelar uma forma eminentemente geográfica de olhar para os eventos. Seja por considerá-los instantes, momentos ou alguma outra sinonímia, o que lhe impele à questão é considerar uma abordagem geográfica. Importante frisar que os eventos são, necessariamente, realizações que se dão num ponto do espaço e do tempo: "(...) trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço" (Santos, 2014, p.144). São realizações, consumações de ações humanas que, precisamente, desenrolam (*unravel*) em determinado lugar.

Os eventos também são, em si, uma ação. Decorrem delas a materialidade do tempo e o que transcorre através do espaço. Eles também estão sempre presentes, como sinaliza o autor, por se consumirem em seu próprio ato. Evento e ação são sinônimos e, sendo assim, cada ação - cada evento portanto - carrega em si um sujeito, uma ação social que se historiciza:

Os eventos são, todos, Presente. Eles acontecem em um dado instante, uma fração de tempo que eles qualificam. Os eventos são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço. Em seu livro *A Philosophy of Future*, Ernest Bloch (1963, 1970, p. 124) escreve que o 'o tempo somente é porque algo acontece, e onde algo acontece o tempo está' (...). O autor sublinhou a palavra é, nós sublinharíamos também a palavra *onde*. (Santos, 2014, p.145) (grifos do autor)

Ao pensarmos um cenário em que o “tempo parou”, a imagem que nos vem à mente é justamente a interrupção de todo e qualquer movimento. A ação, o movimento, o evento, gestam o que reconhecemos enquanto tempo. Isto é característico também do espaço da ENEP que aqui nos debruçamos. As ações que transcorrem na Escola são traduções dos tempos dos movimentos sociais que nesse lugar incidem. Através desta chave de análise, o evento, podemos então conceber que o que se desdobra sobre a ENEP são, além de suas práticas pedagógicas, os tempos dos movimentos sociais que as compõem. Presenças e ausências destes na ENEP são resultado de suas dinâmicas internas. Assim, há também que se considerar seus fundamentos escalares.

Uma forma de abordagem e de analisar os eventos se dá através de sua duração. Concebê-la é observar as permanências e as alterações que se dão na produção de determinado evento. A duração pode se dar no âmago de determinado evento, enquanto algo que lhe é inerente. Mas também pode, como é o caso das vicissitudes sociais, ser objeto de organizações, planejamentos, intervenções:

O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a ideia de duração, isto é, do lapso de tempo em que um dado evento, guardado suas características constitucionais, tem presença eficaz. Isso é importante reconhecer, quando desejamos distinguir a ação de eventos consecutivos ou simultâneos (*ibid.*, p. 148-149).

É importante notar que, apesar da característica de “esgotamento” do evento em sua realização (ao dizer que o evento é sempre presente) isto não lhe retira sua também inerente historicidade. Ao olharmos para a duração, observamos a extensão temporal de determinada atividade. Considerando, por exemplo, que temos como escopo as ações que se desenrolam na ENEP, isto nos ajuda a constatar o que é algo esporádico e o que sustenta as atividades da Escola no transcorrer dos anos. Este aspecto permite, assim, trazer elementos que qualificam o que estamos considerando enquanto o espaço da ENEP.

Observar que há eventos consecutivos e simultâneos nos leva a outro ponto, também fundamental, de *situação*. A circunstância ou a *situacionalidade* do evento decorre de um contexto organizacional que propicia, qualifica, intercede, interfere, cessa ou aciona o evento. Ele está organizado, no sentido que estabelece uma conexão, uma sociabilidade da ação em questão. Cabe então se atentar em que medida que determinadas ações se dão em solidariedade. Assim,

Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos - verdadeiras 'situações' - que são cada vez mais objeto de organização: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento (Santos, 2014, p. 149).

A ação é presente, mas como posto, não necessariamente instantânea. Sua extensão vai tanto no sentido de sua duração, atributo que é temporal, quanto também o é espacialmente. Lidamos aqui com um ponto de intersecção, um local de *solidariedade*, entre as ações que se desenvolvem na ENEP. É verdade que as ações dos movimentos sociais envolvidos não se restringem à Escola (Vide os ANEXOS A-E), porém é neste espaço em que se dá a simultaneidade das ações dessas organizações. Podemos então atribuir ao espaço da ENEP uma *situacionalidade*, onde há a composição de uma organização que, havendo diferentes escalas de origem das ações, elas atuam sobre um mesmo espaço.

A composição organizacional que estabelece as ações respalda, ao fim e ao cabo, na incidência espacial de determinada ação. O agente da ação e seu desvelamento em determinado lugar estão em íntima relação e, mudando a organização de dada situação, altera-se também a *escala* de incidência das ações:

Essa combinação de fins e de meios, de objetivos finais e objetivos intermediários, muda ao longo do tempo. Por isso também muda a superfície de incidência, a área de ocorrência, a situação e sua extensão. Vista desse modo, a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local. (*ibid.*, p. 151)

Há então uma íntima relação entre a escala de incidência e os atributos internos de determinada organização. No tocante à ENEP, sendo espaço de comum incidência dos movimentos, a escala dessas ações se restringem a uma extensão limitada (considerando a área propriamente pertencente à Escola), porém há uma *densidade* própria ao espaço da Escola. De forma simultânea, os movimentos se apropriam deste espaço, realizando assim, de igual forma, a sincronidade destas mesmas ações. Cabe indagar, ponto que nos debruçamos mais adiante no texto, se estas ações, em simultâneo, não levam repercussões às espacialidades de origem da ação. Ou, em outras palavras, se não se configura uma relação dialética (Konder, 2008) entre as organizações e a ENEP. Se assim o for, a escala de incidência, a Escola, ganha relevo na medida que incide de volta nas escalas de origem da ação.

Os eventos não se dão isoladamente, mas ocorrem em solidariedade. Em um lugar ocorre a combinação de eventos de origens distintas, e suas associações podem ser das mais diversas. Pois

Quando consideramos o acontecer conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são as mesmas, verificamos que eles se superpõem. *Esse conjunto de eventos é também um evento*, do qual os eventos singulares que o formam são elementos. Não é apenas uma superposição, mas uma combinação, pois a natureza da resultante é diversa da soma das partes constitutivas. (Santos, 2014, p. 154) (grifos nossos)

A partir desta constatação, consideramos assim duas escalas. Por um lado, há a escala de sua produção, da origem de determinado evento. Esta estará profundamente relacionada à organização do agente produtor. Por outro, há a escala de incidência do evento, a extensão em que tal ação se desvela. Assim, entra em cena um dado eminentemente temporal da escala, em que seu atributo se dá mediante a ação que é realizada, está relacionada ao agente que provoca ação:

No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno. Aliás, a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos (*ibid.*, p.152).

A escala então não se trata de um dado acabado ou definido *a priori* (Santos, 2011; Brenner, 2001) mas, provém, enquanto atributo espacial, de condições sócio políticas. Assim como altera-se temporalmente, ao mesmo passo que constitui o próprio tempo, na medida que se materializa enquanto ação.

Nos dirigindo então às ações, a Tabela 1 nos traz uma sistematização do que é possível constatar através do Caderno de Ata:

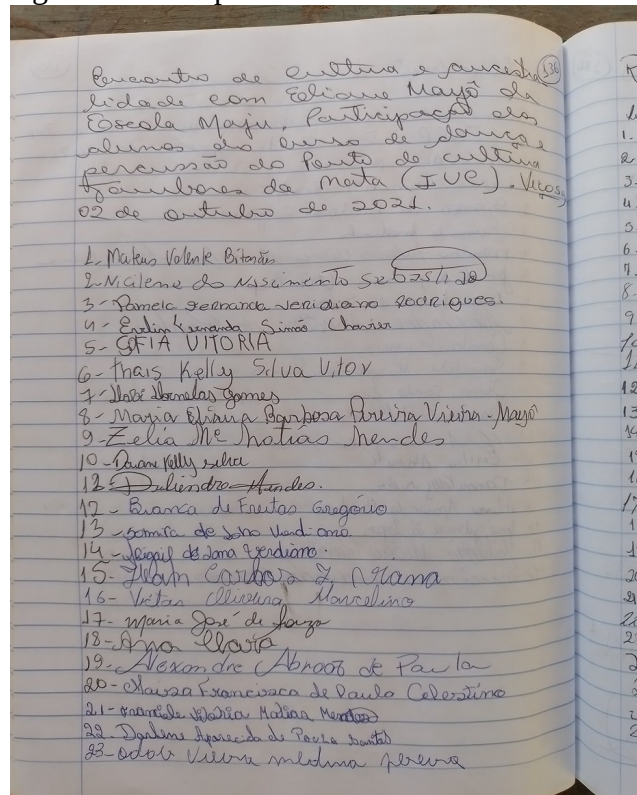
Tabela 1 - Sistematização das atividades registradas no "Caderno de Atas", 2017-2022

Atividades	Nº de ocorrências por ano						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Cursos	19	8	21	2	5	0	-
Reuniões da ENEP, em diversos fóruns	18	14	14	11	19	15	-
Uso do espaço por outros movimentos sociais	8	7	4	1	2	0	-
Outros espaços de formação	0	0	11	4	7	5	-
Mutirão	1	2	0	0	0	0	-
Encontros relacionados à mística	1	0	0	0	0	0	-
Nº total de pessoas	800	597	1108	260	677	327	79

Fonte: ENEP, 2016.

Há algumas considerações a serem feitas com relação aos dados representados. Há, de forma geral, em todas as categorias abordadas, ausências no registro. Tomemos por base a categoria “mutirão”, que possui apenas três entradas, uma em 2017 e duas em 2018. Através dos relatos já abordados no Capítulo 1, assim como nas relatorias de reuniões, sabe-se que o número real supera, por muito, os que estão representados. Há uma questão organizativa relativa aos mutirões que contribui para a falta dos registros. Nessas atividades, apesar de por ventura ocorrerem pequenas reuniões para organizar o trabalho, mais comumente já há trabalhos definidos. Assim, pela presença de uma organização já estabelecida, as atividades findam sem o acesso ao Caderno de Ata (Figura 9).

Figura 9 - Exemplo de entrada no Caderno de Ata.



Fonte: próprio autor.

Há dois pontos relevantes a respeito dos dados. Um diz respeito aos cursos. É possível visualizar o decréscimo dos cursos ofertados com o transcorrer dos anos. Seria possível afirmar que isto também advém do baixo uso do próprio Caderno de Ata. No entanto, a diminuição da oferta de cursos é possível de se atestar a partir de outras fontes de dados, em especial no “Caderno de Memórias” e através de idas de campo assim como a partir das entrevistas. É factível dizer que, previamente às restrições relacionadas à COVID-19, havia mais cursos e espaços de formação que se realizavam na ENEP.

Outro ponto relevante diz respeito à continuidade que pode ser atestada dos espaços organizativos propiciados pela ENEP. É uma perpetuação das reuniões gerais através dos anos que, junto dos mutirões, se constituem as ações que permaneceram de forma constante no espaço da ENEP. Este é um dado importante, e referenda na prática a concepção que a Escola tem desenvolvido a partir do *método popular*, pedagogia esta que se basearia na formação e no mutirão. É verdade que a formação estaria também vinculada aos cursos, atividades estas que diminuíram sua incidência (com a exceção dos cursos de Teologia Popular, que se fizeram perenes). No entanto, também podemos conceber as Reuniões Gerais enquanto espaços de

formação política e, também, enquanto essenciais para a organização coletiva da Escola e enquanto ponto de aglutinação de novas pessoas e organizações.

Obtivemos acesso às relatorias, do chamado “Caderno de Memórias” (Figura 10) referentes de 2016 à 2019, sendo que os registros de 2016 principiam-se em agosto do mesmo ano. De forma complementar, também obtivemos acesso a um arquivo digital da ENEP, em que constava diversos relatos de reunião. Ateremos aqui a expor as referências feitas em reunião ao que podemos considerar o *método popular* da ENEP, principalmente no que concerne às referências à formação e ao trabalho, este materializado através da prática dos mutirões ou da organização do trabalho coletivo.

Figura 10 - Exemplo de entrada no Caderno de Memórias, Outubro de 2016.

07

Reunião de Planejamento do Grupo dia 11/10/16
 Presença: Maya, Claret, Juan, A. João, Sérgio, Cintia, Rosa, Leo, M.
 Domingo, Luan, Roseline, Emilio, Edu, etc.
 Primeiramente discutimos qual é o novo sonho coletivo,
 um que cada um traz o que expõe para
 o grupo daqui há 4 anos, em 2020. Assim discutimos
 o seguinte texto ximato enquanto sonho coletivo.

“Com o trabalho organizativo, sendo a organização como
 central na nova prática de cuidado de nossa escola.
 Organizativa de forma integrada e saudável com a
 conquista da autonomia e do povo popular. Mais pessoas em
 relação na nova construção de luta cotidiana da ENEP.
 Revisitamos o projeto popular com a educação libertadora
 além disso é pelo aglutinador da luta popular em nós
 nossas. As pessoas optam de aqui ficar e quando daqui
 não, elas viajam e que vivenciam na escola e nas
 suas comunidades (sustentabilidade, pessoas, organizações
 popular, pelo aglutinador).”

Em seguida, tivemos sugestões de que produzimos
 para alcançar nossos sonhos, sendo estas as
 propostas seguintes:

Infraestrutura e auto-sustentação

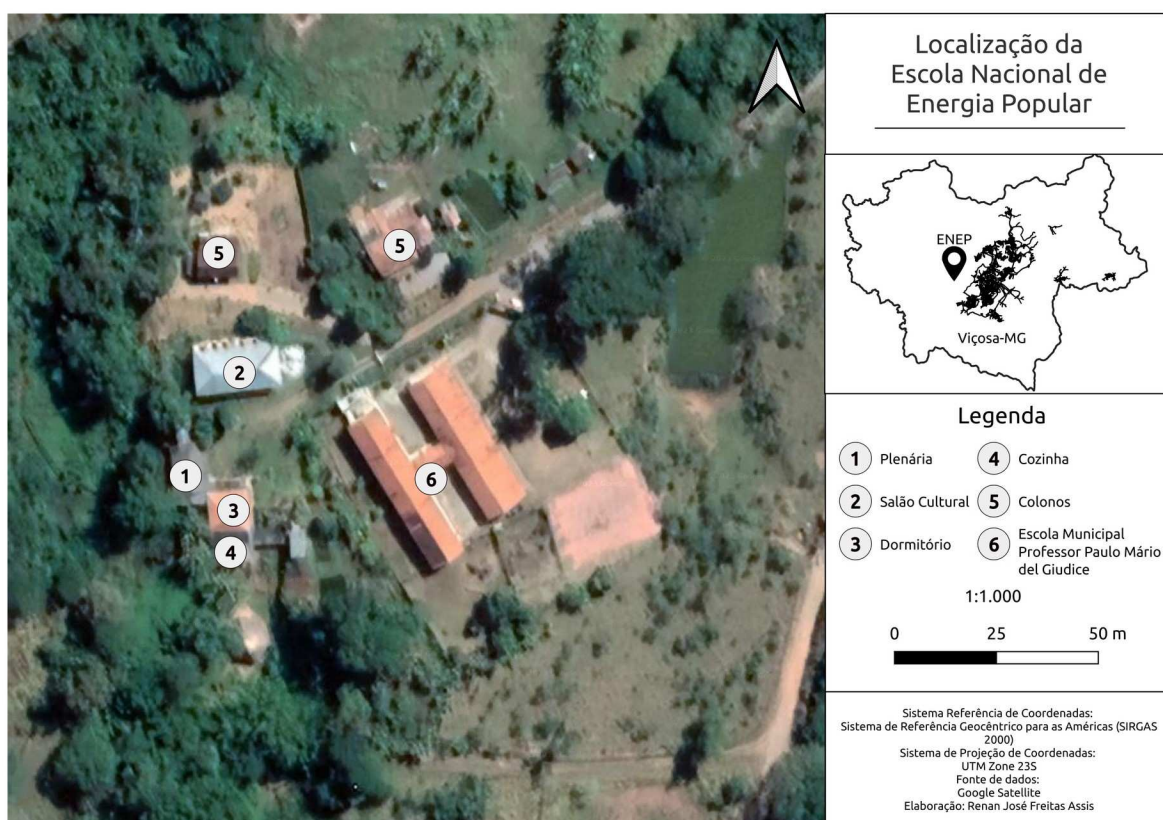
- 1) criar armários como porco, vacas, patos e mais
 galinhas, peixes.
- 2) construir uma farmácia popular e organizar
 - melhora o trabalho da medicina popular.
- 3) Elaborar projetos, campanhas para arrecadar
 recursos para a construção física e populares.

Fonte: ENEP, 2024.

Um marco importante na reunião de agosto de 2016 é o reconhecimento de que a ENEP (Mapa 2) necessita de um tempo em outra lógica. Composto o que já expomos de Santos (2014), referenda-se aqui o entendimento coletivo de que se trata de outro espaço . A respeito, lê-se: "Marcos trouxe a importância da ENEP ser organizada em outra lógica de trabalho e de tempo. Jean ressaltou também sobre o trabalho coletivo enquanto centralidade..." (ENEP 2016). Por outra *lógica* subentende-se, sabendo o já exposto sobre a

ENEP, que se caracterizaria por uma racionalidade que não destitui do sujeito presente o sentido de seu trabalho e de seu estar na ENEP.⁷

Mapa 2 - Localização da Escola e disposição de seus edifícios, imagem de 2023.



Fonte: próprio autor.

Na reunião aponta-se também o objetivo de fortalecer a ENEP através da Assembleia⁸, que se realizaria em dezembro. Pensa-se que ela deve ter formato mais popular, com planejamento, avaliação e algum momento mais político. Fala-se em privilegiar as palavras "processo", "tecnologias populares" e "trabalho". Também identifica-se "terra, teto e trabalho" (ENEP, 2016). Avalia-se que também haveria de ocorrer um exame mais interno à ENEP, a ser realizado anteriormente à assembleia. A Assembleia teria sua manhã organizada pela coordenação da ENEP, enquanto que a tarde seria organizada pelo conselho e pela coordenação. Pela manhã seriam avaliadas e planejadas as próximas ações da ENEP e na tarde haverá uma síntese do que foi discutido junto com uma apresentação da ENEP. Vale

⁷ As duas provocações contidas no parágrafo serão tratadas no Capítulo 3.

⁸ Não foi possível localizar registros das assembleias da ENEP.

notar que esta forma de organização visa, principalmente, o objetivo político de manter a centralidade de organização entre as organizações coordenadoras da Escola.

Em outubro do mesmo ano discute-se o que se deseja para a Escola em quatro anos:

Com o *trabalho organizado*, sendo visualizado como *central* na nossa prática do cuidado de nossa escola. Organizada de forma integrada e saudável com a conquista da soberania e do saber popular. Mais pessoas envolvidas na nossa construção de luta cotidiana da ENEP. Pautamos o projeto popular com a *educação libertadora*. Enfim, somos o pólo [sic] aglutinador da luta popular em nossa região. As pessoas gostam de aqui ficar e quando daqui saem, elas irradiam o que vivenciam na escola e nas suas comunidades (sustentabilidade, pessoas, organização popular, pólo aglutinador) (ENEP, 2016) (grifos nossos).

Vê-se aqui que ainda em 2016 os movimentos que compõem a ENEP colocavam três eixos centrais para sua prática: o trabalho, a educação libertadora e o que chamam de polo aglutinador, que poderíamos traduzir enquanto a escala de incidência dos movimentos sociais. Traça-se estratégias para sustentar tal objetivo. No trabalho salienta-se a produção agrícola, reconhecendo-se a necessidade de um caseiro para o terreno. No sentido espacial, compreende-se a articulação política no que se chama de escalas “local” e “regional”.

Através da leitura das relatorias, podemos perceber que neste ano (2016) há a fundação das bases que vão constituir a ENEP, a saber: i) a organização do trabalho coletivo através dos mutirões; ii) o princípio de formação política, seja através das reuniões ou dos cursos, sendo que se iniciam o CRB (Curso de Realidade Brasileira) assim como o de Terapias Naturais; iii) Dá-se passos para o amadurecimento da organização política da Escola. Nas reuniões já há a consideração da ideia que formará o que tem sido chamado de *método popular*. O registro a seguir consta na reunião de maio de 2016, em seção referente à avaliação:

- Cada reunião tem sido formativa e de construção. Esse clima e metodologia são interessantes. -Demonstra uma opção comum aos princípios que acreditamos. Onde queremos chegar depende muito dessa construção. [...] - A organicidade está dando corpo. Espaço de energia e metodologia popular. Não podemos perder esse rumo. (ENEP, 2016)

Em outubro e novembro de 2016 planeja-se, para o período de 2017-2020, as ações e projetos a serem realizados na Escola. De forma coletiva, a sistematização do debate foi posto

desta maneira, quando se respondia à pergunta “Como eu quero ver a ENEP em outubro de 2020?”:

Vivenciando o conceito de trabalho como a ação das mulheres e dos homens que transforma a natureza e produz toda a riqueza em qualquer lugar do mundo. Experimentando o trabalho como sendo mais forte que o dinheiro. O trabalho organizado na ENEP como exercício de liberdade, com prática e reflexão, com mística, com distribuição de tarefas entre as organizações-membro e parceiros, com os resultados partilhados segundo o critério da participação e cumplicidade, contribuindo na emancipação da consciência e no combate a todo tipo de exploração. Essa vivência contribui para a construção do projeto popular, entendido como acumulação de força do povo para uma nova ordem social, com autonomia política e econômica. Esse sonho supõe que a ENEP seja um espaço de aprendizado, com tecnologias populares implantadas, com *cursos formais e informais*, aglutinador e irradiador de valores universais, entre eles a justiça, a autodeterminação dos povos, a fraternidade (ENEP 2006) (grifos nossos).

É interessante observar que no plano apresentado compreende-se que haveria tanto cursos formais quanto informais. Nas discussões no decorrer de 2017 esse entendimento se altera, sendo que se observa que a institucionalização da prática pedagógica da Escola acabaria por limitar, constranger, seus princípios.

Para o desenvolvimento das ações planejadas a ENEP organiza-se nas seguintes Frentes (que por vezes é intitulada comissões e coletivos), cada uma composta por alguns movimentos: Organização interna e infraestrutura (Instituto Universo Cidadão); Produção e Autossustentação (MAB e EFA Dom Luciano); Ambiente Saudável (MEPE, Licena- UFV e Coletivo de Terapias Naturais); Aglutinação e Irradiação (Levante Popular da Juventude, CJP Paula Cândido e Assessoria do Mandato do Dep. Est. Pe. João)

As ações referentes à Organização Interna e Infraestrutura seriam:

Organizar a comunicação da ENEP; Organizar as atividades da ENEP de forma participativa, com a divisão de tarefas (organicidade) e responsabilidades bem definidas – planejamento e avaliação permanente; Realizar mutirões semanais; Identificar pessoas aptas para cuidar da ENEP; Melhoria na estabilidade financeira da ENEP para necessidades básicas; Implementar estratégias para manutenção e autossustentação da ENEP; Organizar o histórico da ENEP; Definir referência interna de coordenação; Organizar a política de estágio da ENEP; Organizar a casa e cozinha com regras de uso; Melhoria da infraestrutura da ENEP; Construção da sede da ENEP (ENEP 2016).

As ações da Frente de Produção e Autossustentação:

Manejo agroecológico (SAF's e Consórcios direcionados); Criação de animais; Produção de alimentação saudável para animais e melhoria da infraestrutura; Garantir o escoamento da produção da ENEP (ENEP 2016).

A Frente Ambiente Saudável:

Cuidar da água e do saneamento básico; Implementar pelo menos uma tecnologia popular por semestre; Planejamento integrado da área da ENEP; Cuidar dos desequilíbrios com manejo e com as tecnologias sociais da homeopatia; Organizar o trabalho da medicina alternativa; Criar um banco de sementes (ENEP 2016).

Frente Aglutinação e Irradiação:

Fomentar a participação de mais paróquias e das comunidades do entorno da ENEP; Promover encontros de formação social a fim de fortalecer a atuação regional da ENEP; Fortalecer as parcerias da ENEP; Conhecer a nossa realidade regional e nacional (parceiros, indiferentes e inimigos); Manter permanente realização de cursos teóricos práticos; Promover Cursos de Formação: CRB, Terapias naturais, homeopatia na agricultura, Teologia Popular e outros; Promover pelo menos dois eventos culturais por ano; Entender a UFV e como podemos estreitar os laços com ela; Elencar uma bandeira central e promover lutas em torno dessa bandeira; Encaminhar ao MEC proposta de reconhecimento da ENEP a partir da Pedagogia da Alternância (ENEP 2016).

Estas ações compreenderam, assim, o planejamento dos movimentos sociais e grupos referenciados na ENEP. É possível conceber que ocorrem quatro dimensões, uma relativa à organicidade, outra que se desenvolve a partir da produção agrícola, o planejamento do espaço a partir de uma base ecológica, e outra endereçada às relações políticas da Escola. São estes campos que orientarão o planejamento pelos quatro anos que viriam. Há percepções que se alteram através dos anos, e por vezes a prática poderia parecer contraditória. No entanto, ultrapassando a aparência, observamos que há, sim, um amadurecimento que é provocado através dos anos, e sucessivas adaptações que a Escola faz mediante novas conjunturas.

O ano de 2017 principia-se com a consideração de que os mutirões seriam semanais, sendo que cada semana seria organizada por uma das Frentes que compõem a Escola. Já em julho, do mesmo ano, a proposta dos mutirões sofrerá alteração, propondo-se que sejam realizados mutirões uma vez ao mês, nas primeiras quintas-feiras. A alteração na organização do trabalho é reflexo de uma avaliação realizada pela Escola, como se verá mais à frente. É um indicativo interessante da organização da ENEP, que se faz flexível perante novas conjunturas.

Há, ainda no mês de janeiro, uma interessante análise de conjuntura, em que cada sujeito participante verbaliza o que considerava central. As palavras e termos ficam sendo:

crise global do modelo capitalista; poder; ideologia da exploração (o que tem mais é quem manda). Dificuldade de organizar a esquerda. Mudança de pensamento; exploração; distanciamento da unidade, de Deus, da humanidade; adoecimento profundo (ENEP, 2016).

É feita ainda a síntese do que foi discutido

A ideologia pode levar para um lado ou para o outro e as pessoas ficam fragilizadas. A esquerda está fragilizada. A direita está oprimindo e reprimindo, por fraqueza. Ex: caso do estado do Espírito Santo. No meio de tudo está a exploração. Chega a questão do poder. Temos medo do poder. Foi passado para nós que é coisa ruim. *Mas o poder é a melhor coisa do mundo, como possibilidade da mudança acontecer. Pra isso temos que mudar uma coisa de cada vez* (ENEP, 2016) (grifos nossos).

A síntese proveniente da reunião (Março de 2017) atesta o caráter de mudança almejado pela ENEP, sua contraposição com a “ideologia da exploração”, e o intuito desta superação. Explicitamente sua concepção de uma sociedade cindida em classes sociais comunga com a intenção ao que Freire (2016) chamou de pedagogia problematizadora, que intercede à criação de uma formação que estabeleça a autonomia das consciências, em contrário com a alienação provocada pelo trabalho dissociado da prática de cada sujeito.

É feita uma avaliação da Escola, em que há, primeiramente, uma definição de sua concepção política e de sua centralidade

somos mais do que uma organização não governamental (ONG); não somos igreja em seu sentido confessional [sic]; somos *o caminho que se faz caminho*, não fazemos a roda, *existe caminhos centrais em torno do trabalho e não pela lógica do capital; temos como centralidade o trabalho*; acumulamos força nos tornando popular; *o estudo, a reflexão e a luta perpassam nossa centralidade*; nos apoiamos através do constante trabalho de base; estamos em *constante* busca do modelo de escola que queremos ser (ENEP, 2016) (grifos nossos).

Retrata-se aqui a relação intrínseca formação-trabalho, enquanto centralidade da Escola. Junto a isto, outra concepção importante. O processo de formação desta Escola e desta pedagogia é visto enquanto “constante”, “o caminho que se faz caminho”. Não há um lugar pré-estabelecido a ser atingido, mas há sim uma centralidade também no processo de

construção desta Universidade Popular. A forma com que é construída é tão importante quanto seus conteúdos, ideia esta corroborada por Brandão (1986).

Prossegue-se a reunião com duras críticas à própria ação da ENEP. Considera-se que seu eixo central em torno do trabalho tem produzido uma prática aquém do desejado para os objetivos da ENEP. Há outra consideração importante. O que organiza e coloca em prática o trabalho na Escola se dá principalmente através das quatro Frentes de trabalho. Esta é a motriz e energia principal que produz o espaço, mediante o trabalho. Estas Frentes eram compostas pelos movimentos sociais. Há então aqui desvelado a escala de incidência e a escala da organização que estão imbricadas. De forma que

temos encaminhamentos pouco eficaz; o trabalho não tem sido a nossa prioridade; temos sido mais hegeliano do que marxista no sentido de pensar/achar/ter a ideia mas não efetivar a ideia, ir em busca de sua prática; que a executiva assuma seu trabalho e responsabilidade de forma mais eficaz. [...] que as frentes de trabalho atentem aos pontos levantados; é preciso de mecanismos concreto para a inserção de mais pessoas no processo de construção da ENEP, pois temos identificado que ainda somos poucos e por fim que as frentes se apropriem e efetivem o nosso planejamento (ENEP, 2016).

A concepção, do que é a ENEP, será amadurecida no mês de agosto do mesmo ano. Questiona-se em qual categoria a Escola se adequaria, sendo elas centro de formação, escola de alternância ou escola regular. À época, a discussão coletiva nega a condição de institucionalidade formal à ENEP, ressaltando que era fundamental que a Escola permanecesse autônoma. Recentemente, em 2023-2024, vem-se amadurecendo a compreensão que é importante também o fornecimento de cursos com certificação formal. No entanto, a concepção em 2017 era outra:

Destaca-se falas e defesas em comum: a ENEP não deve ser uma escola formal, não deve se vincular ao sistema de ensino que é engessado. Regularizar formalmente a escola é ir contra os princípios das entidades de compõem a ENEP. O processo educativo da ENEP deve ser humanizado e emancipador. É necessário ressignificar o espaço educativo. Mesmo considerando experiências positivas como a Escola Florestan Fernandes e as Escolas Famílias Agrícolas, é preciso garantir que a ENEP tenha a autonomia necessária de seu processo educativo. Podemos estabelecer parcerias para cursos formais por meio das faculdades parceiras. Porém deve se ter todo o cuidado para manter os princípios e objetivos primeiros. Lembrando que temos que buscar o objetivo com jeito na caminhada de forma que ajude a escola a dar passos para frente, isso deve ser entendido como central (ENEP 2016).

Na mesma reunião, em agosto, há nova consideração a respeito do trabalho e do mutirão. Ressalta-se que é possível perceber, por estas entradas nas relatorias, o processo de amadurecimento da organização de trabalho da Escola:

mutirão não é multidão, um mutirão é processual e contínuo. É necessário definir melhor os mutirões, deve ser floreado – sonhar, planejar, realizar e celebrar... tem que ser para além do retorno-ressignificar o conceito de mutirão. É importante contextualizar a realidade na qual haverá uma intervenção. Deve ter uma pessoa que motiva com clareza os objetivos e também oferecer as condições necessárias (alimentação, ferramenta, etc.) (ENEP, 2016).

Esta avaliação vai se desdobrar na reunião de setembro, em que se acorda de haver mutirões bimestrais na Escola. Já em outubro, haverá a consideração de que o intervalo maior para “os mutirões gerais” logrou bons resultados. A ENEP assim se molda principalmente através do trabalho cotidiano das Frentes (por vezes referenciadas enquanto comissões). Aos mutirões, designa-se trabalhos que necessitam de uma maior energia, de mobilizações que extrapolam as que são realizadas no cotidiano.

Essa prática se desdobra em considerar o trabalho, mais uma vez, enquanto central, na reunião de novembro. Após dividir os participantes por áreas na ENEP, correlacionando cada uma das áreas a um tema caro à Escola (mudança social; produção de alimento; meio ambiente), produz-se uma síntese da discussão: “Síntese: Trabalho para a vida. Grande desafio a política da organização do trabalho. O central é a organização do trabalho” (ENEP, 2016).

Outro ponto digno de nota: já em 2017 se concebia a necessidade de projetos arquitetônicos para a chamada “ruína”, e para a futura sede permanente da ENEP (Figura 11).

Figura 11 - Croqui de 2017 intitulado "Mapa da Produção". O prédio que corresponde ao número "7" indica o local da futura sede.



Fonte: ENEP, 2016.

Seria somente cinco anos mais tarde que o projeto se conceberia, no formato em que é desenvolvido na atualidade. Em 2017, define-se que a técnica utilizada para a sede permanente seria formada por bioconstrução, e no início de 2018 já havia um projeto para a mesma.

No começo de 2018 há novamente, em fevereiro, uma síntese coletiva em que o trabalho compõe a centralidade da Escola, no que se pergunta “o que é central na ENEP?”

Dentre as respostas que surgiram: trabalho, formação e produção, trabalho coletivo libertador, esforço de [ilegível] o diferente, movimento das parcerias, sonho em comum, produção agroecológica, busca por esta produção, educação popular libertadora, construção permanente, ressignificação, reivindicação (ENEP, 2016).

Como podemos ver, nas Reuniões Gerais da ENEP há o reforço, reiterado, de discutir a sua forma de trabalho, afirmando, repetidas vezes, que o mesmo situa-se na centralidade da Escola. Em uma passagem no mês seguinte, avaliando-se um mutirão que se destinou à limpeza da área que abrigaria a sede definitiva, explicita-se que os mutirões são desenvolvidos pelos movimentos sociais, cabendo a eles a mobilização:

Avaliação do mutirão realizado no dia 22/02/2018. Foi muito bom, proveitoso, com tarefas bem distribuídas. Foi feita a limpeza parcial do terreiro e organização dos equipamentos espalhados. Compareceram 22 colaboradores. Neste dia foram sorteados os espaços que devem ficar sob a responsabilidade das entidades: Área 01 - Levante Popular da Juventude, área - 02 MAB, área 03 - CJP Paula Cândido, área 04 - MEPE, área 05 - EFA Dom Luciano e área 06 - IUC. O próximo mutirão será no dia 24 de março e a prioridade é continuar a organização da área central e limpeza e delimitação dos lotes. O mutirão será coordenado por Pedro Celestino. A expectativa é que cada entidade mobilize 05 pessoas para o mutirão (ENEP, 2016).

Em Abril, lê-se, de forma conjunta, um documento que discrimina sujeitos, missão e organicidade da ENEP. Das discussões, surge: i) a importância de construir e fortalecer o sentimento de pertença entre as pessoas que participam da ENEP. A apropriação positiva traria ações no sentido da construção coletiva; ii) Com relação à reunião geral, discute-se que ela tem o caráter de socializar, apesar de também ser de planejamento e deliberação. A reunião de coordenação, composta pelas seis entidades fundadoras, corresponde a uma instância de guia, de volante para a ENEP. A ENEP é assim entendida como um guarda-chuva que abriga diferentes movimentos. Avalia-se que a energia que os movimentos dedicam à ENEP retorne aos próprios movimentos, de forma a não enfraquecer suas ações. iii) Um aspecto fundamental da ENEP é o chamado método popular, que é uma educação voltada para a luta, em contraposição à educação que ensina a ser opressor. Algo importante para este método é a noção de incompletude, sempre ter algo por fazer. Além disso, os mutirões também compõem este método popular; iv) Reforça-se a importância de fortalecer o carinho com diaristas e famílias que moram próximo à ENEP. A ENEP tem consciência do trabalho que é realizado por essas pessoas, mas não necessariamente a recíproca é verdadeira. Também é importante haver sinalização no terreno que indique a área pertencente à ENEP, evitando o uso da área das famílias; v) No documento há uma ênfase sobre a economia da ENEP, que foi problematizada pelo grupo, pela palavra poder se atrelar ao capitalismo. Foi dito que a economia pode estar ligada ao acúmulo mas também à partilha; vi) Sobre a produção, foi falado que é importante que todos participem, para que a Escola produza seu próprio alimento. Dirigir mutirões e cursos para isto também é importante.

São postos então ideias norteadoras de como deve se realizar a prática cotidiana da ENEP. A respeito do ponto “iii”, do método popular, destaca-se o caráter da incompletude. Esta característica é uma das que ganham relevo a partir da leitura do Caderno de Memórias. A todo tempo, em uma base quase mensal, a Escola reflete sobre sua prática, se dedicando a olhar para sua pedagogia, e alterando suas formas de organização e de trabalho. Exemplo disto se apresenta novamente na relatoria referente à novembro de 2018. A avaliação do ano é feita através dos movimentos da fundação da ENEP, e cada um realiza uma autoavaliação.

Destaca-se o MEPE, que coloca que “avaliou que a maior contribuição tem sido lembrar dos objetivos originais da ENEP para fazer um processo de libertação pelo trabalho” (ENEP, 2016). A seguir, os movimentos enaltecem essa contribuição, e reconhecem que o MEPE fora o único que organizou de forma sistemática mutirões para além dos que ocorriam durante as “quintas na ENEP”.

Também indica-se uma alteração na organicidade da Escola. Até esta entrada no Caderno de Memórias a Escola se dividia nas Frentes de trabalho. Há indicação, para 2019, de três novas comissões, que se infere que substituiriam as Frentes. As comissões seriam de Meio Ambiente e Cidadania, Cultura Popular e CRB e Formação Política. Não há uma subdivisão, entre os movimentos, para as comissões. A partir das leituras das relatorias posteriores podemos aferir que esta forma de organização do trabalho não foi colocada em prática de forma sistemática, já que esta é a única entrada no Caderno de Memórias que faz referência a esta organização do trabalho.

No princípio de 2019 há nova alteração a divisão das tarefas coletivas, e novamente elas são repartidas entre os movimentos:

energia elétrica (CJP); Infraestrutura (MEPE); Água (MAB e EFA); Plantio de água e Placas (Jean/Rede Nós de Água); Ambiente/organização (IUC/Levante); Plantas/Farmácia (Col. Terapias Naturais). Foi colocado que cada organização/entidade deve buscar trabalhar continuamente nessas áreas, iniciando e terminando os trabalhos (ENEP, 2016).

Nesse período da ENEP foi dado início ao Monitoramento Coletivo Permanente da Conjuntura, tendo em vista a mudança que havia ocorrido no governo federal no último outubro de 2018. Os monitoramentos se farão prática recorrente da ENEP, de forma mensal. Recorda-se que o encontro que ocorreu em janeiro “tiveram 15 organizações construindo, 60 (sessenta) pessoas presentes em pleno mês de janeiro” (ENEP, 2016).

As entradas no Caderno de Memórias vão até março de 2019, a partir desta data inferimos que as relatorias foram feitas por alguém que detinha esta responsabilidade durante as reuniões⁹. Em março, destacamos que há uma diversidade de cursos ocorrendo na ENEP, assim como as chamadas “quinta na ENEP”, nas quais os movimentos se revezavam para

9 O próprio pesquisador já foi um desses relatores, em mais de uma oportunidade. As relatorias se davam da seguinte maneira: a relatoria era registrada à mão, e posteriormente era transcrita a um meio eletrônico e fornecida para a ENEP. Sendo assim, uma pessoa por mês recorria a este processo, ao menos em tese. Uma das coordenadoras da Escola nos forneceu as relatorias às quais tinha acesso. São dois os objetivos das relatorias: ser um espaço de memória da ENEP e contribuir com o avanço das discussões políticas na Escola. Previamente a cada reunião é realizada a leitura da última relatoria, para que haja continuidade do debate.

coordenar. Nesta entrada há indicação que ocorrem os cursos de CRB, Homeopatia, Teologia Popular, Curso de Móveis em Bambuí, Curso de Tambores, Curso de Formação Política e Monitoramento Coletivo da Conjuntura.

Em 2020, as reuniões e atividades permanecerão regulares até meados de março. As reuniões indicavam a continuidade de cursos e mutirões que haviam amadurecido durante o ano de 2019. Há uma mudança nos mutirões, e a prática de fazê-los às quintas-feiras foi alterada para os sábados, ocorrendo quinzenalmente. As reuniões permanecem assim como todos os cursos mencionados, com algumas pequenas alterações. Já no final de março, no dia 31, ocorre a primeira reunião virtual da Escola. Procura-se dar continuidade às atividades que já haviam ocorrendo, em que três campanhas estavam sendo geridas:

Campanha de diárias para pedreiros [...]; Orçamento de cobertura de ruína com Marçal [...] Cobertura da ruína – reativar a campanha do telhado [...] EFA Dom Luciano – Criação de gado na ENEP – por meio de campanha (ENEP 2016).

A próxima entrada se dá apenas em julho do mesmo ano, de forma remota. Apesar da distância física, continuaram as campanhas de arrecadação para a Escola. Os movimentos presentes fazem relatos das dificuldades oriundas da pandemia:

EFA Dom Luciano: Monitores estão trabalhando no dia a dia da EFA. Estudantes em casa. [...] Ansiedade pela volta dos estudantes. No dia a dia já temos evasão. Compreendemos o prejuízo com aprendizado. Além de que, a tecnologia não chega para todos. Acompanhando com otimismo que vai melhorar. [...] **CJP:** [...] Não tendo repasse financeiro da paróquia. Mas a contribuição é nossa mesma. [...] Conseguiram motivar a e colaborar com a matrícula de alguns estudantes na EFA de Catas Altas. Têm postado nas redes sociais as ações. Alerta que as cestas que chegam no município não vem do governo, mas de iniciativas privadas. **MAB:** [...] Acompanhando algumas regiões. Algumas mais firmes, onde pessoas conseguem acesso à *internet*. Reuniões online com o povo. Grande vitória. [...] Contato sempre. Ligando, mensagem. Como está caminhando a vida das mulheres, crianças... em cada região. Avançando muito nas ferramentas de comunicação. Orientando população. Distribuição máscaras. Também trabalho de recolher alimentos e distribuir. [...] **MAM:** MAN [sic] tinha programado fazer um curso presencial de formação sobre a questão mineral Brasil/Minhas/zona da Mata. Este curso/encontro de formação está acontecendo *on line* [...] Essa formação é pra continuar pois a Mineração não parou, interiorizou a doença da COVID-19. Nem todos conseguem atingir devido a questão tecnológica. [...] (ENEP, 2024).

A necessidade de isolamento social traz uma profunda alteração no tempo que se desenvolvia na Escola. Além disso, os movimentos se veem com grandes dificuldades em suas respectivas áreas de atuação. Parte dos participantes comunicam que retornaram às

atividades práticas na ENEP após o isolamento social, enquanto outros buscam se organizar para ir à ENEP. Importante frisar que, à época, havia uma militante residindo na sede da Escola, acordo firmado ainda antes do início da propagação do SARS-CoV 2 no território brasileiro. Esta pessoa se dedicava à manutenção das atividades agrícolas da Escola, apesar das dificuldades impostas: “Preocupada pois é tempo de plantar. Muito só. Preocupada com a produção. Muito pesado cuidar bezerras, cabritos...” (ENEP, 2024).

A partir das campanhas que haviam se iniciado em janeiro, a reforma da cozinha foi finalizada em setembro: “Como resultado de uma grande campanha de reforma da cozinha, agora ela está finalizada. As paredes rebocadas, tem piso, portas, janelas, telhado e o fogão continua.” (ENEP, 2020)

Após o ano de 2020, a Escola volta com a sistematização de suas atividades. As reuniões retornam de maneira presencial, e há a retomada dos mutirões tendo como base as restrições sanitárias. O primeiro passo que se desdobraria no Projeto Político Pedagógico é dado no mês de fevereiro de 2021:

Discutiu-se ainda sobre a necessidade de um grupo de ‘Pesquisa Ação’ sobre Universidade Popular para que possamos dar passos rumos [sic] ao sonho que motivou a criação da ENEP. Sendo assim, definiu-se que o tal grupo será coordenado por Lucas do Levante e sua composição será constante a partir do interesse das pessoas. [...] Outras parcerias serão firmadas com organizações que já discutem e estudam sobre educação popular, a exemplo da LICENA/UFV, Cátedra Paulo Freire, EFAS, entre outros (ENEP 2024).

Um mês após, a Universidade Popular vai ganhando os contornos que se apresentariam no seu PPP¹⁰:

[...] foi pautado o momento de formação do Grupo de PesquisAção – Universidade Popular. O resgate do antigo casarão, hoje salão cultural, é importante para a história local. O casarão foi um símbolo do desmerecimento da população local que não podia sequer comprar um pedaço de terra, mas essas foram distribuídas a estrangeiros europeus. Era um símbolo de uma colonização injusta, de uma edificação rural perversa, dos primórdios do agronegócio que criou a UFV e a

10 Destaco que o que aqui chamamos de Projeto Político Pedagógico possui duas formas distintas, apesar de estarem intimamente relacionadas. O PPP surge de um trabalho dissertativo, dentro de um programa *Lato Sensu*, em que o mesmo foi seu produto educacional. Assim, nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico se faz enquanto um documento institucional. No entanto ele também é resultado do processo político de sua construção, que levou um ano e cerca de uma dezena de reuniões junto dos sujeitos e movimentos da ENEP. É o norte pedagógico e político das práticas e anseios da Escola Nacional de Energia Popular, mas ainda não foi referendado por nenhuma certificação legal, em escalas municipais, estaduais ou na escala federal.

destruição da agricultura tradicional e posteriormente foi se ressignificando com a CEPA e hoje, mais uma vez se ressignifica como espaço popular. A proposta de uma Universidade Popular é a continuidade do projeto da CEPA. Não está começando agora, está se reestruturando agora.[...] O sonho é fazer da ENEP uma instituição reconhecida e que seus cursos sejam passíveis de registro e certificação [...] (ENEP 2024).

Assim foi dado o passo que levaria, novamente, à concepção de que é importante a certificação das atividades pedagógicas da ENEP. Não há dados para corroborar com esta ideia, mas é interessante notar que a proposta da certificação firma-se somente após a ENEP passar por uma grave intempérie sócio-política, que foi seu ano de 2020. Previamente a esta data, a certificação ou não era um debate, um ponto em aberto dentre as concepções possíveis à Universidade Popular. Havia ocorrido, inclusive, o entendimento coletivo de que não haveria de ocorrer qualquer tipo de institucionalização. É após o isolamento social e o abalo nos movimentos sociais que a certificação torna-se um consenso dentro da Escola.

Em junho de 2021 é reelaborada a organicidade do grupo de estudos a respeito da Universidade Popular. Compõem o grupo sujeitos dos movimentos sociais, assim como colaboradores próximos. Feita as reuniões de forma sistemática, em agosto do mesmo ano é reafirmado um claro posicionamento da Educação Popular:

Foi questionado sobre o significado do termo Universidade popular e rendeu diversas falas boas. O debate ficou em torno de pensar a construção da ENEP como uma universidade popular, em que há valorização do saber popular, que a força do povo que conduz o processo de transformação da sociedade, o objetivo da escola é *formar leitores da realidade e não doutores*. Foi colocado que a EFA é outro local que também se constrói uma universidade popular e que o grupo da coordenação pode beber em diversas experiências que além da EFA tem a ENFF, inspiração de autonomia e de construção do saber e da educação popular (ENEP 2024) (grifos nossos)

No ano de 2022, haverá três processos que aprimoraram aspectos fundamentais da Escola. As reuniões gerais abrigaram, mensalmente, dois processos de planejamento e elaboração. Com a participação dos movimentos, entidades e sujeitos da Escola, elabora-se o PPP, que será sistematizado no final de 2023. Ainda, durante estas reuniões de 2022, a ENEP vai elaborar o planejamento do seu espaço a longo prazo. E, ainda, há uma nova organização do trabalho, que assim foi proposto no início de 2023:

Organizar para avançar! Existem três ideias-chave na presente proposta: espaço, que indica o endereço da ação; tempo, que garante o processo continuado dentro das

possibilidades e limites diversos; e energia, que lembra o trabalho enquanto realidade inerente 'a pessoa e capaz de transformação, tanto do ambiente quanto de quem o exerce. **1- Organicidade da Enep:** . **Gare** - formado por afinidade, traça linhas gerais, reúne-se quinzenalmente, presencial ou virtual; . **Operativo e reflexivo** - formado pelas pessoas que participam da escala de presença semanal na Enep, repercute a reflexão do Gare e se torna elo de sua implementação no espaço; reúne-se [sic] presencialmente, semanalmente; . **Coletivos** - ações continuadas, a exemplo de terapias naturais; . **Equipes**- quando se trata de tarefas continuadas, porém muito específicas ou tarefas temporárias; . **Coordenação** - espaço de socialização mensal; . **Plenária popular** - espaço de socialização semestral (ENEP, 2024).

As Frentes de trabalho, que até a necessidade de isolamento social vigoraram na ENEP, agora abrem espaço para outra organização do trabalho. O que anteriormente era coordenado a partir dos movimentos sociais, o trabalho do cotidiano se volta à escala de sujeitos que tem afinidade e identificação com a ENEP, dedicam-se através do trabalho voluntário à construção da Escola. É outra forma de trabalho que reflete novamente a postura da Escola de se adaptar às condições que lhe apresentam. Neste quesito em particular, notou-se, através das idas à campo durante o ano de 2023, e principalmente em seu segundo semestre, que havia uma menor participação dos movimentos sociais no dia a dia.

Há uma entrada no Caderno de Campo que acreditamos que merece destaque. Um galinheiro passou a ser construído na Escola, correspondendo a algumas exigências técnicas, para que se efetivasse no local um projeto de extensão da UFV. Em meio à construção do mesmo, realizado e planejado por um colaborador da ENEP, é feito um mutirão na Escola. Durante o mesmo, encaminha-se a construção do galinheiro, mas de forma que não contemplava as exigências para a construção. Discute-se, e a coordenação opta por refazer parte da construção, de forma que respeite o projeto original.

Nas sextas-feiras que se seguiram ao referido mutirão, a tarefa do pesquisador na Escola se resumiu ao “desmanche” do que havia sido feito pelo trabalho coletivo

Por um lado, o trabalho coletivo é desmanchado e, por outro, trabalho coletivo interviu em um projeto em andamento. No fundo, parece haver uma questão a respeito do conhecimento que valorizamos na ENEP. Em parte o galinheiro corresponde à uma demanda técnica provinda do projeto de extensão da UFV. É esse o conhecimento interessando à ENEP? Como ele a fortalece? Por outro também há o conhecimento acumulado de Zé Antônio [o colaborador responsável por este trabalho]. E, por outro, o conhecimento de trabalho coletivo (Assis, 2023a).

Esta situação não deve ser tomada enquanto representativa, mas enquanto um ponto de reflexão pertinente às ações que são desenvolvidas na Escola. Ao que se sabe, durante a participação na Escola, tal ação não teria ocorrido uma outra vez (nos referimos aqui à

desconstrução de um mutirão). No entanto, é bastante possível (senão provável) que esta espécie de conflito, acerca das origens da ação e de sua relação com o conhecimento que abriga, tenha ocorrido outras tantas vezes. O ponto fundamental diz-se respeito ao tipo de conhecimento e de trabalho que se pretende desenvolver na ENEP. No exemplo em questão, compreende-se que era mais estratégico à ENEP terminar o desenvolvimento do projeto que havia começado e que demandava técnicas mais definidas de construção.

Avaliamos que a origem do conflito é principalmente entre tempos diferentes no esquema geral de organização da ENEP, como foi referido acima. Entre um postulado da coordenação (nos referimos aqui ao GARE) e a orientação do mutirão há um hiato na comunicação, e uma necessidade estratégica para a Escola não é levada em conta. É a partir desses conflitos, compreendemos, que a ENEP é capaz de realizar seus saltos de qualidade e de mudar sua forma de organização e de trabalho, para se adequar à diferentes conjunturas.

A despeito dessas e outras dificuldades, houve o encaminhamento das atividades do cotidiano através dos Coletivos por Área (Mapa 3): **Ivanilda**: “planejar, organizar, zelar da chegada, do jardim, do estacionamento”; **Maristela**: “Manter organizados: salão cultural, secretaria, depósito, banheiros, casa e cozinha; realizar pequenas reformas”; **Rosa Fortini**: “Planejar, organizar e zelar do espaço, inclusive buscar solução para cobertura e drenagem de Oca.”; **Dom Luciano**: Planejar, organizar e zelar do pomar, das áreas de preservação, do córrego de água, das pequenas represas, do cultivo, da criação de aves e pequenos animais” (GARE, 2023 *apud* Lopes, 2023, p. 40).

A espacialidade da organização ficaria assim:

Mapa 3 - Repartição da área da ENEP a partir da organização do trabalho.



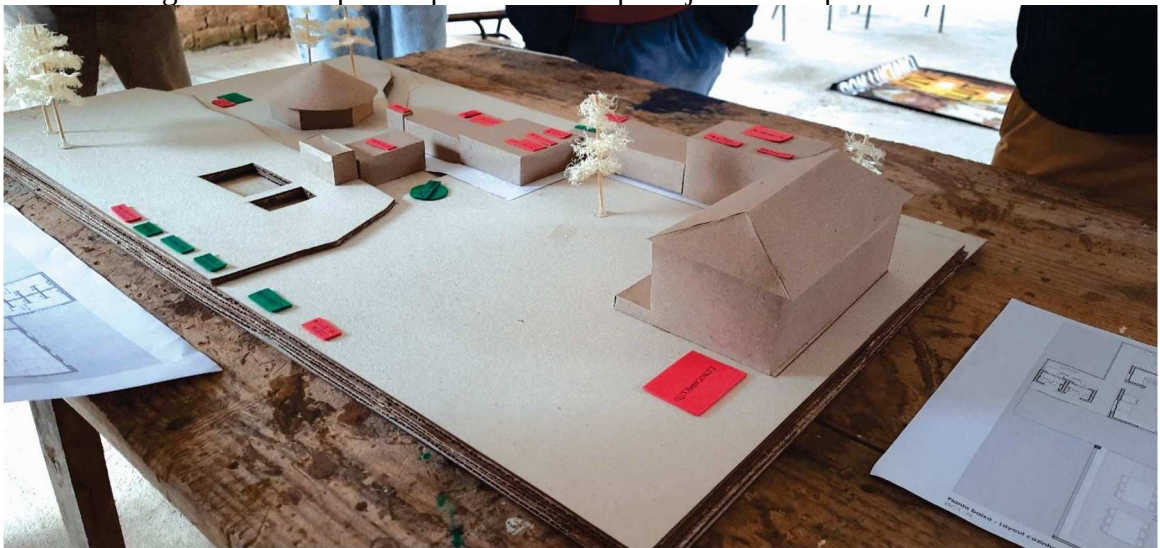
Fonte: elaboração própria.

Como salientado, houve ainda outra sistematização importante durante o ano de 2022, em que no início de 2023 a ENEP teve como produto um planejamento arquitetônico (Figura 12) para seu espaço, agora em definitivo. Durante várias reuniões, “Entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, foram realizadas 13 oficinas” (Soares, Zica e Alto, 2023), em que a Escola construiu seu ideário de como haveria de planejar seu espaço. Os momentos de elaboração tinham como objetivo:

- 1) desenvolver, de forma participativa, o projeto arquitetônico de reforma, com adequação e ampliação de suas atuais instalações, além do planejamento inicial de execução das obras;
- 2) elaborar, experienciar e sistematizar um conjunto de procedimentos de referência para a elaboração de projetos arquitetônicos segundo a metodologia participativa;
- 3) abordar uma situação concreta de projeto arquitetônico junto às classes populares, identificando e colaborando com suas demandas específicas e formas particulares de encaminhar a solução dos problemas. Com isso, se pretende enriquecer e complexificar o saber proveniente da Universidade, proporcionando, aos estudantes envolvidos, uma formação humanitária mais articulada à nossa realidade social (Soares, Zica e Alto, 2023).

Ao fim dos encontros, elaborou-se a proposta de planejamento do espaço. De forma geral, a projeção que se fez sobre o espaço da ENEP corresponde aos anseios dos movimentos de um estrutura que abriga os cursos realizados e ainda por realizar na ENEP. Assim, há dormitórios, alojamentos, cozinha adaptada à normas técnicas, biblioteca, espaços de convivência, etc. Durante o processo participativo, compreendeu-se que o prioritário para o momento seria a cozinha e refeitório. Assim, a ENEP se volta a estas construções no momento.

Figura 12 - Maquete representando o planejamento espacial da ENEP



Fonte: Soares, Zica e Alto, 2023, p.12.

Percebemos, com a análise das relatorias, dos eventos e da sistematização da pedagogia da ENEP, que houveram três momentos distintos em sua concepção. Um primeiro momento corresponde à 2015-2020, em que a ENEP experimenta suas formas de organização, formação e trabalho. Esta experimentação advém, no entanto, de bases políticas e pedagógicas que os movimentos já vinham debatendo, em especial desde 2006, como vimos. Nos anos de 2018 e 2019, principalmente, observamos uma maior intensidade de cursos e atividades na Escola, traduzidos na “quinta na ENEP”, análises de conjuntura, cursos de artesanato, CRB, Teologia Popular, entre outros.

Com as dificuldades oriundas do isolamento social a Escola diminui seu tempo, e as atividades passam a compreender o básico para a sua manutenção. Junto a isso, no início de 2021 os movimentos se veem obrigados a se mobilizar para realizar a compra do terreno.

Há a partir de então um terceiro momento, em que a Escola passa a realizar ações e planejamentos que agora atingem uma extensão maior de tempo, vide que efetivaram sua

territorialização. O Projeto Político Pedagógico sistematiza os debates que ocorriam há décadas, em especial o que é nomeado enquanto *método dialético popular*. Ainda, passa-se mais de um ano debruçados sobre seu próprio espaço na formação do planejamento arquitetônico participativo, e agora dirige suas energias para a efetivação da cozinha e do refeitório. Novas formas de organização do trabalho corroboram com nosso entendimento que isto se dá a partir da conjuntura formada pelos movimentos e sujeitos que em cada tempo, participam e constroem a ENEP.

Assim, aproveitamos a próxima seção para nos debruçarmos mais detidamente no método dialético popular.

3.2 O MÉTODO DIALÉTICO POPULAR

Através das entrevistas (Entrevistado 02 e 04) e também do Caderno de Memórias, explicita-se e elabora-se o que tem sido chamado de *método dialético popular*. Como eixos centrais do referido método estariam o trabalho e a formação, sendo que os Entrevistados 02 e 04 referem-se à indissociabilidade de tais termos, ideia também presente em reiteradas entradas no Caderno de Memórias. À esta pedagogia, agrega-se, ainda, um outro elemento, no qual a ENEP se coloca enquanto pólo aglutinador dos movimentos da região. Elaboramos aqui nossa compreensão do *método popular* e, apenas para formar teoricamente nosso argumento, separamos em um primeiro momento o trabalho e a formação, para depois tornarmos a relacioná-los.

O Projeto Político Pedagógico da Escola (Lopes, 2023) compreende o seu método popular enquanto:

Os sujeitos da ENEP consideram a Educação Popular praticada em seus processos formativos uma pedagogia de luta pela emancipação de toda forma de opressão, que se fundamenta no método dialético popular, compreendido pela escola como a sua forma de olhar para a realidade. De acordo com o GARE (2022), o *método dialético popular* constitui o fundamento teórico-metodológico orientador do trabalho pedagógico da Universidade Popular. Tal fundamento parte da percepção de que a história tem dois lados em permanente tensão e intenso processo de luta (Lopes, 2023, p. 50) (grifos nossos)

Sua compreensão de seu método, e as sinónimas que se referem à ele, como Educação Popular e educação libertadora (Lopes, 2023, p. 8) articulam sua teoria com a educação libertadora e problematizadora de Freire (2016). Sua prática pedagógica se situa assim na compreensão de que a sociedade é cindida por classes, e a ENEP produz seu conhecimento a partir das classes populares ou, para usar o termo de Freire, dos oprimidos.

A realização dessa pedagogia se dá fundamentalmente a partir da *práxis*. A luta pela libertação não se detém em aspectos que são subjetivos. A mudança social, o movimento do *ser mais* ocorre apenas com a transformação da realidade concreta. É a partir do reconhecimento de que o mundo não se define pela impossibilidade de mudança. É dessa consciência, de realizar mudanças, que a observação da realidade leva a possibilidades concretas de liberdade e, assim, do *ser mais*. O ser mais relaciona-se com a mudança da realidade, na construção de outros mundos possíveis. É a mudança de nossa realidade histórica de forma que possamos alterá-la à uma situação de maior solidariedade.

A contraposição feita pela ENEP e reconhecida por seus sujeitos assim se faz frente ao que Freire (2016) designa enquanto educação bancária. Esta coloca na relação entre o educador e o educando um local bem delimitado do sujeito que detém o conhecimento – o educador – e quem apenas o absorve – o educando ou, mais precisamente, o/a “aluno”/a ou “estudante”. A passividade do/a educando/a, fomentada por esta educação, muito contribui para o colocar de forma também passiva em seu dia a dia, e receber a realidade também como algo acabado e estanque. Promove-se assim a perpetuação de determinada realidade, em que o/a educando/a não a transforma, e é colocado como estivesse para além dela.

Há dois preceitos presentes na educação bancária que são capazes de tolher, como um todo, a força criadora que reside nos educandos. Por um lado, as aulas – ou espaços de produção de conhecimento, para sermos mais amplos – se dão de forma geral em narrativas, dissertações, em que se diz o que ocorre ou ocorreu. Assim o/a depositante – professor/a – envia ao depositário/a – o/a estudante – as informações. Há, ainda, outro aspecto. As informações e conhecimentos dados não fazem relação com a vida e a totalidade do saber, constringendo o conhecimento, o impedindo de realizar sua força. "Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também" (Freire, 2016, p. 105).

A relação estabelecida a partir dos "depósitos" de conhecimento alimenta uma sociedade na qual a passividade é estimulada enquanto comportamento ideal dos alunos/as em sala e dos/as mesmos/as fora da sala de aula. Conveniente, portanto, aos que ditam e escrevem

as normas sociais e as estruturas de poder, em que há o consentimento dos/as que são oprimidos/as, vide o cumprimento de seu papel de "depositante":

Na verdade, porém, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram *fora de*. Sempre estiveram *dentro de*. Dentro da estrutura que os transforma em "seres para o outro". Sua solução, pois, não está em "integrar-se", em "incorporar-se" a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se 'seres para si (Freire, 2016, p. 109).

A imposição do conhecimento engendrada pela educação bancária, associada à uma imposição normativa que leva à passividade pode, em seu ato, a possibilidade dos homens de libertar-se. Esta libertação, de mútua realização, a de mim e a do outro, só acontece numa ação que é comunicativa, de colocar em *comum* as possibilidades de realização dos sujeitos, isto diante da realidade que os cerca:

Não pode perceber que somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos, de uma realidade (*ibid.*, p. 114).

Encontramos então um dado que é fundamental à Educação Popular e também à ENEP. O ato de comunicar, de *colocar em comum*, é mediatizado pelo mundo. Atribuindo esta relação à escala de incidência dos movimentos, a ENEP, o que constituiria esta mediação? Quais atributos e configurações intercederam à formação de conhecimento a partir da ENEP? Retornaremos a este ponto mais adiante.

A educação problematizadora se realiza através da mediação que o mundo ou, poderia ser dito, o espaço geográfico, faz entre os homens. Estes se percebem, em seu processo de conscientização, em relação ao mundo. O mundo então passa a constituir sua conscientização, assim como media as (inter)conscientização entre os homens. Assim, o processo cognoscente oriundo desta relação desvela novos aparelhos, objetos e processos no mundo para aquele que se conscientiza. Esta educação assume assim uma dialética homem-mundo:

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do

mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (Freire, 2016, p. 123).

A espacialidade na qual o sujeito está imerso é parte constitutiva fundante de seu pensamento. Relaciona-se o que se percebe do mundo com a sua própria materialidade:

Se, de fato, não é possível entendê-los fora de suas relações dialéticas com o mundo, se estas existem independentemente de se eles as percebem o não, e independentemente de como as percebem, é verdade também que a sua forma de atuar, sendo esta ou aquela, é função, em grande parte, de como se percebam no mundo (*ibid.*, p.125).

A tomada de consciência pelos homens altera, necessariamente, a forma com que eles intercedem pela e na realidade. Sua constatação de fatos e situações do mundo é o que baliza sua interferência no mesmo. Esta constatação possui algo que lhe precede, o entendimento de que o mundo se constitui em um movimento histórico, que não é algo dado ou inerente, mas é produzido pelas ações dos homens. Aquele que não toma consciência de si, invariavelmente criará espaço para que outros/as o façam em seu lugar, o que produz, assim, a relação opressor-oprimido. Desta forma,

aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles (...) Este movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que se dirige ao *ser mais*, à humanização dos homens. E esta [...] é sua vocação histórica, contraditada pela desumanização que, não sendo vocação, é viabilidade, constatável na história. E, enquanto viabilidade, deve aparecer aos homens como desafio e não como freio ao ato de buscar (*ibid.*, p. 128).

Nacionalmente, poderíamos argumentar que uma das formas a que Freire se refere como ser mais se daria através das variadas manifestações da Educação Popular. É uma forma de materialização em que sujeitos e grupos, percebendo sua posição nesta sociedade cindida em classes, se propõe à uma outra construção e experimentação do conhecimento.

Brandão (1986) estabelece que no Brasil é possível conceber seis formas distintas de Educação Popular: i) uma aproximação à educação de adultos, trabalho pedagógico de alfabetização; ii) atividades educativas mais generalistas, dirigidas à sujeitos, grupos ou comunidades; iii) trabalho educativo com um compromisso político definido, que transcende e legitima o trabalho pedagógico; iv) forma mais abrangente de entendimento da educação popular, sem necessariamente haver uma forma de sistematizada de transferência de saber; v)

experiências endógenas de trocas e transferências de saber, no interior de redes e comunidades; vi) forma sistematizada de compreensão da educação popular dirigida à um poder popular, na construção de um poder de classe.

A partir de sua caracterização, nos é muito cara a sexta perspectiva exposta, já que esta traz elementos que estamos aqui expondo a respeito da ENEP. A Escola busca, através do *método dialético popular*, uma sistematização de sua pedagogia, ao passo que se compreende numa sociedade de classes e busca o fortalecimento do poder popular. Nas palavras do autor:

6) um processo popular de produção de um saber de classe que, conduzido necessária e essencialmente entre redes de trocas e símbolos de sujeitos populares, é intencionado pelo trabalho pedagógico assessor de grupos, agências ou movimentos de educação popular. Este é o sentido em que alguns educadores defendem a ideia de que em qualquer situação a produção de um saber de classe é, política e organicamente, uma tarefa popular que se dá já no decorrer do pensar crítico e coletivo sobre sua própria prática, e onde o lugar do educador popular é contribuir de modo assessor à construção de um outro tipo de saber no interior de um cultura popular, tomada agora como a cultura que traduz, como significado, a experiência política da criação concreta de um poder de classe. (Brandão, 1986, p. 149)

A Educação Popular em questão, assim, relaciona diretamente a sua produção de conhecimento com a concretização de um poder de classe. A ENEP situa-se neste campo, vide que estabelece isso em suas reuniões, como vimos, assim como em seu PPP:

A ENEP compreende, organiza e pratica o trabalho como processo educativo com a intencionalidade política de emancipação do ser humano, de modo que ajude a desmascarar as relações de opressão/exploração sofridas pelas/os trabalhadoras/es na sociedade capitalista, a partir de experiências práticas de trabalho livre e socializado. Para seus fundadores, o trabalho como processo formativo deve possibilitar que o povo compreenda que todo trabalho é social, no sentido de quem ninguém é capaz de fazer nada sozinho. Nesse sentido, sua apropriação também deve ser social, para que sejamos livres da alienação e da exploração (ENEP, 2021 *apud* Lopes, 2023, p. 52-53).

A materialização de sua prática pedagógica atinge a escala da Escola, fundamentalmente. Há que se considerar que suas atividades, ao entrarem em contato com sujeitos e movimentos diversos podem reescalonar a outros espaços. No entanto, é em seu sítio que fundamentalmente se dão os eventos relacionados à ela. O espaço apresenta assim seu conteúdo vinculado à concepção de Educação Popular exposta, ao mesmo tempo que o coletivo da ENEP se compreende fazendo frente à exploração da classe trabalhadora. Seu *método dialético popular* faz eco à uma longa trajetória e percurso histórico da formação de

uma outra pedagogia. Esta estaria vinculada não só a salas de aula ou a espaços de ensino, mas deveria adentrar o próprio tecido social.

A ENEP estabelece que sua formação e o trabalho realizado na Escola constituem-se em reciprocidade. O trabalho se faz através do conhecimento, de tal maneira que o conhecimento (ou o saber ou, ainda, a *cultura*) também se realiza através do trabalho. Da mesma forma, a mudança social só é concebida através de uma mudança que é tanto de ordem educacional (em sentido amplo) assim como é no próprio trabalho:

Até mesmo em movimentos pedagógicos de pequena subversão, como os de educação para a paz, um dos maiores dilemas da educação é a própria educação. Cada um a seu modo, no tentar redefinir suas regras de conteúdo, didática, metodologia, administração, política ou destino histórico, luta por destruir frações daquilo que é a própria essência da educação. [...] Não é que a educação popular não aspire apenas ajustar o sujeito das classes populares ao sistema que o domina: ela não quer que ele aprenda simplesmente, por que o que há para saber são as regras da sujeição. Próxima de qualquer boa pedagogia por aspirar e desejar que o outro aprenda, desde as suas origens a educação popular submete a ideia rotineira de *aprendizagem* à de *conscientização*, e declara que o processo de co-produzir o saber a partir da lógica da própria cultura (o que é o oposto da educação formal) é pedagogicamente mais importante que o produto de tal saber. Se Marx disse que o importante não é compreender o que as pessoas produzem materialmente, mas como socialmente se organizam para produzir, a mesma ideia vale como base do imaginário da educação popular: não importa o que as pessoas sabem, *mas como elas vivem a experiência coletiva de produzir o que sabem, e aquilo que elas se transformam ao experimentar o poder de criar tal experiência de que o saber é um produto* (Brandão, 1986, p.157) (grifos nossos).

A Educação Popular, dentro de uma perspectiva de classe, almeja assim algo que vai além de anunciar novos aportes metodológicos, novos conteúdos, novas técnicas. Se funda, principalmente, à uma radicalidade que contrapõe o modelo vigente, que Freire (2016) indica como opressor e que produz sujeitos oprimidos que se reconhecem justamente naqueles que os oprimem. É dentro deste grande escopo que o *método dialético popular* se insere. Ainda com Brandão:

Melhor dito, são a dimensão pedagógica de ideologias ou de projetos sociais alocados à educação, cujos princípios estabelecem que uma parte importante de sua construção histórica depende da produção de outros tipos de saber, de representação do real (logo, da vida social) e, portanto, de uma "nova cultura", como diria Gramsci. Isto equivale à ideia de que, em si mesmo e em seu processo, uma dimensão de um projeto de construção de uma outra ordem social, ou de condições diferentes de realização da mesma ordem, realiza-se *como* educação e não apenas *através* dela. (Brandão, 1986, p. 150).

A mudança radical, que leva qualitativamente a outro sistema passa pela indissociabilidade da educação e do trabalho, ambas fundamentais. Vincula-se a mudança das consciências e do trabalho que se dá concretamente. É a libertação tanto das mentes quanto dos corpos. Esta se daria por produtores livremente associados, em que o trabalho se realiza através de sua autorregulação e auto realização. Sendo assim, a organização dos valores e seu uso pela sociedade também estará amparada pelos sujeitos livremente associados, através da educação. Tendo em vista

o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio que deve ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital (...) e a *transformação progressiva da consciência* em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de produção, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente (Mészáros, 2008, p. 65).

Estes aspectos nos levam a considerar o trabalho e suas relações com pedagogias ou como um ato educativo:

A ENEP compreende, organiza e pratica o trabalho como processo educativo com a intencionalidade política de emancipação do ser humano, de modo que ajude a desmascarar as relações de opressão/exploração sofridas pelas/os trabalhadoras/es na sociedade capitalista, a partir de experiências práticas de trabalho livre e socializado. Para seus fundadores, o trabalho como processo formativo deve possibilitar que o povo compreenda que todo trabalho é social, no sentido de quem ninguém é capaz de fazer nada sozinho. Nesse sentido, sua apropriação também deve ser social, para que sejamos livres da alienação e da exploração (ENEP, 2021 *apud* Lopes, 2023, p. 52-53).

O Entrevistado 04 compreende o referido método enquanto trabalho, formação e mutirão:

É porque a gente, quando pensou esse projeto aqui em Viçosa, [...] nós pensamos o o trabalho, a ENEP, dentro das três dimensões, primeiro *trabalho*, depois a *formação* e depois a gente fala os *mutirões*.[...] a gente chega no espaço, a gente percebe que o trabalho que você contribuir dentro da sua afinidade, né, você possa fazer um espaço diferente. Então seria assim um trabalho de você descobrir o espaço onde você está, porque muitas vezes, né, a nossa cabeça ela pensa onde os pés pisam, né,

é um pouco isso, né, seria uma fonte de descobrir do trabalho, é uma provocação, é uma energia, né, você chega e você consegue ver, é sem ficar assim dependendo de outras, né, de terceiros, né, é você como protagonista do espaço de construção. (Entrevistado 04)

O entrevistado correlaciona o método ao trabalho, ao passo que também compreende que o protagonismo é realizado pelo sujeito que desenvolve a ação. É característico a fala e à concepção da ENEP de que não se trataria do trabalho alienado, mas aquele em que há consciência da ação que se desempenha. Outro ponto fundamental à Educação Popular, já exposta através de Brandão (1986), é a de que mais importa a forma social em que se constrói o conhecimento do que propriamente o objeto deste conhecimento, reafirma assim o entrevistado:

E é importante também, Renan, entender a ENEP, né ela tem essa característica muito abstrata, né, porque a gente vê ela é uma cobertura para ela existir e é preciso dos amparos, né, é como fosse um guarda-chuva com as barbatana, né, quem seria as barbatana? É você trazer, é você ofertar um curso, e trazer outro curso, né, a gente constrói nesse sentido, aproveitando os elementos que tem dentro de uma sociedade e unificar um espaço que vai ser na ENEP, né, seria um ponto de apoio a questão básica, né, depende muito de quem chega e de quem traz essa compreensão e essa contribuição para o projeto. Ou seja, não é uma coisa pronta e acabada, é um projeto, ele é inacabado, porque ele tá aberto, né, as novas propostas, né, de desenvolvimento para uma sociedade mais justa e solidária (Entrevistado 04).

O Entrevistado 04, elabora também o que compreende enquanto mutirão, e agrega à ele um novo elemento, da *mobilização*, esta provinda tanto de movimentos sociais quanto de sujeitos colaboradores. Atesta-se assim algo imprescindível à ENEP, que é a mobilização a partir de seus movimentos sociais. A íntima relação entre os elementos do método dialético popular da ENEP estão aqui relacionados. O trabalho é visto enquanto o que dá à ENEP vitalidade, o que lhe imbui de ação concreta capaz de moldar seu espaço e construir a Escola, também gnosiologicamente. Mutirão é o ato de mobilização, capaz de dirigir essa ação à mais pessoas, assim como forma de trabalho, feito em coletivo e com aspectos de horizontalidade:

[...] quando a gente fala da escola, né, que ta a escola já tem a pedagogia própria, [...] o trabalho a ENEP ela é considerada uma entidade de fins não lucrativos, não tem uma renda de autossustentável, né, então [...] conta primeiro com o despertar de um cidadão que acredita que isso é importante e ele possa contribuir, né, isso é o trabalho. [...] . Mutirões a gente olha o seguinte, porque tem que fazer uma mobilização, [...] porque houve, houve em tempos remotos que as pessoas não tinham, as vezes nem usava o dinheiro, mas trocava dias, né, um ia pelo outro, então fazia um mutirão, então é muito importante, é muito valioso a gente falar em

mutirão hoje, né, e por fim, é, a as formações, [...] Ela pode fazer um, ter um trabalho, mas sabendo que ela tem uma consciência do trabalho e também a questão dos mutirões, eu acho interessante porque é uma questão de mobilização [...] a gente se agregar dentro de uma percepção de que cada um vai entender realmente qual é o seu papel, é isso que é importante. Então, assim, trabalho, mutirão e formação, isso é e ser pedagógico dentro de uma ENEP, é pedagógico, é importante que todos tenham acesso a tudo (Entrevistado 04).

Também a respeito do método dialético popular, o Entrevistado 02 destaca, além do trabalho-formação, os movimentos sociais, a partir da capacidade da ENEP de aglutinar forças, no que é chamado de guarda-chuva, um local para os movimentos se reunirem, se articularem e se fortalecerem. Assim a ENEP se lança em um esforço escalar, abarcando as espacialidades formadas e construídas pelos movimentos sociais:

Vou falar, vou dizer assim a partir do que eu já vivi na ENEP, Eu já discuti, né? Tudo que nós já conversamos e nós já vivenciamos aqui, eu penso que é muito forte essa questão do Energia Popular. E eu, a gente acho que a gente tem para além da formação. Que a gente espera que aqui seja espaço de formação e de trabalho, mas que a gente também consiga incidir na participação na organização popular. Então acho que a gente tem um papel muito importante quando a gente fala que é guarda chuva. Os movimentos sociais estão movendo uma coisa muito importante, que é essa, essa, esse avivamento, essa motivação dos movimentos sociais sabe? Acho que aqui também tem que ser um lugar que os movimentos buscam força, né? (Entrevistado 02).

O movimento, enquanto sentido, enquanto acontecer, é inerente à dialética (Konder, 2008). É sabido que nosso mundo e, junto dele, nossas ideias, estão em movimento. A apreensão de determinado acontecimento, fenômeno ou objeto então deve ser capaz de capturar a história do movimento do que está em questão. Do movimento, podemos salientar a característica de que este é composto por contraditórios. Dos confrontos, conflitos e negações que é impelido, o movimento causa o acontecer histórico. No âmago das contradições encontramos o trabalho, enquanto cerne e motor da história.

Assim, a mudança social perpassaria necessariamente pelo trabalho, condição imbricada na pedagogia da ENEP. A reestruturação da sociedade se dá no “aqui e agora” (Mészáros, 2008, p. 65), e não ocorrerá em algum cenário futuro hipotético. A mudança se realiza gradualmente, e a partir de bases existentes, concretas, assim como também na disputa pelas consciências. No entanto, o que efetivamente a valida enquanto luta sistêmica é a condição de uma estratégia em que o rumo é traçado para o rompimento com o atual sistema capitalista. É dessa articulação, entre o contexto do tempo-espaço e uma ampla estratégia que pode desencadear mudanças qualitativas, de forma que

Nesse empreendimento (de ampla mudança social), as tarefas *imediatas* e suas *estruturas estratégicas* globais não podem ser separadas ou opostas umas às outras. O êxito estratégico é impensável sem a realização das tarefas imediatas. Na verdade, a própria estrutura estratégica é a síntese global de inúmeras tarefas imediatas, sempre renovadas e expandidas, e desafios. Mas a solução destes só é possível se a abordagem do imediato for orientada pela sintetização da estrutura estratégica. Os passos mediadores em direção ao futuro - no sentido da única forma viável de *automediação* - só podem começar do *imediato*, mas iluminados pelo espaço que ela pode, legitimamente, ocupar dentro da estratégia global orientada pelo futuro que se vislumbra (Mészáros, 2008, p. 77).

Esta mudança sistêmica só aconteceria a partir de uma alteração tanto do conjunto do sistema educacional assim como a partir da reorganização social do trabalho. Em que

[...] o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital [...] e a *transformação progressiva da consciência* [...] Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, quanto para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma nova ordem metabólica radicalmente diferente (*ibid.*, p. 65)

É dentro deste escopo que se insere o espaço da ENEP sendo gerenciado, relacionando trabalho, formação e mobilização/movimentos sociais. Seu *método dialético popular* compreende (tanto em seu sentido do conhecimento, quanto em situação) a ENEP numa sociedade de classes e a enxerga enquanto vetor possível de mudança. O faz através da Educação Popular e da sua capacidade, calcada na história, de mobilizar setores da sociedade também comprometidos com a mudança social.

Assim, a partir da discussão do método da ENEP, nos deteremos no próximo capítulo nas relações escalares presentes no seu espaço. Indicamos que, o que tem levado à construção de sua pedagogia também tem formado uma nova escala política.

4 NAS BRENHAS DA ENEP: REDE, TERRITÓRIO E ESCALA

As Comunidades Eclesiais de Base possuem em sua organização um forte sustentáculo nas comunidades, em seus encontros celebrativos e políticos, na sua visão crítica de mundo, em que anseiam-se transformações sociais e maior dignidade à categoria social de “pobres”. Como discorreremos, as CEBs enveredam-se pelo território nacional principalmente a partir da década de 1960, compondo com o mesmo processo que ocorria na América Latina. Em Minas Gerais, manifesta-se inicialmente de forma mais organizada e substancial em Caratinga, local de onde irradiou o movimento até Araponga. Deste município, por sua vez, e também de Porto Firme, as CEBs abrigam-se em diversas comunidades da região. São os sujeitos envolvidos neste processo que, em grande medida, se movimentaram nesta busca por dignidade, sendo que uma de suas materializações viria a ser as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras que principia-se em Urucânia para depois ganhar itinerância. Amalgamam-se aí sujeitos sociais, campos políticos e o debate a respeito do acesso à educação e, em especial, um lugar e/ou articulação que pudesse abrigar os anseios da Educação Popular a partir destes movimentos.

A partir disso idealiza-se a ENEP, sendo que sua construção iniciou-se em 2015. Preza-se por um *espaço* dos movimentos sociais, que tanto abrigue suas lutas, quanto também seja um *lugar* de construção de uma Universidade Popular, tendo como princípio o que é chamado de *método dialético popular*, articulando a formação, o trabalho e os movimentos. Destacamos que este movimento histórico de construção da Escola mobiliza termos que endereçamos à geograficidade, como esta definição possível de ser fazer da ENEP, de *espaço dos movimentos sociais*. O que dizer da escala da ENEP, que tanto é constituída pelos movimentos sociais quanto também pode os constituir? Já frisamos anteriormente no texto do caráter dialético da escala, mas a ENEP parece nos trazer particularidades em meio a este debate, por ser formada diretamente pelos movimentos. É o espaço de culminância de diferentes ações políticas, que trazem *densidade* à Escola. Ainda, como podemos refletir as características pedagógicas deste espaço? Partindo do ponto de que a orientação de sua prática pedagógica se dá através de seu método dialético popular, e sendo este fruto de trabalho, formação e movimentos, o que dizer do espaço da ENEP em meio à isso?

Para fins analíticos, apartamos a totalidade que se desenvolve na Escola a partir de movimentos sociais, do território, das redes e escalas para, posteriormente, olharmos novamente para seu espaço.

4.1 A ENEP É GUARDA-CHUVA: SUA POSIÇÃO ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL

Maria da Glória Gohn, em seu livro “Teorias dos Movimentos Sociais”, argumenta que a definição do conceito de movimentos sociais passa por uma dupla dificuldade para sua concepção. Parte dessa dificuldade diz respeito aos diferentes pressupostos teóricos de cada pesquisador e pesquisadora, que alargaram ou constrangeram as possíveis definições e compreensões acerca dos movimentos sociais. Há, ainda, a grande diferenciação entre os próprios movimentos sociais, seja entre suas respectivas visões de mundo ou suas práticas, que variam tanto no tempo quanto no espaço. Partindo desse contexto surge uma problemática no bojo da literatura das ciências sociais. É recorrente que a prática da pesquisa seja, sobretudo, descrições ou definições da empiria dos movimentos sociais, e não a formulação de um arcabouço teórico-analítico sobre os mesmos (Gohn, 2012).

Gohn (2012) propõe que há diferenciações feitas *a priori*, para desenvolvermos o conceito. Uma primeira diferenciação importante a se fazer é entre movimentos sociais e grupos de interesse. Estes seriam uma manifestação efêmera de uma organização social, de caráter mais genérico e pontual. Apesar de interesses em comum serem parte constitutiva dos movimentos sociais, eles não bastam em si mesmos. A formação da identidade de determinado movimento e suas condições materiais precedem a sua formação ou, em outras palavras, são produtos de determinada historicidade. Sua constituição parte de uma realidade concreta pretérita, já existente, e é a partir daí que há a sua conformação.

Uma outra questão são as ações dos movimentos. Parte-se aqui da reflexão de quais ações coletivas poderíamos designar enquanto ações oriundas de movimentos sociais. Um protesto ou até um ato violento ocorrido em coletivo não necessariamente constitui o movimento social, tomando o ato por si só. É verdade que os movimentos podem usar um grande leque de ações para seus objetivos, mas a ação em si, isoladamente, não o abarca na sua integralidade.

Por último, há a questão do local em que ocorre a ação coletiva. A sua constituição parte da articulação de diferentes campos sociais, sendo que os movimentos podem tanto estar ou não institucionalizados. De forma geral, os movimentos sociais podem ser compreendidos enquanto as lutas sociais dos homens em diversos contextos temporais e espaciais. Aqui, então, a principal categoria passa a ser a luta social. Assim, se trata da possibilidade de ação dos movimentos sociais dentro de um tensionamento político historicizado.

A categoria de luta social diz respeito às tensões entre diferentes sujeitos sociais em meio à uma conjuntura adversa que, a partir dela, travam embates materiais ou simbólicas, configurando um campo de ação. Thompson situa a formação das classes sociais a partir de um contexto de luta. As lutas sociais “surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de auto confecção, embora sob certas condições ‘dadas’”(Thompson, 1982 *apud* Gohn, 2012, p. 248).

Os movimentos sociais têm a abrangência de sua influência mediada pela capacidade de suas ações enquanto grupo. Logo, não são somente as demandas que fazem surgir os movimentos sociais, mas também sua capacidade de ação enquanto coletivo e também o cenário político e cultural de seu contexto. Gohn, a partir dos elementos expostos, define da seguinte forma os movimentos sociais:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (Gohn, 2012, p. 251-252)

A autora assim demarca o caráter de conflitualidade que gera os movimentos sociais, assim como salienta a importância da identidade na conformação dos mesmos. A definição traça um amplo campo de atuação possível, que comporta diversos setores da sociedade. A respeito da sociedade civil e dos espaços públicos de atuação, cabe aqui traçarmos alguns marcos para o debate.

A respeito do local de atuação dos movimentos sociais, é cabível algumas ponderações acerca da composição da referida sociedade civil e do chamado “terceiro setor”. A sociedade civil e os novos movimentos sociais são oriundos de um mesmo contexto histórico no Brasil. Com sua gênese a partir da década de 1970, os novos movimentos sociais surgem em meio ao avanço da globalização, do neoliberalismo e, no caso dos países latino americanos, junto do processo de (re)democratização (considerando as especificidades e temporalidades distintas entre eles). Como política econômica, o neoliberalismo acarretará na redução dos gastos sociais e do Estado, trazendo graves consequências para as camadas mais vulneráveis da população. Para Costa (2016), as novas organizações que pautam a mudança societária vem também em resposta à incapacidade de formas clássicas de contra-hegemônica, como os partidos e sindicatos de oferecerem soluções para a sociedade. Nessa perspectiva, os (novos) movimentos sociais ocupam o espaço público (nota-se que não se trata do Estado) construindo ambientes democráticos, de diversidade e pautado na autonomia.

Leher (2000) também caracteriza os novos movimentos sociais enquanto emergentes deste contexto de promoção dos ideais de autonomia e descentralização, em que a nova prática política se manifesta em tais espaços de autonomia. O autor aponta, no entanto, um arranjo que retém o poder real em espaços ainda centralizados, mas que na ordem do discurso diz tê-lo descentralizado. Assim, atores hegemônicos (como o Estado) fazem uso dessa configuração política que aparenta descentralização, enquanto que o comando decisório permanece nas esferas de poder já consolidadas. Essa descentralização teria recaído sobre “espaços públicos”, protagonizados por diferentes agentes da sociedade e que são capazes de dar voz a diferentes setores e propiciar um espaço democrático. No entanto, a esfera de decisão (principalmente no que concerne aos *recursos* públicos) ainda permanece centralizada, dentro da organização do Estado, de empresas ou organismos multilaterais internacionais (como no caso das fontes de financiamento para incontáveis ONGs).

É importante observar que os chamados novos movimentos sociais, em sua forma material enquanto as ONGs (que não representam a totalidade deste campo), prescindem de recursos do Estado ou de organismos multilaterais. Assim, esse chamado terceiro setor indicaria uma maior participação democrática, ao mesmo tempo que espaços decisórios político-econômicos permanecem na esfera Estatal ou de organismos multilaterais internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional.

O surgimento da ideia de sociedade civil se origina assim a partir de um campo ideológico que concebe como fortuito a organização social em torno das ONGs e de organismos descentralizados. “Neste sentido, o termo sociedade civil encobre as diferenças

radicais entre as organizações vinculadas aos movimentos populares e as vinculadas às classes dominantes" (Leher, 2000, p.163). O termo viria para substituir os movimentos populares, que possuem em seu campo político de ação a perspectiva da imbricação socioeconômica. Para Leher (2000) é dentro dessa perspectiva, na disputa por poder e pela capacidade de decisão, que os espaços públicos podem ganhar relevância política e econômica, se potencializados pela ação política capaz de incidir sobre os espaços de poder.

É dentro desta perspectiva que a ENEP compreende-se:

É popular por garantir - através de sua organicidade - o protagonismo das classes populares e a consolidação do sujeito coletivo em seus processos formativos (condição da democracia). E enquanto esforço continuado de mobilização, organização e capacitação (política, técnica, cultural) que prepara as/os trabalhadoras/es para o exercício do poder (Lopes, 2023, p. 37).

Concepção esta corroborada aqui:

A ENEP compreende, organiza e pratica o trabalho como processo educativo com a intencionalidade política de emancipação do ser humano, de modo que ajude a desmascarar as relações de opressão/exploração sofridas pelas/os trabalhadoras/es na sociedade capitalista, a partir de experiências práticas de trabalho livre e socializado. Para seus fundadores, o trabalho como processo formativo deve possibilitar que o povo compreenda que todo trabalho é social, no sentido de quem ninguém é capaz de fazer nada sozinho. [...] Nesse sentido, observa-se que os métodos da Universidade Popular devem orientar para a percepção de que o poder econômico determina e organiza a vida humana na sociedade capitalista, sendo o responsável pelas desigualdades e injustiças sociais. Consideramos, diante disso, que se o sistema econômico da sociedade atual projeta o lucro como sendo mais importante do que a vida (*ibid.*, p. 52-53).

Tendo em vista o processo histórico de formação do campo político da ENEP, através das CEBs, Romarias e posteriormente pela própria Escola, podemos considerá-la enquanto um movimento social, que se situa em contraposição à ordem capitalista, compreende que o trabalho reside no centro da produção da sociedade e através dele e de sua Universidade Popular busca alterar esta ordem ou, ao menos, propiciar as condições para que isso aconteça. No entanto, a coordenação da Escola a compreende, em meio aos movimentos sociais, enquanto um guarda-chuva. Dirige-se a ela a condição de “abstrata”, no sentido que ela é o que os movimentos fazem dela. Ainda assim, por se tratar de um lugar de articulação dos movimentos sociais, compreende necessariamente este campo, e pode ser considerada enquanto compondo esta categoria.

É importante destacar que, dentro do que estamos aqui caracterizando enquanto movimentos sociais há categorias diferentes entre os grupos que compõem a ENEP. Por um lado, teríamos os movimentos que compõem o campo popular, e possuem na sua organicidade características sistematicidade, projeção de suas ações e temporalidade. Dentro deste campo compreendemos o MAM, Levante Popular da Juventude, MAB e a EFA Dom Luciano. São entidades que possuem escalas diversas também internamente, com calendários e organizações estaduais e nacionais.

Outra categoria seria aquela mais diretamente ligada à TdL e às CEBs. Estariam aí o MEPE, a CJP e sujeitos da Paróquia São João Batista (Viçosa). Suas respectivas organizações estão ligadas à institucionalidade da Igreja, de forma mais ou menos presente. A CJP vincula-se diretamente à Paróquia de Paula Cândido, através de sede e recursos, apesar de suas ações não estarem sob jugo da Igreja. O MEPE é composto por padres e os chamados “leigos” e, apesar de não estar vinculado institucionalmente com alguma paróquia, suas ações são atravessadas pela temporalidade da Instituição. Dentro da categoria ainda teríamos a ação de pessoas ligadas à Paróquia de São João Batista, que atuam de forma sistemática nas atividades diárias da ENEP.

Por fim, ainda haveria outra categoria, ligada à sociedade civil de forma geral e à universidade pública, em que estão o IUC e o Coletivo de Terapias Naturais. O IUC fora fundamental no amparo jurídico à ENEP no início de sua formação, até a constituição de sua própria representação. Está ligado também às ações da cidade de Viçosa, de mobilização e principalmente apoio enquanto instituição jurídica. Já o Coletivo formou-se dentro da própria ENEP, a partir de um início em que haviam atividades extensionistas pela UFV, especificamente do curso de Licenciatura e Educação do Campo (LICENA).

É a partir deste campo, amplo em suas formas, que compreendemos os movimentos sociais que compõem a ENEP. Apesar de suas distintas organicidades, possuem um objetivo em comum, de formação e consolidação da Escola.

O Entrevistado 04, a respeito da ENEP conformar-se enquanto uma entidade abstrata, assim diz:

É, quando quando a gente fala da ENEP, né, vamos citar assim a questão, outro exemplo, que a ENEP é um guarda-chuva né, *abstrato*, a ENEP não faz nada na ação concreta, não faz nada, [...] ela só existe a parte do momento que uma entidade assume, né, algumas frentes de trabalho, pode ser os cursos, né, pode ser os mutirões, pode ser uma outra organização, então, nesse sentido, a EFA, né, no caso, nós trouxemos para ENEP, né, o curso da pedagogia da alternância, então nesse caso

a ENEP é o *espaço físico*¹¹, né, onde você tem todo assim um acolhimento, né, e uma preparação vem da entidade que vai ofertar o curso, né, até nesse sentido as vezes tem essa dificuldade (Entrevistado 04) (grifos nossos).

A concepção trazida pelo entrevistado deve ser lida, no nosso entendimento, enquanto uma proposição conceitual, em que formula a ENEP enquanto *guarda-chuva*, que abriga os movimentos sociais. Junto a isso, o entrevistado também verbaliza que compreende a ENEP como sendo sempre processo, afirmação esta que corroborada com as teorizações acerca da Educação Popular de Brandão (1986). O abstrato, a que se refere, viria a partir dessas concepções. Como veremos no próximo tópico, a ENEP possui uma explícita orientação de como formar seu espaço, a partir de suas concepções de poder e, assim, é absolutamente concreta e incide, inclusive, sobre os mesmos movimentos sociais aos quais fornece abrigo.

Neste entendimento, a referência ao *guarda-chuva* compõe com o referido método da Escola, compondo uma tríade em sua sustentação. A possibilidade de articulação junto dos movimentos sociais se trata da capacidade de aglutinar forças a partir da Escola Nacional de Energia Popular. Abre-se assim a capacidade da Escola realizar uma projeção escalar, a partir dos outros movimentos. Aqui o Entrevistado 02 fala da questão, a partir do que entende enquanto energia popular:

Vou falar, vou dizer assim a partir do que eu já vivi na ENEP, Eu já discuti, né? Tudo que nós já conversamos e nós já vivenciamos aqui, eu penso que é muito forte essa questão do *Energia Popular*. E eu, a gente acho que a gente tem para além da formação. Que a gente espera que aqui seja espaço de formação e de trabalho, mas que a gente também consiga *incidir* na participação na organização popular. Então acho que a gente tem um papel muito importante quando a gente fala que é guarda chuva. Os movimentos sociais estão movendo uma coisa muito importante, que é [...] esse avivamento, essa motivação dos movimentos sociais sabe? Acho que aqui também tem que ser um lugar que os movimentos buscam força, né? Que seja um momento que eles se alimentam assim, sabe? Eh. Porque. Embora a gente tenha esse desafio, ainda que enquanto movimento, a gente está aqui representando os grupos (Entrevistado 02) (grifos nossos).

A partir da fala do entrevistado, podemos conceber a intenção da mútua interação, dialética, entre os movimentos e a ENEP. Ao passo que são os movimentos que constroem a Escola, está também incide sobre os movimentos, seja na formação de seus quadros, ou enquanto local de abrigo, de fomento à identidade. No entanto, Entrevistado 02 também reflete sobre algo expresso através das relatorias. Há hoje uma baixa participação dos

11 É curioso notar como esta concepção trazida pelo entrevistado lembra o qualitativo, já designado ao espaço geográfico, de ser *palco* das ações humanas.

movimentos sociais na mobilização cotidiana da ENEP. É algo que se enseja mais participação, mais presença, para os objetivos políticos da Escola:

Mas os grupos ainda não se inseriram na ENEP assim de fato. Eu não vejo que o MAB, tá? Sabe, na ENEP, do jeito que era para estar, não acho que o MAM está na ENEP do jeito que é para estar sabe? Fazendo esse espaço com o espaço deles. [...] E ultimamente nem usar o espaço para o movimento a gente tá conseguindo usar, por exemplo, o MAB. Há quanto tempo que o MAB não se reúne aqui. O MAM, né? Nesse último ano, não, não fez nenhum tipo de trabalho aqui. Então, até isso se apossar deste espaço que é nosso, a gente está conseguindo. Então, esse é um desafio muito grande assim, porque para mim, além da formação do trabalho, é isso, a gente conseguir tornar de fato esse movimento energia popular, que é isso, A energia popular é isso, são as organizações que estão aí, né, no meio do povo. [...] E não deixa de ser um resultado também da formação do trabalho. E é um negócio muito assim, né? É um negócio muito junto, mas cada um você consegue ver formação (Entrevistado 02) (grifos nossos).

A fala traz à tona o cenário mais recente da ENEP (a entrevista foi realizada em 19/01/2024), em que há uma menor participação dos movimentos sociais. Cabe ressaltar que os mesmos participam das reuniões e de espaços deliberativos. A constatação do Entrevistado diz respeito, principalmente, à participação dos movimentos sociais em outras atividades realizadas na Escola, como cursos e mutirões, assim como na proposição destas mesmas atividades. Trata-se da não apropriação do espaço da ENEP.

No entanto, quando o olhar se dirige para abarcar a relação entre movimentos sociais, pode-se conceber um processo de fortalecimento. O entrevistado 02 faz uma análise de que na Zona da Mata, há mais articulação entre diferentes setores da luta social. Cita o exemplo da luta do movimento negro e como que essa pauta, através de processos históricos de articulação, abarca hoje também espaços que seriam tradicionalmente da agricultura familiar, camponesa e agroecológica. Faz referência à Zona da Mata enquanto um campo diferenciado nesse sentido, de lutas mais articuladas. É interessante pensar que essa articulação é prévia à ENEP, enquanto sujeitos que já se mobilizaram politicamente na Zona da Mata Mineira. Porém, com a ENEP, há uma nova forma de articulação, na medida que esse campo popular provoca e compõe um novo espaço de mobilização na região. Assim destacamos:

[...] por mais que a gente tenha problema, por mais que a gente tenha desafios, acho que a Zona da Mata é uma das poucas regiões que tem um trabalho tão unificado. Parece que não, mas você pega assim hoje. Hoje você vai no CTA, o pessoal tá discutindo igualdade racial, tá falando de comunidades quilombolas. A gente conseguiu fazer uma integração de forças assim que todo mundo fala tudo hoje, aqui a gente fala a agricultura familiar, a gente fala de agroecologia, que são temas, né,

caros [ao] CTA. Então assim o CTA tá aqui, querendo ou não. E tá aqui mesmo com parceiro, né? Mas hoje os temas já não são mais isolados. Claro que isso não foi de um dia para o outro, foi um processo. Eu lembro que o Farinhada mais o [inaudível] conta. Como era difícil falar de igualdade racial, de racismo, negritude no CTA. Então foi um processo [...] ele falou que é resultado dos dez anos de discussão. Porque não tem mágica fácil, né? Da mesma forma, a gente colocando a questão da igualdade racial dentro de sindicatos rurais que nunca fizeram isso, nunca discutiram questão de negritude. [...] Era agricultura, era organização do campo, né? Mas não tinha setores e vários sindicatos. Hoje já tem a própria CUT, a própria Fetraf, com as organizações, federações. Todos tem setor de igualdade racial. Isso tudo é construção. [...] Eu acho que a Zona da Mata tem isso. Esse resultado. A eleição do Lula, por exemplo. É fruto disso, entendeu? E o Polo agroecológico, né. Que é agroecologia no discurso, só agricultura. Então, assim, tudo isso que a gente tem feito. Então, essas organizações a ENEP também surgem aqui, como esse potencial também de juntar forças, né? Tem tudo quanto é gente aqui no meio da gente (Entrevistado 02).

A composição política explicitada pelo entrevistado é resultado de décadas de articulação. Refere-se no trecho principalmente ao debate da negritude, que foi sendo trabalhado e inserido nos espaços de discussão e fomento da agroecologia e de organização política dos (as) trabalhadores (as) do campo. Este ponto denota, por um lado, um tensionamento e, por outro, ser parte da formação da singularidade política da Zona da Mata expressa na entrevista. Note-se que a ENEP compõe este campo político que, o sendo, também possui uma espacialidade correspondente. Apesar de haver indicação para a Zona da Mata Mineira, estes movimentos e dentre eles, a ENEP, não a abarcaram na sua totalidade.

O Entrevistado 02 prossegue com a explicitação de qual seria a territorialidade da ENEP. Apesar de haver a percepção da Zona da Mata enquanto diferenciada, no que tange a articulação política, quando se dirige a análise para a escala abarcada pela ENEP, atribui-se a esta a própria territorialidade dos movimentos. Assim, a incidência espacial da ENEP é referente à incidência espacial dos movimentos que a compõem, seja através da própria fundação da Escola ou por níveis de parcerias diversas. Assim prossegue-se:

Tem o pessoal mais espalhado, mas eu acho que a incidência nossa é mais [...] Zona da Mata e olha lá, né? Talvez Zona da Mata norte aqui, né? Vai ali, Viçosa e Ponte Nova, né? Você vê que a gente não chega muito. Você consegue muita gente ali. Partido? Claro, né? Tem aqui, Paula Cândido e tudo, mas você vê, você pega São Geraldo, Visconde, já não tem. *A incidência ela é. Ela coincide com os movimentos mesmo.* Onde é que estão os movimentos? Coincidência tá aí, né? Termos de territorialidade é isso. E acaba que é isso que eu falei por exemplo a Pastoral Afro. Onde é que a gente tá? O pessoal conhece a ENEP, né? O MAB. Ele tá mais concentrado aqui, tá no estado todo, né? Mas o MAB que a gente conhece mais, né? As pessoas comunidades estão aqui, então é onde é incide mais, né? Vai por aí fora. Eu acho que. E essa possibilidade de atingir. Mais gente, ela vem com os cursos que normalmente as pessoas que já vieram aqui, veio por meio de um curso né? E futuramente com os cursos, mas com estudantes mesmo né? Mas agora com os

nossos cursos, mesmo populares, dá para ter mais gente fora do centro. Mas esse ano a gente não conseguiu ainda (Entrevistado 02) (grifos nossos).

A indicação de Viçosa e Ponte Nova, presentes na fala, referem-se principalmente à territorialidade da ENEP e, portanto, dos movimentos que lhe são próximos ou de parcerias mais qualificadas. A incidência das ações dos movimentos da ENEP correspondem a área citada pelo Entrevistado, assim como a Região Leste da Arquidiocese de Mariana, o que corrobora com a origem histórica da formação da Escola.

No entanto, ao contemplarmos as articulações políticas de forma mais abrangente, integrando outros agentes sociais que se articulam com a ENEP de forma mais pontual, estabelece-se um outro cenário no que diz respeito à espacialidade. Nas palavras do entrevistado:

Os cursos que vão, [...] que consegue atingir um pouco mais os territórios. Não tá acontecendo CRB. Teologia vai ter agora também tem potencial para isso. É um curso que pode trazer gente de fora [...] para além do território [...] Você pega, por exemplo, aquele curso, né? Que nós demos aqui com jovens¹². A gente buscava, onde é que vai buscar? Viçosa. Não tem condições de assumir, de buscar em outros lugares, acaba sendo. Mas se a gente conseguisse fazer isso mais, ficaria bem demais. Eu acho que nosso desafio aqui, até uma certa época, a gente só trazer gente de fora aqui. A gente de Viçosa demorou chegar. Agora que chegaram mais, chegaram porque o Padre Geraldo ajudou muito aqui. Porque querendo ou não, a turminha [...] de São João Batista. Tá aqui que faz parte paróquia [...] Priscila, Jaqueline, a própria Norma. E Ana Lúcia. [...] Mas é isso, A gente tem esse desafio, sabe como a gente chegar nas pessoas. E hoje a gente fala Zona da Mata, que é onde nós estamos. E quando a gente fala Zona da Mata é porque a gente acaba participando das coisas que estão em nível Zona da Mata. Você pega hoje polo agroecológica, ele é Zona da Mata, então você vai se encontra com todo mundo. O CTA hoje, Zona da Mata. Aí você vai pra Assembleia, tá todo mundo lá. Você encontra com Reinaldo, CPT, você encontra o pessoal de Juiz de Fora, você encontra, sabe? Você encontra todo mundo ali. Espera Feliz. Manhauçu, você encontra. Então eu tô lá como ENEP, né? (Entrevistado 02).

A narrativa aqui posta demonstra uma aglutinação de forças, um campo político do qual a ENEP participa. Novamente abarcando a Zona da Mata, quando se fala de outros fóruns de encontros, que não só se restringem ao alcance imediato dos movimentos que compõem a ENEP diretamente. No que concerne ao alcance da ENEP, avalia-se que os cursos que antes eram capazes de abarcar mais pessoas, em sentido mais regional, não tem mais ocorrido. Ao mesmo tempo, neste momento há maior aproximação de sujeitos de Viçosa, advindos principalmente de uma paróquia.

12 Refere-se a três cursos que contemplavam dança afro, percussão e confecção de tambores, projeto este denominado “Tambores da Mata”.

A indicação dos cursos enquanto capazes de “trazer gente de fora”, “para além do território”, atesta novamente a forte imbricação a respeito da constituição da prática pedagógica da ENEP, tendo aqui, diretamente, um qualitativo que também é espacial. Como dito pelo Entrevistado 02, esta espacialidade, por sua vez, diz respeito à ação dos movimentos sociais.

A argumentação a respeito da aglutinação de forças que ocorre na região é reiterado:

Mas acho que tudo isso é fruto. Porque eu não sei. Eu sempre percebi sim o CTA com essa abertura, sabe? Para juntar força mesmo, né? Para formar também para organizar as comunidades. Aí você vem, né? Tem essa turma também boa da Teologia da Libertação, da Igreja que está aqui nessa região. Eh tanta Igreja Católica. Gilberto Medeiros. Tanto alguns padres como o próprio Frei Gilberto, ali que faz uma diferença pra caramba, ali na Serra do Brigadeiro, né? Você pega MAB, MAM, tudo dessa região da Zona da Mata, Tudo presente em movimentos negros, né? Várias organizações, isso tudo. E tudo junto. Assim igual to te falando. O bonito que eu vejo hoje e isso é porque tá todo mundo tendo como pauta. Sabe? O CTA fala de feminismo, né? A gente também no FOMENE, né? Nós temos lá nossas pautas, né? Mulher e gênero, educação, saúde, juventude. Então, assim, todo mundo ali sabe, tentando entender, por exemplo, nosso. O nosso FOPPIR desse ano foi a fome bate na porta de quem né? Tratando justamente da questão da agroecologia, né, Da sustentabilidade alimentar. Então assim traz toda a questão (Entrevistado 02).

A Zona da Mata fica novamente em evidência, a partir dos movimentos e sujeitos que são elencados participando do campo político da ENEP. Salienta-se a TdL enquanto mobilizadora, assim como novamente o CTA é referenciado enquanto um dos protagonistas nas ações. Reitera-se a convergência das pautas políticas pelos movimentos sociais retratados. Esta composição política incide, como vimos, na própria ENEP, assim como é composta por sua respectiva espacialidade.

Aventa-se assim algumas relações espaciais que são expostas através da prática política da ENEP. Por um lado, seu movimento histórico de articulação para a fundação da Escola e para posterior aquisição do terreno indica, em sua condição material, a *territorialização* dos movimentos partícipes deste processo. Território este vitalizado (e vitalizador de) por relações de cunho político-pedagógico, na formação da Universidade Popular. Fala-se diretamente em *territorialidade* da ENEP, e aqui fazemos menção que isto se dirige, também à *escala* da ENEP, na medida que se articula por *redes*.

Percorremos agora por nossa compreensão destas categorias, especialmente em como elas se realizam no contexto da ENEP.

4.2 TERRITORIALIZAÇÃO E SOCIOTERRITORIALIDADE NA ESCOLA NACIONAL DE ENERGIA POPULAR

A relação espacial dos movimentos sociais e do nosso caso em particular, a ENEP, ocorreu sobre um tensionamento político já existente, no que se refere à sua luta social. Sendo assim, e estando esses sujeitos em luta, essa disputa se dá em relação a outros sujeitos e agentes e tem, necessariamente, uma espacialidade (e uma territorialidade) desta ação. Há então um ato de territorialização sobre um espaço já apropriado e dinamizado por diferentes setores, o que configura uma disputa, uma contenda.

No que se refere às apropriações do espaço, enquanto constituição de territórios, no âmago dessa relação situa-se uma relação social de poder. Este assim manifesta-se também espacialmente, enquanto característica fundamental de seu exercício. O poder é algo que só se manifesta no momento que dura seu exercício. Não pode ser acumulado, guardado. Só existe no momento de sua efetivação, e só é entre os homens (Souza, 2013).

O território, a partir de Raffestin, não é concebido como somente aquele/a produzido e exercido pelo poder do Estado (o que seria sua abordagem clássica), mas como apropriações do espaço por pessoas e por grupos sociais. Estas apropriações se dão em diversas dimensões, e estão embasadas no exercício do poder sobre uma porção do espaço:

Raffestin coloca que o poder não é adquirido, mas sim exercido tomando como base inúmeros pontos. Desse modo, as relações de poder são imanentes a todo tipo de relação (econômica, social, cultural, etc). O autor destaca que onde há poder há resistência e, por isso mesmo, as manifestações de resistência jamais estão em posição de exterioridade em relação ao poder. Na perspectiva raffestiniana, o território é concebido como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações essas determinadas, em diferentes graus, pela presença de ações e estruturas concretas e de informação, que são as ações e estruturas simbólicas (Pedon, 2013, p. 230-231).

Pedon continua o debate ao dizer que “de tal modo, o território pode ser compreendido pelas relações de poder que se estabelecem sobre o espaço e entre os sujeitos que o ocupam e o utilizam” (*ibid.*, p. 231). As apropriações que são realizadas sobre o espaço ocorrem em um percurso histórico, em que pode haver desterritorializações, que são deslocamentos ou extinção de determinadas territorialidades, assim como ocorrem reterritorializações, em que na sua totalidade ou parcialmente são restituídas as territorialidades perdidas, num mesmo ou num outro espaço.

É amplo o uso e desenvolvimento do conceito pela ciência geográfica, e provém de diversas matrizes teórico-conceituais. Coelho Neto (2021) assim compreende o cerne da categoria, abarcando quatro pontos:

questionamento da concepção de território que o concebe exclusivamente segundo limites espaciais e temporais bem definidos e estáveis/fixos, reduzido às fronteiras do Estado nacional e às identidades espaciais de mais longa duração; reforço do caráter político do espaço por meio do conteúdo do território, como produto/produtor da relação espaço-poder, considerando que as diferentes matrizes interpretativas sobre o poder permitem distintos aportes para pensar a territorialidade humana; problematização das concepções polarizadoras, unidimensionais e excludentes sobre o território, apontando para a superação da dicotomia material-simbólico e para perspectivas que contemplem a ideia de multidimensionalidade; diálogo profícuo entre os conceitos de território e rede, entendidas como portadores de lógicas espaciais distintas, mas profundamente imbricadas nos tempos atuais, apontando para as novas possibilidades de entendimento da espacialidade contemporânea (Coelho Neto, 2021, p. 59-60).

Nos dirigindo ao fundamento do território, que são suas relações de poder, a ENEP explicita seu exercício do poder sobre seu território constituído na Colônia Vaz de Mello. Em uma Carta de Princípios, datada de 2022, lê-se:

3 – Exercício do poder

A ENEP busca a aplicação do Método Popular, com aproveitamento dos avanços da democracia representativa sem limitar-se a suas conquistas, através da seguinte organicidade:

Grupo de Ação e Reflexão (GARE), formado pelo critério de afinidade ideológica; Coordenação, composta por representações das organizações fundadoras e/ou membros com periodicidade de mandato; Assembleia Popular aberta, com caráter de socialização, escuta e animação; Coletivos, cada qual com responsabilidade específica e permanente; Equipes, cada qual com responsabilidade específica e temporária (ENEP, 2024)

A efetivação de sua intencionalidade sobre o espaço da ENEP dá-se através da construção de sua organicidade, como discriminada acima. Note-se que o Grupo de Ação e Reflexão é o que indica a orientação das ações, sendo referido enquanto “volante” da Escola. Isto é debatido em seu Projeto Político Pedagógico:

O GARE é um grupo de caráter reflexivo, dialógico e deliberativo, que se reúne quinzenalmente. Trata-se de um coletivo relativamente pequeno (cerca de oito pessoas) com afinidade ideológica entre seus membros, cuja tarefa é ajudar na reflexão e direcionamento das demandas e dos rumos da escola na perspectiva de consolidação da Universidade Popular, tendo como horizonte a formação de pessoas emancipadas de consciência para a construção de uma nova sociedade. O GARE possui a missão de garantir que a gestão da ENEP seja coletiva e democrática, não tendo a necessidade de um diretor. Seu propósito central é assegurar que a Universidade Popular não se perca na dispersão na busca por seus objetivos políticos e pedagógicos. Os fundadores da ENEP consideram que embora as assembleias e demais espaços de condução da escola sejam consultivos e de decisões, o papel do GARE é fundamental - para a autonomia pedagógica da Universidade Popular - no sentido de pôr a mão no volante e, em última instância, garantir que haja a condução coletiva e coerente dos processos de formação popular (Lopes, 2023, p. 39).

Busca-se assim um equilíbrio de instâncias coletivas que abarcam novas ideias, sujeitos, grupos em movimentos sociais, ao passo que o GARE detém e mantém as intencionalidades que deram corpo à Escola, através da construção da Universidade Popular. Tal organização interna, além de estar presente no PPP, é explicitada também durante as reuniões mensais da Escola, de forma que novas participações sociais, ao aderirem à ENEP, possuem consciência de sua configuração política.

Retornando ao território constituído pela Escola, ordenado pela configuração política supracitada, podemos conceber que se trata da efetivação da *territorialização* dos movimentos sociais que, ainda em 1990, movimentavam-se ao redor das Romarias e pautas sociais da região. Do comodato à posse, os movimentos sociais adquiriram um recorte da região em que incidiam havia décadas, e conformam um sistema de poder para levar a cabo suas intencionalidades com a Educação Popular.

As apropriações que são realizadas sobre o espaço ocorrem em um percurso histórico, em que pode haver desterritorializações, que são deslocamentos ou extinção de determinadas territorialidades, assim como ocorrem reterritorializações, em que na sua totalidade ou parcialmente são restituídas as territorialidades perdidas, num mesmo ou num outro espaço. O aspecto histórico então é fundamentalmente constitutivo do território. Tendo em vista a materialização do território da ENEP, é possível conceber um longo processo de territorialização, que teria dado início a partir do momento que os movimentos, em itinerância a partir das Romarias, compreendem e optam por construir um espaço educativo próprio.

Este território é constituído por dimensões que não são só materiais, mas também são simbólicas, culturais e sociais. Tanto o é como, por exemplo, na ENEP são realizadas diversas práticas pedagógicas, de caráter diverso, que também perfazem o território que estão a construir. Assim, em uma tentativa de síntese, teríamos:

podemos afirmar que o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política (Haesbaert, 2004, p. 93 *apud* Coelho Neto, 2021, p. 79).

Isto nos traz a uma das características fundantes do território da ENEP, de ser construído através dos movimentos sociais, visando sua Universidade Popular. A constituição de seu território é fundamental para os objetivos políticos dos grupos envolvidos. Assim, o território pode ser visto enquanto um *trunfo* dos movimentos para sua efetivação de seu projeto político. Acerca das diferentes apropriações espaciais passíveis de serem feitas por movimentos sociais ou por grupos políticos diversos, Fernandes (2000; 2005) compreende que há duas formas de compreender a diversidade deste fenômeno. Em uma, sistematiza que se trataria de movimentos socioespaciais, enquanto em outra concebe os movimentos *socioterritoriais*, grupo este que concebemos a participação da ENEP.

Elaborando esta questão, Fernandes (2000) desenvolve o conceito a partir do debate de apropriações territoriais no contexto da luta pela terra. A princípio, faz uso das categorias de movimentos isolados e territorializados:

Os significados de movimentos isolados e movimentos territorializados têm como referência a organização social e o espaço geográfico. Compreendo como movimento isolado uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta. Construindo, dessa forma, a sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de um determinado território. O movimento territorializado ou socioterritorial está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização, que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização. Um exemplo de movimento socioterritorial é o MST. Os sindicatos de trabalhadores rurais filiados às federações e à Contag também são exemplos de movimentos territorializados (Fernandes, 2000, p. 68-69).

Os movimentos isolados são ações sociais que estão definidas - e de certa forma limitadas - a uma determinada circunstância, sem se relacionar com formas de ação semelhantes. Os movimentos territorializados incidem em vários lugares ao mesmo tempo, pautando uma ação social comum. Assim, o caráter fundamental da diferenciação diz respeito às articulações políticas e a sua capacidade de historicizar-espacializar as pautas e objetivos do movimento.

Os movimentos socioterritoriais têm o espaço como trunfo. Nestes movimentos a territorialização é algo fundamental, é inerente à sua ação sobre o espaço. Sua territorialização é essencial para sua existência. Por outro lado, organizações não governamentais constituem-se enquanto movimentos socioespaciais, já que são verdadeiramente agências de interlocução, mediação, não tendo o território como algo ligado à sua existência ou com seu trunfo na sua ação no espaço. Dentro dos movimentos socioterritoriais podemos considerar movimentos isolados e os movimentos territorializados. Os isolados estão circunscritos a uma escala mais restrita, de caráter local, o que também está relacionado com sua capacidade de articulação. Os movimentos socioterritoriais territorializados possuem articulações em diversas regiões, compondo uma rede que promove a sua territorialização. O autor estabelece da seguinte forma:

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratar diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (Fernandes, 2005, p. 31).

Os movimentos socioespaciais fazem-se principalmente como espaços mediadores, não tendo um território ou processo de territorialização vinculados a ele. Estes são análogos à conceituação anterior do autor, de movimentos isolados.

Como dito, ainda dentro do conceito de movimentos socioterritoriais, haveriam aqueles isolados e territorializados. Aqui os movimentos socioterritoriais (portanto possuem o território como trunfo) isolados teriam sua prática territorial mais circunscrita ao que o autor se refere como microrregiões. Esta acepção é curiosa, já que pré-estabelece uma escala para a ação do movimento. No entanto, compreendemos que o significado retratado pelo autor diz respeito principalmente à movimentos cuja prática está mais localizada, como expõe:

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito (Fernandes, 2005, p. 32).

Já os movimentos socioterritoriais territorializados correspondem a articulações políticas mais abrangentes e integradas:

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços (*ibid.*, p. 32)

Há então uma diferenciação para o autor, do caráter de abrangência de diferentes movimentos socioterritoriais. Enquanto uns possuem sua articulação política em uma escala mais restrita, outros detém maior capacidade de articulação e incidência espacial. Ao apontarmos nosso olhar para a ENEP, observamos que sua articulação política se respalda por ações que se dão na região, seja através das Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras seja com a aquisição do terreno, que demonstrou sua capacidade de capilaridade.

Pedon (2013) realiza ainda outra diferenciação. O autor postula que há uma diferença entre o que é considerado mobilizações coletivas e o movimento socioterritorial. Aquelas são caracterizadas tão somente por uma eventual organização, enquanto que os movimentos socioterritoriais promovem uma ação sistemática, sendo assim:

As mobilizações coletivas podem ser compreendidas como uma forma de agrupamento de pessoas que busca organizar suas ações com o objetivo de obter respostas às suas demandas, podendo ser popular ou elitista, de acordo com sua base e sua agenda. As mobilizações podem ser espontâneas quando elas possuírem uma organização limitada no tempo e no espaço, mas, também, podem assumir um caráter permanente. Se no transcurso dessa permanência seus membros passarem a tomar medidas sistemáticas destinadas à superar as barreiras colocadas à sua organização e passarem a estabelecer planos e metas, aí estaremos diante de um quadro com grande potencial de gerar um movimento socioterritorial. O que diferencia uma mobilização de um movimento socioterritorial é, além de uma organização sistemática e permanente, a formulação de uma agenda voltada para a conquista do território (Pedon, 2013, p. 197).

O território assim se evidencia enquanto objetivação dos intuítos de determinada ação coletiva. Sua conquista, mediada por conflitos e relações de poder, concretiza um desígnio coletivo para a mudança social. A produção dos territórios se dá através de relações de poder entre distintas classes sociais, em que se disputam os recursos naturais e as riquezas sociais. O produto desta luta pode ser considerado enquanto um movimento socioterritorial. Lembremos que, previamente à conquista da terra pela ENEP, o mesmo sítio era posse da Arquidiocese de Mariana. A tentativa de venda do terreno, para um terceiro, evidencia uma contenda acerca desta área, da mesma forma que deixa explícito as motivações divergentes a respeito do uso deste espaço.

Visto historicamente, a efetivação do território da Escola Nacional de Energia Popular tenciona formas diferentes de realização da prática pedagógica. O estabelecimento de seu território conforma também uma identidade. Esta tanto é construída a partir da participação e envolvimento com o espaço da ENEP, assim como é produto do processo histórico de formação de seu campo político. Logo, podemos designar enquanto territorialidade:

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrompido, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. [...] A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma (Fernandes, 2005, p. 29)

Ideia está corroborada aqui:

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é [...] *relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial*. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmica etc. [...] ao falar de territorialidade, o que o autor deste artigo tem em mente é um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada pelo espaço* (Souza, 2000, p. 99).

Pelo exposto, remetendo-nos novamente a ENEP, especificamente a sua territorialidade, somos levados à multidimensionalidade de seu espaço, tendo em vista sua organização social. Temos o seu território constituído, área contínua na Colônia Vaz de Mello, em que ocorrem seus cursos, mutirões e reuniões. Mas, sabendo que suas ações são formadas por movimentos sociais e que há a intenção explícita de contribuir na formação dos mesmos, temos de nos deter na multiescalaridade de seu espaço, que nos debruçamos no próximo tópico.

Como estamos discutindo, a ENEP é resultado da ação dos movimentos sociais e, assim, também é partícipe de outras territorialidades. Ainda, resta ver as possíveis relações do território, da escala e das redes, uma forma possível de organização dos movimentos sociais.

4.3 REDE E ESCALA

Coelho Neto (2021), em trabalho acerca dos Territórios Sisaleiros da Bahia discute que, de forma geral, a bibliografia a respeito da aproximação dos dois conceitos (território e rede) pode, por um lado, compreendê-los enquanto antagônicos, em que no território haveria o campo da horizontalidade e da continuidade, enquanto que nas redes haveriam as verticalidades e a reticularidade. Esta abordagem, no entanto, parte do pressuposto de que os conceitos são estanques e, no caso particular do território, não o compreende enquanto multiescalar e multidimensional. Há autores/as que atribuem à rede qualitativos que lhe seriam inerentes, enquanto que, por ser justamente produto da ação social, seriam estas, em diversos contextos histórico-geográficos, que lhe atribuem suas respectivas características. Sendo assim, o que denominamos de rede deve ser contextualizado, no seu espaço e no seu tempo.

Em outro tempo histórico, poderíamos traçar que a continuidade entre áreas era um fator importante (ou mesmo imprescindível) para definir suas qualidades, atributos e as ações que incorrem sobre eles. Teríamos vetores de ação mais bem definidos, por mais que não fossem absolutos, de centros decisórios e periferias contíguas nas quais poderíamos ter a projeção de tais ações e decisões. Com o avanço do(s) fenômeno(s) que podemos chamar de globalização, o espaço passa a conter uma crescente aceleração e, também, integração. É neste contexto que é possível falarmos de espaços contíguos mas que detém essencialmente relações escalares distintas. Em um local, "vizinho" de outro, podemos ter conexões com cadeias globais de valor específicas, enquanto que em sua área contígua há outras relações escalares. Em outras palavras, podemos conceber que o espaço geográfico, com a aceleração de sua integração (largamente fomentada pelo capital) tem produzido um ambiente fortuito para a proliferação de redes.

Dentro da sua ação política, os movimentos sociais intercambiam sua prática entre diferentes escalas. Por um lado, fazem parte de um tensionamento de poder, construindo estas mesmas escalas, ao mesmo tempo que estes tensionamentos também incidem sobre os movimentos. Parte desses tensionamentos provém de dinâmicas socioespaciais engendradas pela globalização. Esta pode ser compreendida enquanto o processo que submete territórios à determinada hegemonia, consubstanciado da técnica, da produção capitalista e da unicidade do tempo entre diversas partes do globo:

Junto com a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização, que alcança um novo patamar. Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o

dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, em que cada uma sustenta, arrasta, ajuda a impor a outra, merece o nome de globalização (Santos, 2014, p. 204).

Esse processo de internacionalização se acentua com o capitalismo monopolista (Lênin, 2011, p. 218) no apagar das luzes do séc. XIX, e se intensifica com o uso das técnicas e a difusão e consolidação desse fenômeno denominado de globalização. É justamente esse processo que força inúmeras comunidades a clamar pela luta por seus territórios (Haesbaert, 2021, p. 156). Partindo dessa compreensão, a globalização mobiliza um amplo espectro dos movimentos sociais. Um empreendimento de grande capital, como a construção de uma rodovia ou outro aparelho de infraestrutura pode mobilizar agentes impactados que, antes dessa ação, não possuíam articulação política. A empresa, ao impor sua ação sobre uma diversidade de grupos, produz uma espacialidade em que estes mesmos grupos vão se ancorar, mas numa perspectiva de resistir à apropriação de suas territorialidades. Assim há uma relação contraditória nessa configuração. A dinâmica da globalização e, inerente à ela, da expansão capitalista, produz assim espacialidades que também disputarão escalas globais de articulação política, em contraposição aos arranjos hegemônicos, isto se dando a partir, também, da constituição de redes.

É principalmente com as novas tecnologias que a ideia e o conceito de rede multiplicam sua presença. Provém de uma concepção geral de conectividade que ocorre principalmente através de mídias sociais, novos meios de comunicação e com o aumento da eficiência dos meios de transporte. Desta forma,

A noção adquiriu tamanha força e concretude na realidade que muitos objetos técnicos já não podem mais ser reconhecidos sem recorrer ao uso da palavra rede e sem o significado emblemático que ela adquiriu, sobretudo, com a chamada globalização. Alguns objetos e organizações passam a incorporar uma referência direta em suas próprias denominações sociais [...] Verifica-se também uma intensificação de seu uso enquanto metáfora para representar a organização espacial da sociedade e como conceito formulado para compreensão do real (Coelho Neto, 2021, p. 28)

Contemporaneamente, Coelho Neto considera que há principalmente duas formas de uso do termo rede. Uma diz respeito a uma forma de abordagem dos fenômenos complexos, compreendendo-os dentro de interações. Em outras, as redes são percebidas enquanto grandes complexos a partir de uma matriz técnica, que é aquela capaz de abarcar os fluxos presentes

hoje nos territórios. Deste contexto provém a necessidade, de diversos grupos sociais, de buscar o fortalecimento de suas posições através da constituição de redes.

Os empregos de rede no ramo científico são amplos, e compreendem áreas como a da matemática, sociologia, saúde, entre outras. E não necessariamente eles ocorrem a partir de base epistemológica sólida e aparente. As utilizações podem ocorrer a partir de conceitos imprecisos. Isto é reforçado a partir da amplitude de usos que a "rede" tem sofrido, o que lhe demanda adjetivações para seu uso. Junto à adjetivação, é imprescindível que também lhe seja atribuída qualidades analíticas para que haja contraste entre outros conceitos e sua aplicabilidade esteja bem definida.

Assim, dentro das ciências sociais, o emprego de redes pode ocorrer, lhe atribuindo um qualitativo político, a partir de aspectos organizacionais e de fortalecimento social.

Por um lado, endereça-se ao conceito um caráter organizacional, em que no nível institucional há novas formas de interlocução com o meio social, principalmente através da participação dos movimentos sociais nestes mesmos níveis. Também é possível indicar as redes enquanto laços que são tecidos dentro dos movimentos sociais, de forma a fortalecer sua comunicação e sua capacidade de pressão política e de alcance de poder. Coelho Neto considera ambas as possibilidades:

A observação e a análise de nossa empiria permitem constatar como as redes de ações coletivas operam como organizações em redes e assumem essas duas características simultaneamente. (...) [concebe-se] a rede como um padrão organizacional que permite a flexibilização, descentralização e democratização do poder, gerando mais autonomia e horizontalidade (Coelho Neto, 2021, p. 46)

Partindo então desta característica de que as redes constituem a prática política dos movimentos sociais, é concebível que sua territorialidade ocorra também em rede, o que aproxima estes dois conceitos, sendo portanto, co-constituídos. Podem ser expressões espaciais diversas de um mesmo vetor de poder, assim como pode haver conflito entre um território contíguo com uma ampla rede de milhares de pontos. Ocorre assim uma relação dialética entre redes e territórios:

o território sempre foi constituído de redes. Poderíamos mesmo afirmar que elas passaram de elemento constituinte, na territorialidade mais tradicional e fechada, a elemento constituidor, malha cada vez mais globalizante dentro da qual os territórios podem se tornar meros pontos, ou seja, momentos ou parcelas elementares da rede. Muitos territórios têm o controle e a identidade internos garantidos por redes

hierárquicas (geralmente com o papel de dominação) ou complementares (muitas vezes 'de solidariedade'). E vice-versa: territórios podem servir como patamar para articulação de redes que cooptem, hierarquicamente, outros territórios. O que distingue uma dinâmica da outra é fundamentalmente a extroversão e a introversão dominante em cada processo constituidor ou, em outras palavras, o domínio de dinâmicas centrífugas ou centrípetas (Haesbaert, 1997, p. 94 *apud* Neto, 2021, p. 95)

Considera-se que tanto a rede quanto o território operam conjuntamente e, mais além, intercedem um ao outro numa relação de imbricação. É verdade que grupos podem construir redes para promover suas territorializações, mas também é necessário considerar que, uma vez existindo o território almejado, este altera (ou possui esta capacidade) a configuração e as características da rede:

Nos limites desta pesquisa [o autor refere-se aos Territórios Sisaleiros da Bahia], trabalha-se com a hipótese de que os coletivos organizados se estruturam em redes e se territorializam. No entanto, esta territorialidade se constitui, dialeticamente, no conteúdo estratégico que as redes de coletivos organizados acionam, operam e constroem (Coelho Neto, 2021, p. 99).

Como visto em seções anteriores deste trabalho, a composição política da Escola Nacional de Energia Popular engendra-se a partir das mobilizações oriundas das Romarias e de um chão histórico pretérito, formado a partir das Comunidades Eclesiais de Base. A intenção de construção de um espaço de Educação Popular dos movimentos dá-se a partir de uma rede já constituída, que formava as Romarias e era formada por elas. O Movimento Evangélico Popular Eclesial era o movimento (e ainda é, em certa medida) que catalisava esse processo de articulação. É o movimento de *territorialização* da ENEP, como já dito.

A partir do processo de efetivação do território, do comodato, e posteriormente com a compra do terreno, tal rede política agora detinha um porto, uma ancoragem em meio à região. A ENEP passa então a ser um pólo de articulação dos movimentos sociais (da rede constituída/constituidora) com a possibilidade de alterar a articulação estabelecida. Esta característica de articulação, como vimos, foi mais forte entre 2015 até início de 2020, em que havia maior participação dos movimentos sociais. Evidencia-se então a multiplicidade deste território, em que sua territorialidade também advém de outros vetores, não só os que incidem a partir da ENEP.

Uma forma de visualizar esta territorialidade em rede é a partir dos calendários e das agendas dos movimentos sociais. É evidente que no caso da Escola, as reuniões gerais, mutirões e os cursos também são materializações desta territorialidade da/na ENEP. Os

calendários fornecem uma representação da possibilidade de alcance destes movimentos e como eles projetam sua articulação. As agendas, por sua vez, dizem respeito a sua própria atuação enquanto movimento social. São suas ideologias, relações sociais e políticas, visões e interpretações de mundo:

A compreensão dos movimentos sociais a partir das disputas de representações que definem campos de ação – *agências* – nos permite estabelecer alguns tensionamentos acerca das espacialidades dos movimentos sociais. Se os movimentos sociais se estruturam tendo como um de seus elementos centrais as *agendas* de luta (bandeiras, ideologias, carências, entre outros) que desempenham papel de instrumentos de conformação identitária, [...] torna-se instigante refletir sobre a relação entre estas *agendas e espacialidades* dos movimentos sociais (Santos, 2011, p. 179) (grifos nossos).

A agenda é a expressão da formação do tempo através dos movimentos sociais, mais especificamente, dos movimentos socioterritoriais. É sabido que a ação é quem produz o tempo social e, sendo assim, as agendas são fundamentalmente produtos das ações sociais. Deriva-se então, um outro componente das agendas, que são as intencionalidades. São elas que mobilizam os sujeitos e grupos à materialização de um intento, de uma ideia. Assim:

O espaço produzido é, a um só tempo, o espaço da produção das ideias e o espaço por elas produzido. Ao produzirem território, por meio das ocupações [o autor refere-se principalmente a luta pela terra, seja no urbano ou no rural], os movimentos socioterritoriais expressam ou materializam suas *Intencionalidades*. Em suas agendas, os movimentos formalizam suas *Intencionalidades* na condição de sujeito coletivo e fundamento de sua identidade (Pedon, 2013, p. 204).

Concebemos aqui o calendário enquanto uma manifestação, enquanto uma representação de um dado maior, que são as agendas dos movimentos. Um calendário conjunto, construído a partir de articulação política exprime a intencionalidade de ocupação do espaço por grupos sociais, assim como exprime a forma com que intenciona a produção do tempo, através de sua ação. No Apêndice B, trazemos os calendários formulados e compartilhados da ENEP, de 2017 a 2020.

Nas atividades estipuladas pelas organizações da ENEP é possível identificar um tensionamento político em que, através do estabelecimento de redes, busca-se fortalecer as pautas e as atividades em questão. Espacializa-se, assim, os referenciais políticos de movimentos sociais, entidades, organizações, sujeitos.

É possível observar pelos dados que se provoca uma articulação de diferentes escalas. Temos a escala, escopo deste trabalho, que são as ações desenvolvidas na própria ENEP. Compartilha-se através de seu calendário, assim, cursos, mutirões, reuniões e demais espaços políticos e formativos que se desenvolvem na Escola. Em meio a estas atividades, temos outras escalas de atuação, que compreendem parte da região, assim como ainda outras atividades que são em escala nacional ou internacional. Estas últimas de menor escala, para usar o termo oriundo da cartografia, indicamos que devem ser compreendidos como eminentemente simbólicos. Sua relevância está na formação da identidade dos movimentos sociais da ENEP, mas não devem ser compreendidos enquanto uma ação engendrada pelos atores sociais da ENEP.

No entanto, ao olharmos para as ações próximas ao campo político da Escola, identificamos aí a presença qualificada da ENEP nos acontecimentos – ou, para usar o termo mais geográfico, nos *eventos* – constituídos pelos movimentos. Para ficarmos em um exemplo, as relatorias da ENEP indicam a formação de comissões tanto para a construção das Romarias dos Trabalhadores e Trabalhadoras quanto para o Fórum Social pela Vida. O calendário indica uma *rede* de ações dos movimentos sociais que provocam ações em caráter regional.

Outro ponto ainda nos chama atenção. É evidente que parte significativa dos eventos são oriundos da composição progressista que está presente na Igreja. Romarias, Fóruns Sociais pela Vida, Escola de Formação de Dom Luciano, assim como diversos encontros das CEBs são exemplos dessa territorialidade que permeia a ENEP. No entanto, esta constatação não causa surpresa, tendo em vista a formação histórica da Escola.

Os eventos relacionados à prática da fé, neste contexto, devem ser compreendidos sob as características sociais e políticas do campo das CEBs e da Teologia da Libertação, como explicitamos no início do trabalho. As atividades abarcam, em um só tempo, uma ação que se desdobra no campo teológico, na busca da construção de um “Reino” de justiça, igualdade, fraternidade, solidariedade, ao mesmo tempo que reconhece nas estruturas políticas e sociais atuais as causas das opressões e desigualdades brasileiras. Está presente neste contexto, o método *ver, julgar e agir* das CEBs, imbricando a fé e a política.

Além da prática teológica, há ainda, no campo que tange o simbólico, elementos que podemos inserir dentro do que os movimentos sociais compreendem enquanto *mística*. Trata-se, no que se percebeu na ENEP, de atividades, metodologias e espaços que se dirigem ao campo afetivo daqueles e daquelas que estão presentes. Usualmente são momentos que iniciam ou encerram atividades, ou são usados para compor os intervalos das atividades.

Estes calendários, retratos parciais da agenda política da Escola, nos indicam sua multiescalaridade. Sua composição em rede, como visto, faz com que seu campo político esteja presente em outros espaços que não somente em seu território. Da mesma forma, as redes constituídas incidem sobre a ENEP, provocam ações, participam da sua organização política. É desta imbricação entre rede e território, território e rede que podemos conceber a realização de escalas diferentes na ENEP.

A respeito da escala, trata-se primordialmente de olhar para determinado objeto e compreender seus atributos qualitativos que dinamizam arranjos geográficos diversos. Assim determinado fenômeno não se circunscreve numa escala fixa e estanque, mas se relaciona com outras espacialidades, que devem ser compreendidas dentro de um arranjo escalar. Este arranjo concebe a inter-relação de diferentes espacialidades, no que chamamos previamente de *multiescalaridade*.

Há diversas formas em que diferentes objetos e ações se dão em diversas escalas, de forma inter-relacional. As primeiras abordagens do conceito indicavam geralmente espaços hierarquizados, de forma que cada escala se inserisse dentro de uma escala maior. No entanto, essa representação do real não apreende algo inerente à realidade: que os fenômenos ocorrem de forma simultânea, numa diversidade de lugares. Não se trata, no entanto, de tomar a realidade enquanto algo absolutamente despossuído de qualquer ordenamento. Os processos que aprofundam e alargam sistemas hegemônicos são capazes de mobilizar inúmeras escalas, e possuem incidência em diversas localidades. O ponto trazido pela multiescalaridade diz respeito ao reconhecimento de que as ações são capazes de repercutir e mobilizar escalas diversas e que, compreendido essa condição, ela pode ser usada para objetivos políticos, sejam eles hegemônicos ou não.

Essa característica de que os lugares compreendem ações e objetos que dinamizam diversas escalas abre a possibilidade de encontros e conflitos escalares. É o caso, por exemplo, das ocupações organizadas do MST, que são capazes de repercutir suas ações em âmbito nacional e internacional, de forma que uma ação “passa a ter significação e provocar reações em escalas diversas – compreendidas como ‘campos de espacialidade’ dessas significações e das reações” (Santos, 2011, p. 97).

Outro aspecto a ser trabalhado com relação à escala é o da contiguidade. Em outro tempo, poderíamos traçar que a continuidade entre áreas era um fator importante para definir suas qualidades, atributos e as ações que incorrem sobre eles. Teríamos vetores de ação mais bem definidos, por mais que não fossem absolutos, de centros decisórios e periferias contíguas nas quais poderíamos ter a projeção de tais ações e decisões. Com o avanço do(s)

fenômeno(s) que podemos chamar de globalização, o espaço passa a conter uma crescente aceleração e, também, integração. É neste contexto que é possível falarmos de espaços contíguos mas que detêm essencialmente relações escalares distintas. Em um local, "vizinho" de outro, podemos ter conexões com cadeias globais de valor específicas, enquanto que em sua área contígua há outras relações escalares.

No que se refere ao que produz as escalas e suas respectivas relações, há de se considerar a questão do poder. As escalas são mobilizadas e engendradas pelas relações de poder instituídas pelos mais diversos agentes sociais. Escalas já reificadas, como o local, regional, nacional e global servem principalmente para circunstâncias de poder hegemônicas, circunstâncias estas que justamente produzem tais escalaridades. Assim, a escalaridade torna-se um fenômeno eminentemente político, sendo definido pelas relações de poder contidas na sociedade. Evidenciar a questão política traz a possibilidade de visualizar os desdobramentos e possíveis interferências que diferentes arranjos podem realizar sobre a sociedade. Assim é possível vislumbrar novos arranjos espaciais a partir de circunstâncias escalares produzidas pelos movimentos sociais. Trata-se, sobretudo, de compreender as escalas enquanto produto de relações sociais de poder.

A escala tem relação direta com a abrangência do movimento, no que tange a sua escala de incidência ou de origem. Sua escala assim também constitui sua força, capaz de se inserir e alterar configurações de poder. Nesse sentido, Pedon designa a *profundidade* do movimento. O autor estabelece ainda outro apontamento importante, de que a escala de incidência e de origem não necessariamente possuem uma relação de proporcionalidade:

O alcance de suas ações pode ser maior do que os impactos apresentados na escala de origem, isso se explica pela profundidade que o movimento assume; na verdade, a escala de origem e a escala do impacto não guardam uma relação proporcional. Essa relação e a intensidade, de uma ou de outra, estão relacionadas à profundidade do movimento. Esta última tem relação direta com a agenda do movimento e as Intencionalidades condensadas nela. A profundidade de um movimento socioterritorial se ajusta à sua inserção na estrutura social, assim como a intensidade da forma pela qual toca ou abala essa estrutura (Pedon, 2013, p. 210).

É o caso da Escola Nacional de Energia Popular, em que seu território é tanto um local de incidência quanto um local de origem da sua produção escalar. Enquanto Pedon (2013) fala em *profundidade* para compor sua arguição teórica a respeito dos movimentos, acerca da sua capacidade de incidir na realidade, poderíamos falar em uma *densidade* do território da ENEP, já que através dele perpassam diversas escalas dos movimentos sociais assim como ela mesma

se faz uma escala, na medida que é capaz de produzir articulações outras. Assim, trazendo à tona a clássica configuração escalar em Lacoste (1988), poderíamos conceber uma projeção da escala da ENEP partindo da mesma configuração, mas em que sob as escalas emparelhadas estaria a ENEP.

Há uma interessante diferença a respeito da escala entre os movimentos sociais aos quais aqui fazemos referência. Pedon (2013) trata principalmente de ocupações urbanas e rurais, em que a atividade de irradiação do movimento ocorre com novas ocupações e pela efetivação da posse da terra, em que no MST isto transcorre através das ocupações-acampamentos-assentamentos. Coelho Neto (2021) se debruça sobre uma ampla rede de sindicatos, rádios, associações, cooperativas e outras formas de organização coletiva em que novamente há um conteúdo iminente da irradiação do movimento. Dirigindo nosso olhar para a ENEP, o que abarcamos é um ponto, em meio aos movimentos, que se faz enquanto pólo articulador. Dado este que não nega também o caráter de formação de outras escalas e de irradiação de práticas de Educação Popular. No entanto, o arranjo espacial e a intencionalidade política da Escola busca se fazer enquanto um espaço de acúmulo de forças.

A partir dos dados trazidos em nossa pesquisa, podemos aferir que os movimentos incidem sobre a ENEP. No entanto, carecemos de dados para discutir de que forma que a ENEP reincide nos movimentos sociais, e mudam suas respectivas dinâmicas internas. Não obstante, é possível constatar que há a composição de uma nova escala, já que a Escola coloca em proximidade diversas organizações.

A produção deste novo espaço de articulação, capaz de realizar saltos escalares através dos movimentos sociais, é de grande valia para as articulações políticas do campo popular. Seria possível conceber que, tomando a área da Zona da Mata Mineira (para utilizarmos deste recorte Estatal), é difícil considerar que há outro espaço da região com a potencialidade de articulação política que a ENEP abarca. Incidem sobre ela movimentos populares que podem ser considerados radicais, por lutar pela soberania dos trabalhadores nos processos minerários e energéticos, como é o caso do MAB e do MAM. Há ainda o movimento que abrange a categoria da juventude, como o Levante. A Educação Popular do campo é representada através das EFAs. Ainda, como vimos, há uma forte incidência de grupos vinculados à ala progressista da Igreja católica que, por sua capilaridade, possui grande alcance espacial e estratégico.

A Escola assim não é “somente” um novo espaço produzido pelos movimentos sociais, mas é também um novo arranjo escalar que construíram, capaz de produzir mais força política. Assim, concebemos que se trata da formação de outra escala política:

A articulação das escalas reconstrói os espaços de ação dos movimentos. As escalas não podem ser tomadas como um simples recorte instrumental e/ou institucional, a partir do qual se selecionam as relações e os processos que envolvem a mobilização. Seu caráter não deve ser unicamente estratégico, relacionado com a prática política legitimada, tal como acontece com os sindicatos que se limitam a assumir, como legítimas, as escalas já existentes e já dadas. Essas escalas são funcionais e resultam de territorializações impostas pelos grupos dominantes, territorialidades que podem ser desconstruídas no âmbito da conflitualidade. Mais do que articular escalas, é preciso atuar tendo em vista construir novas escalas, construir suas próprias territorialidades e destruir as territorialidades que limitam a ação libertadora (Pedon, 2013, p. 210-211)

Como temos argumentado, essa produção escalar ocorre fortemente ancorada na Escola Nacional de Energia Popular. A espacialidade desta configuração combina o território e a rede para construir um tensionamento espacial, fazendo frente ao que podemos considerar enquanto o espaço vigente ou hegemônico. Moreira (2007) postula este tensionamento espacial enquanto um *contra-espaço*. Este poderia se dar de variadas formas, como exemplifica o autor:

A rigor, as formas de contra-espaço têm um caráter diverso em seu conteúdo e seus objetivos. É contra-espaço o arranjo espacial de uma greve ou uma insurreição de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento rural, uma favela como forma de movimento de ocupação-assentamento urbano, mas também um ritual de capoeira ou candomblé, como também um modo individualizado e recluso de morar. *O contra-espaço é o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põem em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo ou dentro dela. Pode ser contra-espaço um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente* (Moreira, 2007, p. 103) (grifos nossos).

A operacionalização do contra-espaço através do território ocorre através do que é construído pelos movimentos ou grupos sociais. O referido tensionamento espacial encontra sua materialidade no espaço apropriado, que ganha contornos e conteúdos que espelham a ação dos movimentos. Assim, partindo do pressuposto acerca do contra-espaço, de que faz frente à uma espacialidade uniformizante, centralizadora, que busca o monopólio do poder, este território formado pelos movimentos sociais atesta um prenúncio do que deseja para a organização social.

Em suma, propusemos assim uma caracterização geográfica da espacialidade engendrada pela ENEP. Explicitamos a forma imbricada em que se dá a constituição territorial do espaço e sua relacionada reticularidade. No caso exposto, a relação entre a territorialização levada a cabo pela Escola é fruto da articulação – em rede – dos movimentos da região. Da

mesma forma, havendo então este território dos movimentos, passa a ser possível um novo arranjo desta mesma rede, já que fora constituído um novo ponto de articulação.

Essa dialética, território-rede, influi por sua vez na formação da escala da Escola e de suas entidades. Não é que o fato da construção de um lugar de articulação política e fomento da Educação Popular por si só produz o arranjo escalar. É o conjunto da força política, de movimentos sociais e demais organizações, que são capazes de desenvolver sua própria pedagogia que influi em tal escalaridade. Assim, não é o dado geográfico em si, mas sua força e apropriação social que o faz. Como discutido, abre-se a possibilidade de um novo arranjo escalar, instituído pelos movimentos. Há indícios dessa reconfiguração, como suscitado pelo Entrevistado 02, ao referir-se às articulações políticas na Zona da Mata Mineira.

Por fim, a dialética território-rede, que projeta a nova escala, o faz principalmente tendo como fundamento um tensionamento espacial. A pedagogia construída pela ENEP, através de seu *método dialético popular*, produz um contra-espço. O é pois: i) as relações que se estabelecem em seu território se dão pela partilha, e não pela apropriação alienante do trabalho; ii) seu horizonte de transformação social vê o fim da exploração, explicitado pelo entendimento que isto ocorre mediante os arranjos estabelecidos pelo capitalismo; iii) sua pedagogia se faz através da prática política dos movimentos e da valorização de outras formas de saberes, reconhecidamente populares e de resistência.

Vindo de baixo, a partir de uma diversidade de movimentos sociais, em meio à apropriação capitalista do espaço, seja na produção das periferias urbanas desassistidas, de atingidos pela mineração e pelas barragens (cujas energias servem também à acumulação), na formação de uma pedagogia que marginaliza saberes populares e do campo, a Escola tensiona esse arranjo espacial através da articulação política e da formação de outra pedagogia, provinda dos mesmos movimentos sociais. Ainda que não seja capaz de reconfigurar a mesorregião, já se faz como força centrípeta, agregando os agentes sociais populares e, também, centrífuga, carregando a capacidade – e devir histórico – na produção de uma nova escala regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, em nosso trabalho investigativo, apreender o movimento histórico que leva à formação e início da consolidação da Escola Nacional de Energia Popular. Apesar de uma experiência espacial ainda breve, datando de 2015, demonstramos que o longo processo histórico das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação sustentam o princípio da articulação social e política da ENEP.

Das CEBs e da TdL a ENEP herda o olhar crítico à realidade, assim como o desejo de transformá-la através da luta e organização popular, buscando bases mais solidárias, justas, fraternas. Este movimento histórico vai ganhar corpo através das Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras, em Urucânia. Após dez anos nesta cidade, as marchas ganham itinerância através do MEPE, que também será o precursor da formação da ENEP. Amadurece-se a concepção e a vontade de concretizar o sonho da Universidade Popular, concebendo-a enquanto ENEP. Apesar dos movimentos que estavam na área, a Diocese de Mariana impõe a venda do terreno. A Escola mostra sua capacidade de articulação política e o adquire, em seu valor integral, garantindo que as áreas do entorno sejam habitadas por parceiros.

Em meio à construção física da Escola constrói-se também sua pedagogia, e concretiza-se seu Projeto Político Pedagógico. Como centro, está o Método Dialético Popular. Compreende-se que o trabalho é compartilhado, realizado em mutirão. O que intercede entre as pessoas e o trabalho é seu desejo conjunto de mudança social e a construção da Escola. A ENEP se vê inserida numa sociedade de classes, e faz a opção, como sempre tem feito, de construir outra possibilidade para a classe trabalhadora. Busca a formação de seus integrantes e agentes externos através dos cursos, de caráter popular, em que também pratica e experimenta sua construção de conhecimento através de sua base social e política.

Por fim, o território formado pela ENEP articula sua territorialidade e os movimentos, sua rede, para provocar a construção de outra escala política. De forma dialética, busca-se sinergia entre os movimentos e sua incidência na ENEP e desta de volta para os movimentos. A ENEP assim passa a ser capaz de estar presente nas diversas escalas dos movimentos sociais que a compõem, fazendo-se uma plataforma de pressão política e capaz de engendrar outra espacialidade.

Objetivamos no texto discutir e apontar de que forma se dá a espacialidade construída pelos movimentos sociais. Como vimos, ela se dá eminentemente a partir de um tensionamento com outra espacialidade, seja a do Estado, da Igreja ou do capital. É deste

conflito que é produzido seu espaço político e sua pedagogia. A Escola explicita seu conteúdo espacial através de sua organização política: através de uma gestão democrática, mas não sem um claro apontamento dos rumos que a ENEP deve tomar, seus fundamentos residem no trabalho socializado, na formação popular e nos movimentos sociais e populares.

Fundamentalmente, se constitui enquanto um *contra-espaço* dos movimentos sociais, e se realiza assim através de seu método. Constitui-se enquanto um ponto articulador de uma rede de movimentos sociais diversos, cujas organicidades variam. É desta síntese que a Escola emerge.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Renan José Freitas. CADERNO DE CAMPO. Viçosa: [s.I.], 2023. 1 diário de bordo.
- ASSIS, Renan; SILVA, Nelmiros Ferreira. O território da escola nacional de energia popular em Viçosa -MG. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 34, n. 1, p.01-25, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/14420/7956>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. 2º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- BRENNER, Neil. *The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration*. **Progress in human geography**. v. 15, n. 04, p. 591-614, Dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/030913201682688959>. Acesso em: 13 Dez. 2022.
- COELHO NETO, Agripino Souza. **A geofricidade das ações coletivas: Rede, Política de Escalas e Territorialidade**. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2021.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Campanha da Fraternidade 1991**. 1991. Cartaz. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1991>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- COSTA, Jales Dantas da. Novos movimentos sociais na América Latina. **Revista Oikos**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 01, p. 05-16, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51933>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- ENEP. **Caderno de Memórias**. 2016.
- ENEP. **Arquivo digital**. 2024.
- FALS BORDA, Orlando. *La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones*. **Ciencia própria e colonialismo intelectual**. Carlos Valencia Ed. 1980
- FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20151027053622/AntologiaFalsBorda.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2018.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361/343>. Acesso em: 06 fev. 2023.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 08, v. 06, p. 24-34, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 23 Abr. 2023.
- FERRARO, Benedito. Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Teologia da Libertação. In: GUIMARÃES, E.; SBARDELOTTI, E.; BARROS, M. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios - Volume 1**. São Paulo, Editora Recriar, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2016.
- GASDA, Élio. Direitos Humanos, Movimentos sociais e Teologia da Libertação. In: GUIMARÃES, E.; SBARDELOTTI, E.; BARROS, M. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios - Volume 1**. São Paulo, Editora Recriar, 2022.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2012.
- GOMES, Wanda Lúcia. **CEBs, a coragem de sonhar: alguns aspectos da prática cotidiana das Comunidades Eclesiais de Base**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1989.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20210219014514/Territorio-decolonialidade.pdf>. Acesso em 21 mai. 2023.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5º ed. São Paulo, Edições Loyola, 2014.

JOÃO XIII. **Radiomensaje de su santidad Juan XIII um mês antes de la apertura del Concilio Vaticano II**. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/es/messages/pont_messages/1962/documents/hf_j-xxiii_mes_19620911_ecumenical-council.html. Acesso em: 08 jan. 2024.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo, Brasiliense, 2008.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos 'novos' movimentos sociais na educação. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **La ciudadanía negada: políticas de exclusión en la educación e el trabajo**. CLACSO. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010022921/8leher.pdf>. Acesso em 04 jun. 2023.

LAMAS, Fernando Gaudereto. **Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

LOPES, José Gabriel Barbosa. **Projeto Político Pedagógico da Universidade Popular**. 2023. Produto Educacional (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2023.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimetnos socioespaciais. **Caderno Prudentino De Geografia**,_1_(19-20), 1997, p. 2–35. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7248>. Acesso em: 29 mar. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Ed, São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: OLIVEIRA, M. P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. O método ver, julgar e agir na Teologia da Libertação: memória e considerações teóricas. In: GUIMARÃES, E.; SBARDELOTTI, E.; BARROS, M. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios - Volume 1**. São Paulo, Editora Recriar, 2022.

PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base. In: POMPERMAYER, Malori José (org). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1987, p. 141-168.

- PAULO XI. *Populum Progressio*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 21 fev. 2024.
- PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- PEDON, Nelson Rodrigo; MONTEIRO, Eldenilson, da Silva Monteiro; MOTTER, Rafael Junior. A pesquisa geográfica sobre os movimentos sociais: teoria e um estudo de caso. *In*: SANTOS, Edinusa Moreira Carneiro et al (orgs). **Espacialidade e movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Consequência, 2018.
- POMPERMAYER, Malori José. Os movimentos sociais em Minas: emergências e perspectivas. *In*: _____ (org). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1987.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir. (orgs). **La guerra infinita: hegemonía y terror mundial**. Buenos Aires, CLACSO, 2002. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/11938/1/Cecena-Sader.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Movimentos sociais e geografia: sobre a(s) espacialidade(s) da ação social**. Rio de Janeiro, Consequência, 2011.
- SCATENA, Silvia. Medellín e a gênese da teologia da libertação. *In*: GUIMARÃES, E.; SBARDELOTTI, E.; BARROS, M. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios - Volume 1**. São Paulo, Editora Recriar, 2022.
- SILVA, Roberta Aparecida da. **Tempos esquecidos, memórias recordáveis: histórias de um curso de formação de professores rurais**. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2016.
- SOARES, Josarlete Magalhães; ZICA, Otávio Danilo; ALTO, Vanessa Coelho Monte. Projeto arquitetônico participativo na Escola Nacional de Energia Popular - ENEP, em Viçosa-MG. **Revista ELO: Diálogos em Extensão**. Viçosa, v. 12, 2023. DOI: <https://doi.org/10.21284/elo.v12i.15689>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/elo/article/view/15689>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, Ney de. Igreja pobre, Igreja dos pobres. Vaticano II e sua influência na gestação da teologia da libertação. *In*: GUIMARÃES, E.; SBARDELOTTI, E.; BARROS, M. **50 anos de Teologias da Libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios - Volume 1**. São Paulo, Editora Recriar, 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Parte da memória de formação da ENEP e a dinâmica de suas atividades hoje estão resguardadas pelas subjetividades de suas lideranças, que participaram de forma abrangente da sua construção. Assim serão desenvolvidas entrevistas semi estruturadas já que ao trabalharmos com tópicos abriremos mais margem para a expressão dos(as) entrevistados(as).

Início: Apresentação da proposta de entrevista e os aspectos gerais da pesquisa, como sua metodologia e objetivos.

I – O histórico da ENEP.

- a) De que forma se deram as primeiras conversas para a formação da ideia da ENEP? Em quais lugares/situações essas conversas se realizaram?
- b) Quais movimentos sociais compunham a ENEP à época de sua fundação?
- c) Há grandes mudanças na articulação de movimentos sociais da fundação para hoje? Caso tenha ocorrido mudanças, quais foram elas?

II – Comunidades Eclesiais de Base

- a) De que forma as CEBs se estabelecem na região leste da Arquidiocese de Mariana?
- b) As CEBs fazem parte da história da ENEP?
- c) A ENEP é uma CEB?
- d) Qual a importância das CEBs para a formação política e pedagógica atual da ENEP?

III – O lugar ENEP

- a) A ENEP é um espaço pedagógico? Quais as ferramentas que possibilitam isso?
- b) Qual a importância das relações de afeto e de proximidade para o espaço da Escola?
- c) Qual a importância do espaço da ENEP para os movimentos sociais?

II – Romarias de Trabalhadoras e Trabalhadores

- a) De que forma surgem as Romarias de Trabalhadores e Trabalhadoras na região leste da Arquidiocese de Mariana?
- b) As CEBs compõem as Romarias? De que forma?
- c) Como foi o processo em que as Romarias se tornam itinerantes e têm o MEPE enquanto coordenadores?

IV – Vivências Missionárias

- a) De que forma surgem as Vivências Missionárias?
- b) Como se dá a organização das Vivências e a escolha do lugar que as sediará?
- c) Qual a relação da ENEP com as Vivências Missionárias?
- d) As Comunidades Eclesiais de Base se relacionam de que forma com as Vivências?

V – O território da ENEP

- a) Qual a importância hoje da aquisição do terreno pela ENEP? Isso muda os objetivos da Escola?
- b) Quais as articulações entre movimentos sociais presentes hoje na ENEP?
- c) Em quais lugares ou regiões você percebe que há maior incidência dos movimentos que compõem a ENEP?

d) Qual a importância entre a articulação de movimentos da ENEP e seus objetivos?

VI – O espaço e os movimentos sociais

a) Qual o projeto de sociedade da ENEP?

b) Como esse projeto pode vir a se realizar?

c) Como seria o território assim formado pela ENEP?

d) Como seria um território formado e gestado pelos movimentos sociais?

APÊNDICE B – CALENDÁRIOS COMPARTILHADOS ATRAVÉS DA ENEP (2017 - 2020)

2017		
MÊS	DIA	EVENTO
Março	03 e 04	Encontro de Mulheres da Arquidiocese de Mariana - Urucânia
	04	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	07 e 08/03	Ato em BH com a pauta da luta pela previdência social e a vida das mulheres
	11 e 12	Vivência de Mística e Cantos Afros – ENEP – Viçosa
	14	Dia Internacional de Luta contra as barragens – Luta pela Previdência Social
	14	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	15	Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência
	17	Módulo I do Curso de Conselheiros Municipais da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Região Mariana Oeste
	18 e 19/03	Módulo I do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (O Povo de Deus e a Política) – Região Mariana Oeste
	18 e 19/03	Curso Introdutório de Formação de Advogadas/os Populares
	18	Reunião da Pastoral Afro-Brasileira – Congonhas
	22	Ato Regional em Defesa das Águas em Viçosa
	23	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP - Viçosa
	25 e 26	Reunião FOPPIR/FOMENE – Espera Feliz
Abril	01	Reunião da Comissão Arquidiocesana de Articulação do Fórum Social Pela Vida – Ponte Nova
	06	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP – Viçosa
	08	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	09 a 16	Semana Santa
	11	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	14 a 16	Módulo II do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Conscientização política no exercício do poder) – Região Mariana Norte

	28 a 30	Curso de Fé e Cidadania – Módulo I – ENEP – Viçosa
	29 e 30	Encontro Estadual dos Movimentos Sociais em Belo Horizonte
	29	Encontro de Fé e Política na Arquidiocese de Mariana – Mariana
Maio	1	Encontro Estadual dos Movimentos Sociais em Belo Horizonte
	1	27ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras - Urucânia
	09	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	11	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP – Viçosa
	13	Dia de luta pela Igualdade Racial
	14	Dia das Mães
	19	Módulo II do Curso de Conselheiros Municipais da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Região Mariana Norte
	17 a 21	Jornada de Lutas em Defesa do Campo
	20	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	20 e 21	Reunião FOPPIR/FOMENE - Cataguases
	27	Reunião da Pastoral Afro-Brasileira – Região Mariana Norte
Junho	04	Romaria das Águas – Província Eclesiástica de Mariana – Caratinga
	09 a 11	Módulo III do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Cidadania e Participação Popular) – Região Mariana Leste
	13	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	22	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP - Viçosa
	24	Assembleia da Escola Nacional de Energia Popular – ENEP – Viçosa
	24	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	28	Festa de São Pedro em Espera Feliz
30	Abertura do II Módulo do Curso de Fé e Cidadania – ENEP - Viçosa	
Julho	01 e 02	Curso de Fé e Cidadania – Módulo II – ENEP - Viçosa
	08 e 09	FOPPIR/FOMENE – Simonésia
	11	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	13	Festival – FACE em Lafaiete (Margareth)
	20	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP – Viçosa
	21	Módulo III do Curso de Conselheiros Municipais da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Região Mariana Leste
	22	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP – Viçosa
	23	XX Romaria Estadual das Águas e da Terra de MG – Unai – Diocese de Paracatu

Agosto	05	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	05	Reunião da Pastoral Afro-Brasileira – Piranga – Região Mariana Centro
	08	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	18 a 20	Módulo IV do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Controle público e democracia) – Região Mariana Centro
	25 a 27	Festival de Cultura da Juventude – Viçosa - MG
	25 a 27	Festa da Terra na EFA Paulo Freire – Acaiaca
	31	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP - Viçosa
Setembro	02	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	07	Grito dos Excluídos – Congonhas
	07 a 10	Acampamento Regional do Levante Popular da Juventude
	09 e 10	Reunião FOPPIR/FOMENE – Conselheiro Lafaiete
	12	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	15, 16 e 17	Curso de Fé e Cidadania – Módulo III – ENEP – Viçosa
	22 a 24	Módulo de Aprofundamento do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Fé e compromisso) – Região Mariana Sul
	23 e 24	Encontro de Congadeiros – Capitães e Reinado Tradicional – Acaiaca
	28	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP - Viçosa
Outubro	1º a 05	8º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – RJ
	05	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP – Viçosa
	07	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	10	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP - Viçosa
	14 e 15	Festa de Nossa Senhora do Rosário – Airões – Paula Cândido
	20 a 22	Módulo V do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Fé e compromisso) – Região Mariana Sul
Novembro	02 a 05	XI Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial - Cataguases
	02 a 05	Acampamento Estadual do Levante Popular da Juventude
	03	Romaria do Povo Negro – Aparecida do Norte
	09	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP – Viçosa
	11	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	11	Reunião da Pastoral Afro-Brasileira – Região Sul
	14	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	17, 18 e	Curso de Fé e Cidadania – Módulo IV – ENEP

	19	
	20	Dia Nacional da Consciência Negra – Morte de Zumbi dos Palmares
	24 a 26	Módulo de Aprofundamento do Curso da Escola de Fé e Política Dom Luciano (Fé e compromisso) – Região Mariana Leste – ENEP - Viçosa
Dezembro	02 e 03	Reunião FOPPIR/FOMENE
	09	Assembleia da Escola Nacional de Energia Popular – ENEP
	09	Curso de Terapias Naturais (Ano II) – ENEP - Viçosa
	12	Reunião da Escola Nacional de Energia Popular - ENEP – Viçosa
	14	Curso de Homeopatia (Ano II) – ENEP - Viçosa
2018		
Janeiro	08 a 10	Curso de Teologia Popular – Turma 02 – Etapa 02 – ENEP – Viçosa
	16	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	18	Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Romaria da Terra e das Águas – Ponte Nova
	27	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	23 a 28	14º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base – Londrina - PA
Fevereiro	01	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	03	Reunião da Escola Fé e Política Dom Luciano – Ouro Preto
	04	15º Encontro Regional de Folia de Reis e Congada – EFAP – Acaiaca
	06	Reunião da Comissão Organizadora da 28ª Romaria dos/as Trabalhadores/as - Congonhas
	16 a 18	1º Plenária Regional da Juventude do Campo e da Cidade – EFAP – Acaiaca
	17	Reunião da Dimensão Sociopolítica – Mariana
	22	Mutirão mensal da ENEP
	22	Reunião da Comissão Organizadora da 3ª Romaria da Terra e das Águas em Ponte Nova
	24	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	24 e 25	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE - Espera Feliz
Março	02 e 03	4º Encontro de Mulheres na Arquidiocese de Mariana – Ouro Preto
	05 a 09	Curso de Artesanato em bambu na ENEP – Viçosa – Etapa I
	06	Reunião da Comissão Organizadora da 28ª Romaria dos/as Trabalhadores/as - Congonhas
	08	Dia Internacional das Mulheres
	10	Seminário da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas – Viçosa

	10	Seminário em preparação à 28ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras - Itabirito
	13	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	13 a 17	Fórum Social Mundial – Salvador
	14	Dia Internacional de Lutas contra as Barragens
	24	Mutirão mensal da ENEP
	24	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	25 a 31	Semana Santa
Abril	03	Reunião da Comissão Organizadora da 28ª Romaria dos/as Trabalhadores/as – Congonhas
	06 a 08	1ª etapa do Curso de Pedagogia da Alternância - ENEP
	10	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	13 a 15	2º Encontro Regional de Juventude Quilombola – EFAP – Acaiaca
	14	Encontro Regional de Fé e Política – Leste
	21 e 22	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – Local a definir
	26	Mutirão mensal da ENEP
	28	Encontro Regional de Fé e Política – Sul
	28	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
Maio	01	28ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras – Congonhas
	05	Seminário em preparação à 3ª Romaria das Terra e das Águas – Ponte Nova
	05	Encontro Regional de Fé e Política - Norte
	08	Reunião da Coordenação da ENEP - Viçosa
	12	Reunião da Dimensão Sociopolítica – Mariana
	26	Encontro Regional de Fé e Política – Centro
	26	Mutirão mensal da ENEP
	26	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	31	Corpus Christi
31	Abertura do Encontro Nacional de Agroecologia - BH	
Junho	01 a 03	Encontro Nacional de Agroecologia – BH
	03	3ª Romaria das Águas e da Terra da Província Eclesiástica de Mariana – Ponte Nova
	09	Encontro Regional de Fé e Política – Oeste
	12	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	15 a 17	Reunião da Comissão Permanente de Articulação do Fórum Social Pela Vida – Local a definir

	15 a 17	2ª etapa do Curso de Pedagogia da Alternância – ENEP
	23	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	28	Festa de São Pedro – Assentamento Padre Jesus – Espera Feliz
	28	Mutirão mensal da ENEP
Julho	07	Assembleia ENEP e Festa em comemoração aos 03 anos da ENEP
	10	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	13 a 15	Troca de Saberes – UFV – Viçosa
	20 a 22	Encontro Arquidiocesana da Pastoral Afro-Brasileira – Viçosa
	21	Mutirão mensal da ENEP
	23 a 25	Curso de Teologia Popular – Turma II – Etapa III
	28	Curso de Extensão em Homeopatia - ENEP
	28	8ª Vivência Missionária – Local a definir
Agosto	03 a 05	3ª etapa do Curso de Pedagogia da Alternância - ENEP
	11	Reunião da Dimensão Sociopolítica – Mariana
	11	Festa do Trabalhador Rural – Vargem Linda – Porto Firme
	14	Reunião da Coordenação da ENEP - Viçosa
	18 e 19	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE – Local a definir
	24 a 26	13ª Festa da Terra – EFAP – Acaiaca
	30	Mutirão mensal da ENEP
Setembro	07	Grito dos Excluídos – Congonhas
	11	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	29	Mutirão mensal da ENEP
	29 e 30	Encontro de Mestres de Saberes/Congadas e Folia de Reis – EFAP – Acaiaca
Outubro	07	Eleições - Estadual e Federal
	09	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	19 a 21	130ª Festa de Nossa Senhora do Rosário em Airões – Paula Cândido
	25	Mutirão mensal da ENEP
Novembro	03 e 04	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE – Local a definir
	13	Reunião da Coordenação da ENEP - Viçosa
	15 a 18	Encontro Arquidiocesana da Pastoral Afro-Brasileira – Local a definir
	17	4ª etapa do Curso de Pedagogia da Alternância - ENEP
	20	Dia Nacional da Consciência Negra
	24	Mutirão mensal da ENEP

Dezembro	01	Reunião da Dimensão Sociopolítica – Mariana
	08 e 09	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras - FOMENE – Local a definir
	11	Reunião da Coordenação da ENEP – Viçosa
	14 a 16	Reunião da Comissão Permanente de Articulação do Fórum Social Pela Vida – Local a definir
	21	Mutirão mensal da ENEP
2019		
Abril	04	Curso de Homeopatia (Turma II – Fernanda) – Módulo VI
	06	Reunião Arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica
	06 e 07	Reunião FOPPIR/FOMENE – Cataguases
	08 a 12	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	09	Reunião mensal da ENEP
	10	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Povos Indígenas – ENEP
	13	Curso de Homeopatia (Turma II – Lúcia) – Módulo IX
	13	Encontro de Formação Política para Lideranças na ENEP
	13	Reunião da Comissão Organizadora do 7º Fórum Social Pela Vida – Barão de Cocais.
	13 a 21	Semana Santa
	26 a 28	2º Módulo do Curso de Fé e Política da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Conselheiro Lafaiete
	27 e 28	Encontro de Formação sobre a Laudato Si – Ponte Nova
	27 e 28	Curso de confecção de tambores na ENEP – 2ª etapa
Maio	01	Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras – Carandaí
	02	Curso de Homeopatia (Turma II – Fernanda) – Módulo VII
	03 a 05	Encontro da Pastoral Afro – Província Eclesiástica de Mariana – Leste
	04	Reunião da Equipe de Animação das CEBs - Regional Mariana Leste
	06	Dia Nacional de Luta contra as Privatizações
	11	Curso de Homeopatia (Turma II – Lúcia) – Módulo X
	12	Dia das Mães
	13 a 17	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	14	Reunião mensal da ENEP
	15	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Trabalho e a Classe Trabalhadora – ENEP – Viçosa

	17	Encontro de Moradia Região Norte – Ouro Preto
	17 a 19	Encontro das CEB's da Zona da Mata em Juiz de Fora
	17 a 19	III Encontro Regional das Juventudes Quilombolas/Tradicionais – EFA Paulo Freire – Acaiaca
	18 e 19	Curso de confecção de tambores na ENEP – 3ª etapa
	18 e 19	Encontro de Formação sobre a Laudato Si – Região Norte (a confirmar)
	18	Reunião da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas - SAPOQUI
	24	Reunião do Conselho Arquidiocesano de Pastoral
	24 a 26	Encontro das Pastorais Sociais e Assembleia da DSP da Região Leste
	25	Assembleia da Dimensão Sociopolítica nas regiões da Arquidiocese
Junho	02	Romaria das Águas e da Terra da Província Eclesiástica de Mariana – Itabira
	06	Curso de Homeopatia (Turma II – Fernanda) – Módulo VIII
	08	Curso de Homeopatia (Turma II – Lúcia) – Módulo XI
	08	Reunião da Equipe de Animação das CEBs - Regional Mariana Leste
	10 a 14	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	11	Reunião mensal da ENEP
	12	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Ambiente – ENEP – Viçosa
	14 a 16	Curso de Realidade Brasileira – CRB – 2º módulo
	14 a 16	3º Módulo do Curso de Fé e Política da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Conselheiro Lafaiete
	15 e 16	Reunião FOPPIR/FOMENE - Juiz de Fora
	15 e 16	Encontro de Formação sobre a Laudato Si – Região Oeste (a confirmar)
	20	Corpus Christi
	20	Encontro da Pastoral Afro-Brasileira – Região Norte
	22 e 23	Assembleia da ENEP e 4º aniversário (a confirmar)
	26 a 28	2ª Rota da Caravana Quilombola – Espera Feliz
28	Festa de São Pedro em Espera Feliz	
29	Encontros Regionais das CEB's na Arquidiocese de Mariana	
Julho	06 e 07	Assembleia Arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica
	08 a 12	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	09	Reunião mensal da ENEP
	10	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Êxodo forçado e inchaço das cidades – ENEP – Viçosa
	12 a 14	11º Encontro Nacional de Fé e Política – Natal - RN

	12 a 15	11ª Troca de Saberes – UFV - Viçosa
	13	Curso de Homeopatia (Turma II – Lúcia) – Módulo XII (Final)
	18	Curso de Homeopatia (Turma II – Fernanda) – Módulo IX
	19 a 21	Encontro Mineiro das CEBs – Ipanema
	20	Encontro de Formação Política na ENEP
	21 a 26	Caminhada Franciscana no Parque Estadual da Serra do Brigadeiro
	25	Dia do Trabalhador e da Trabalhadora Rural
	27	9ª Vivência Missionária
	27 e 28	Reunião da Coordenação Arquidiocesana da Pastoral Afro-Brasileira Julho: 3ª Rota da Caravana Quilombola – Colônia do Paiol – Bias Fortes
Agosto	01	Curso de Homeopatia (Turma II – Fernanda) – Módulo X
	02 a 04	4º Módulo do Curso de Fé e Política da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Conselheiro Lafaiete
	03 e 04	Reunião FOPPIR/FOMENE – Muriaé
	10	Festa do Trabalhador Rural na Comunidade de Vargem Linda – Porto Firme
	10	Formação e Preparação para o 29º Grito dos Excluídos - representantes das Pastorais Sociais – Região Leste (atividade por Forania)
	11	Dia dos Pais
	12 a 16	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	13	Reunião mensal da ENEP
	13 e 14	Marcha das Margaridas
	14	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Cultura Popular – ENEP – Viçosa
	17	Reunião da Pastoral Afro-Brasileira da Região Leste – Ponte Nova
	22 a 25	4ª Rota da Caravana Quilombola – Acaiaca
	23 a 25	Festa da Terra na EFA Paulo Freire – Acaiaca
	23 a 25	Encontro das CEBs na Arquidiocese de Mariana – Viçosa
	24	Reunião Arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica
	26 a 30	Semana de Inventos na ENEP
	31	Reunião da Equipe de Animação das CEBs - Regional Mariana Leste
	31	Encontro de Formação Política na ENEP
31	Encontro de Formação sobre a Laudato Si – Região Sul (a confirmar)	
Setembro	01	Encontro de Formação sobre a Laudato Si – Região Sul (a confirmar)

	07	29º Grito dos Excluídos - Congonhas
	07 e 08	Reunião da Coordenação Arquidiocesana da Pastoral Afro-Brasileira - Oeste
	09 a 13	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	10	Reunião mensal da ENEP
	11	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Soberania – ENEP – Viçosa
	13 a 15	Curso de Realidade Brasileira – CRB – 3º módulo
	26 a 29	7º Fórum Social Pela Vida na Arquidiocese de Mariana - Barão de Cocais
	29	Encontrão das CEBS – Grupos de Reflexão nas Foranias da Região Leste
Outubro	05	Assembleia de Pastoral da Região Leste – Ponte Nova
	05 e 06	Reunião do FOPPIR/FOMENE - Simonésia
	07 a 11	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	08	Reunião mensal da ENEP
	09	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Missão – ENEP – Viçosa
	18	Encontro de Moradia Região Leste – Ponte Nova
	19 e 20	Dia de Luta pela Moradia da Arquidiocese
	19 e 20	131ª Festa de Nossa Senhora do Rosário em Airões – Paula Cândido
	26	Encontro de Formação Política na ENEP
Novembro	01 e 02	6º Seminário sobre o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana
	05	04 anos do crime da lama da Samarco
	08 a 10	5º Módulo do Curso de Fé e Política da Escola de Fé e Política Dom Luciano – Conselheiro Lafaiete
	09	Reunião da Equipe de Animação das CEBS - Regional Mariana Leste
	09 e 10	Reunião da Coordenação Arquidiocesana da Pastoral Afro-Brasileira - Sul
	11 a 15	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	12	Reunião mensal da ENEP
	13	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Casas grandes e senzalas – o debate de classe – ENEP – Viçosa
	14 a 17	12º Fórum Pela Promoção da Igualdade Racial - FOPPIR
	20	Dia Nacional da Consciência Negra

	22 e 23	Assembleia Arquidiocesana de Pastoral
	24	3ª Romaria do Povo Negro – Urucânia
	29	Celebração e confraternização arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica
	30	Reunião Arquidiocesana da Dimensão Sociopolítica
Dezembro	07	Reunião da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas – SAPOQUI
	09 a 13	Curso de artesanato e móveis de bambuí na ENEP
	10	71 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
	10	Reunião mensal da ENEP
	11	Monitoramento Permanente da Conjuntura às 19h – Direitos Humanos – ENEP – Viçosa
	13 a 15	Curso de Realidade Brasileira – CRB – 4º módulo
	14	Reunião Regional da Pastoral Afro Brasileira - Leste
2020		
Fevereiro	01	Reunião da Coordenação da PAB Mariana – Mariana - Região Norte
	01	Encontro do Movimento Fé e Política – Arquidiocese de Mariana
	04	Reunião da MEPE – ENEP - Viçosa
	05	Assembleia Estadual do SindUte
	07 a 09	Plenária Nacional da Frente Brasil Popular
	08	Assembleia Popular da Mineração em Divino (Serra do Brigadeiro)
	11 e 12	Reunião Nacional Iterredes por territórios livres de mineração - RJ
	14	Grande ato da Serra do Brigadeiro contra a mineração
	14 e 15	Seminário Igreja e Mineração – Acaiaca – EFA Paulo Freire – Acaiaca
	15	Curso Regional de Formação Mineral – Manhuaçu
	15	Debate sobre mineração na Assembleia do Sindicato dos Trabalhadores de Divino
	21 a 25	Carnaval 2020
	28	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
	29	Reunião da DSP Mariana
29	Assembleia do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE – Espera Feliz	
Março	02	Reunião da ENEP – 8:30h
	03	Reunião da MEPE – ENEP - Viçosa
	06 e 07	Encontro de Mulheres da Arquidiocese de Mariana
	07	Assembleia Popular Regional da Mineração – Teixeira – 14h

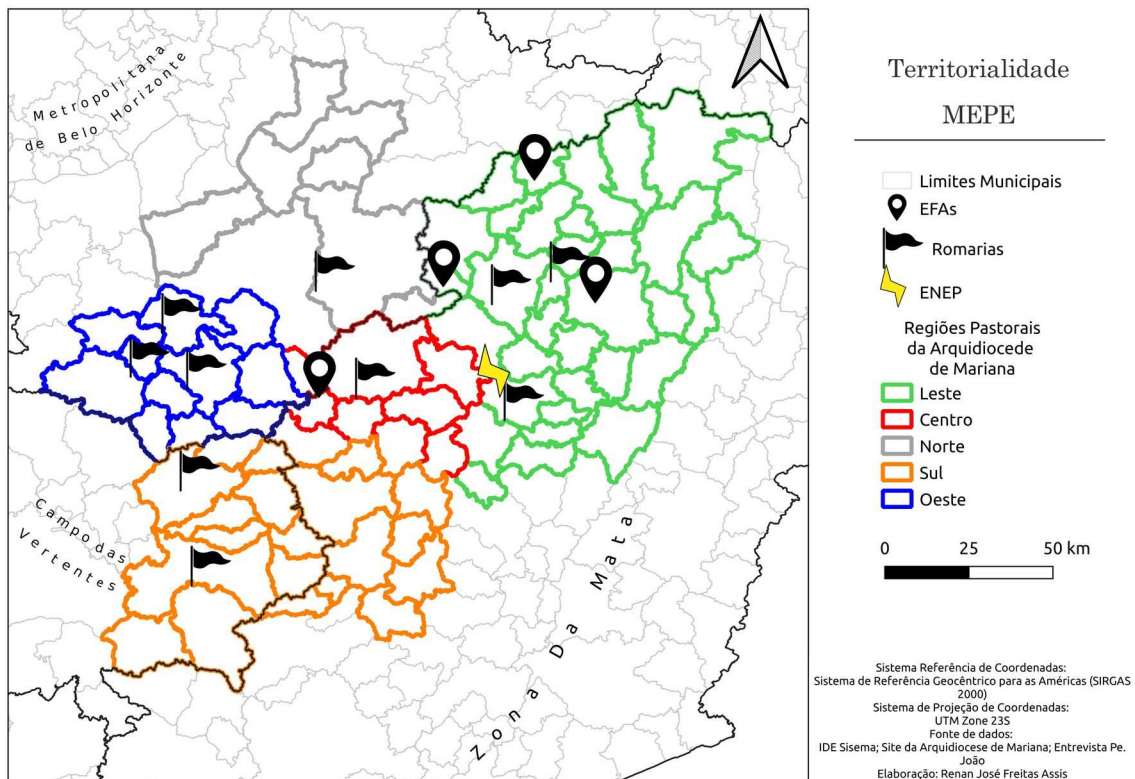
	07	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 01
	11	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	12 a 14	Jornada do Movimento dos Atingidos por Barragens
	14	Dia Nacional de Luta dos Atingidos por Barragens
	14	Reunião da Comissão Organizadora do Encontro Mineiro da PAB – Mariana
	15 a 22	Semana das Águas na Serra do Brigadeiro com atividades por município
	20 a 22	Curso de Fé e Política – Escola Dom Luciano – 1º Módulo – Casa São José – Viçosa
	20 a 22	Curso sobre Sociedade do Bem Viver – Escola Dom Luciano – Módulo único – Casa São José – Viçosa
	27	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
Abril	04	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 02
	05 a 12	Semana Santa
	06	Reunião da ENEP – 8:30h
	07	Reunião da MEPE – ENEP – Viçosa
	15	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	24	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
	25 e 26	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE – Ponte Nova
Maio	01	30ª Romaria dos Trabalhadores e Trabalhadoras – Acaiaca – Leste
	1º a 03	Encontro Nacional dos Movimentos Sociais
	04	Reunião da ENEP – 8:30h
	05	Reunião da MEPE – ENEP - Viçosa
	09	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 03
	13	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	15 a 17	Curso de Fé e Política – Escola Dom Luciano – 2º Módulo – Casa São José – Viçosa
	15 a 17	Curso sobre Política e Sociedade – Escola Dom Luciano – 1º Módulo – Casa São José – Viçosa
	16	Reunião da Coordenação da PAB Mariana – Região Leste
	23	Reunião da DSP Mariana
	23	Reunião da Comissão Organizadora do Encontro Mineiro da PAB – Valadares

	29	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
	30 e 31	Encontro sobre Planejamento Eleitoral – ENEP – Viçosa
Junho	01	Reunião da ENEP – 8:30h
	02	Reunião da MEPE – ENEP - Viçosa
	06	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 04
	10 a 14	4º Acampamento Nacional do Levante Popular da Juventude
	10	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	11	Corpus Christi
	20	Plenária Popular da ENEP – 5 anos
	26	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
Julho	03 a 05	Curso de Fé e Política – Escola Dom Luciano – 3º Módulo – Casa São José – Viçosa
	04	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 05
	06	Reunião da ENEP – 8:30h
	07	Reunião da MEPE – ENEP – Viçosa
	08	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	15 a 17	Curso sobre Política e Sociedade – Escola Dom Luciano – 2º Módulo – Casa São José – Viçosa
	11	Reunião da Comissão Organizadora do Encontro Mineiro da PAB – Monlevade
	19	5ª Romaria das Águas e da Terra – Conceição do Mato Dentro
	19 a 25	3ª Caminhada Franciscana na Serra do Brigadeiro
	20 a 22	Curso de Teologia Popular na ENEP – Viçosa
	25 e 26	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE – Mariana
	31	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
Agosto	01	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 06
	01 e 02	10ª Vivência Missionária – Diocese de Almenara
	03	Reunião da ENEP – 8:30h
	12	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	15	Reunião da Coordenação da PAB Mariana – Região Oeste
	22	Reunião da DSP Mariana
	28	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
Setembro	07	26º Grito dos excluídos – Congonhas
	09	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h

	12	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 07
	14	Reunião da ENEP – 8:30h
	19	Reunião da Comissão Organizadora do Encontro Mineiro da PAB – BH
	25	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280.
Outubro	03	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 08
	04	Eleições Municipais
	05	Reunião da ENEP – 8:30h
	09 a 12	Encontro Mineiro da Pastoral Afro-Brasileira – BH
	14	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	17 e 18	Festa de Nossa Senhora do Rosário em Airões
	24	Reunião da DSP Mariana
	30	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
	31	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE
	31	Encontro com as Comunidades do entorno da Serra do Brigadeiro – Espiritualidade e Mineração
Novembro	01	Reunião do Fórum Mineiro de Entidades Negras – FOMENE
	05	05 anos do crime da lama da Samarco em Mariana
	06 a 08	Curso de Fé e Política – Escola Dom Luciano – 4º Módulo – Casa São José – Viçosa
	06 a 08	Curso sobre Organização da Sociedade Civil – Escola Dom Luciano – 1º Módulo – Casa São José – Viçosa
	07	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 09
	07	24ª Romaria do Povo Negro ao Santuário de Aparecida
	09	Reunião da ENEP – 8:30h
	11	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	20	Dia Nacional da Consciência Negra
	22	4ª Romaria do Povo Negro da Arquidiocese de Mariana – Urucânia
	27	Reunião da Comissão pró-asfalto da MG 280
	27 e 28	Reunião da DSP Mariana (confraternização e reunião)
Dezembro	05	Reunião da Coordenação da PAB Mariana – Região Sul
	05	Curso de Homeopatia na ENEP - Viçosa – Etapa 10
	07	Reunião da ENEP – 8:30h
	09	Monitoramento Coletivo da Conjuntura na ENEP – 19h
	11 a 13	Curso sobre Organização da Sociedade Civil – Escola Dom Luciano – 2º

		Módulo – Casa São José – Viçosa
	11 a 13	Curso de Fé e Política – Escola Dom Luciano – 5º Módulo – Casa São José – Viçosa
	21	Confraternização na ENEP (Natal dos Empobrecidos)

ANEXO A – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MEPE



ANEXO B – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE



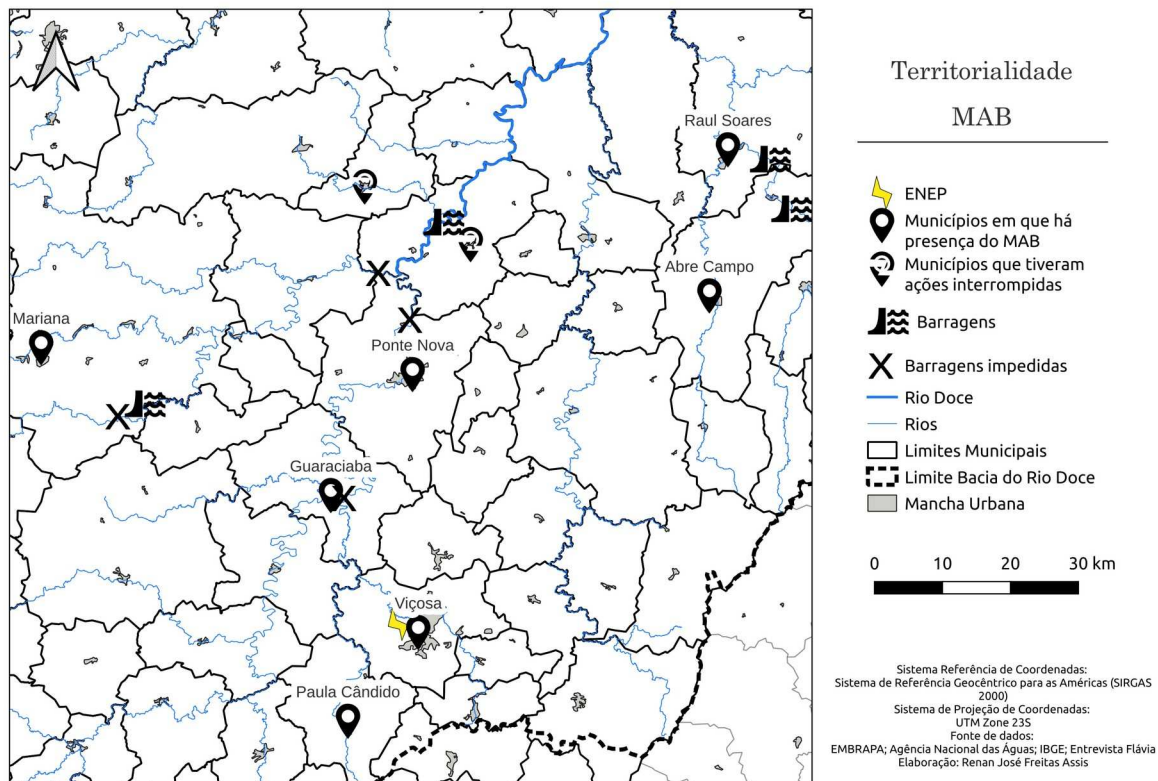
Territorialidade Levante

- Presença de ações do Levante
- ⚡ ENEP
- Logradouros de Viçosa

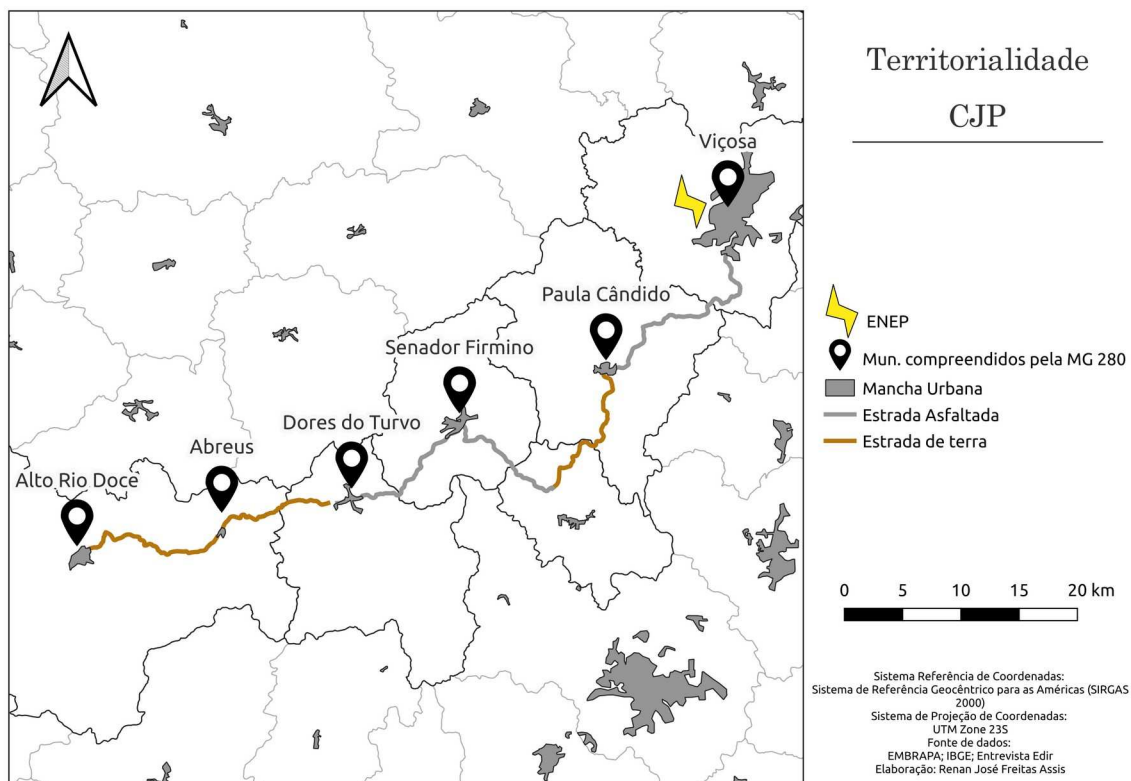
0 0,5 1 1,5 km

Sistema Referência de Coordenadas:
Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS
2000)
Sistema de Projeção de Coordenadas:
UTM Zone 23S
Fonte de dados: IBGE; Entrevistado 3
Elaboração: Renan José Freitas Assis

ANEXO C – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DO MAB



ANEXO D – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA CJP



ANEXO E – REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO DA EFA DOM LUCIANO

